

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

## Do bispo morto ao padre matador

*(Dom Expedito e padre Hosana nas construções da memória - 1957/2004)*

Igor Alves Moreira

Fortaleza – CE

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

## Do bispo morto ao padre matador

*(Dom Expedito e padre Hosana nas construções da memória - 1957/2004)*

Igor Alves Moreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação do Prof.º Dr.º Francisco Régis Lopes Ramos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Fortaleza – CE

2008

““Lecturis saltem”

**Ficha Catalográfica elaborada por**

**Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593**

**tregina@ufc.br**

**Biblioteca de Ciências Humanas – UFC\_\_\_\_\_**

M837d

Moreira, Igor Alves.

Do bispo morto ao padre matador [manuscrito] (Dom Expedito e padre Hosana nas construções da memória – 1957/2004) / por Igor Alves Moreira. – 2008.

195 f. : il ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará,Centro de Humanidades,Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE),30/05/2008.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

Inclui bibliografia.

1-CRIME E CRIMINOSOS – GARANHUNS(PE) – 1957-2004. 2-LOPES, FRANCISCO EXPEDITO, 1914-1957. 3-SILVA, HOSANÁ DE SIQUEIRA E, 1913-1997. 4-IGREJA CATÓLICA.DIOCESE DE GARANHUNS(PE).BISPO(1955-1957: FRANCISCO EXPEDITO LOPES ).5- IGREJA CATÓLICA – BISPOS – BIOGRAFIA.6-BISPOS – BRASIL – BIOGRAFIA.7-ANÁLISE DO DISCURSO NARRATIVO.I- Ramos , Francisco Régis Lopes,orientador.II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História. III- Título.

CDD(21ª ed.)

364.15230981340904

12/08

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof.º Dr.º Francisco Régis Lopes Ramos

(Universidade Federal do Ceará – UFC)

Orientador

---

Prof.ª Dr.ª Kênia Sousa Rios

(Universidade Federal do Ceará - UFC)

---

Prof.º Dr.º Francisco José Silva Gomes

(Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

## **RESUMO**

O presente trabalho dedica-se ao estudo histórico sobre as memórias em torno de dom Expedito Lopes e padre Hosana de Siqueira e Silva. Dom Expedito era bispo de Garanhuns-Pernambuco. Em 1957, foi assassinado por padre Hosana com três tiros de revólver. O crime gerou narrativas. Fundou memórias múltiplas. Essas tramas narrativas dão dinamicidade ao passado. A preocupação não é simplesmente explicar as muitas memórias sobre o crime, mas pensar como essas memórias foram contadas e recontadas pelas letras e pela fala dos depoentes que, como essas lembranças, construíram e constroem sentidos que evidenciam papéis específicos de vilão (assassino) e herói (exemplo). Perceber como o crime é narrado e suas múltiplas variações é o objetivo aqui buscado.

Palavras-chave: crime, memória, narrativa

## **ABSTRACT**

The present work is devoted to the historical study on the memoirs around Expedite Talent Lopes and priest Hosana of Siqueira and Silva. Expedite talent was bishop of Garanhuns-Pernambuco. In 1957, it was murdered by priest Hosana with three revolver shots. The crime generated narratives. He/she/you founded multiple memoirs. Those narrative plots give dinamicidade to the past. The concern is not simply to explain the a lot of memoirs on the crime, but to think as those memoirs was counted and recounted by the letters and for the speech of the depoentes that, as those memories, they built and they build senses that evidence specific papers of villainous (I murder) and hero (example). to Notice as the crime is narrated and your multiple variations are here the objective looked for.

Word-key: crime, memory, narrative

## AGRADECIMENTOS

Agradecer: tarefa necessária e prazerosa.

À FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico), pelo financiamento desta pesquisa.

Do lado de lá – Recife, Correntes e Garanhuns-PE – há um punhado de pessoas que acreditaram neste trabalho. Estenderam não somente a mão, mas também o corpo inteiro para colaborar comigo.

Início com frei Francisco Fernando da Silva. Obrigado por me acolher nos aposentos do Convento de Santo Antônio, no bairro do Recife, na capital. Sua arquitetura barroca, o silêncio dos corredores e dos demais aposentos, a janela do meu quarto a olhar de forma inquieta para o imponente prédio do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJP) – o qual, em tempos idos, foi palco dos três julgamentos do padre Hosana que alvoroçaram toda a gente pernambucana -; a hora da refeição, em que o prazer estava não somente na comida, mas na companhia de frei Chico (como é chamado) e dos demais frades ali a rezar e a dispor de suas conversas engraçadas, episódios de suas longas jornadas de pregação e oração. Obrigado também por me ceder documentos do Tribunal Diocesano para a Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito, do seu livro, e por dispor, em entrevista, de sua sabedoria e desprendimento para com a causa. Que saudade!

Minha gratidão se estende a Ana Maria César e Taíza Brito, autoras dos livros *A Bala e a Mitra* (1994 e 2007) e *A Confissão do Padre Hosana* (1998), respectivamente. As entrevistas que travamos foi de importância ímpar. Ambas compartilharam comigo sua simpatia e cordialidade e ainda um punhado de fontes para a pesquisa. Por adquirirem experiência durante suas pesquisas, foram solidárias comigo e me dirigiram conselhos para eu prosseguir. Com isso, renovaram minhas perspectivas sobre a pesquisa. Lembro-me das palavras de incentivo, nos meus momentos de solidão.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, deixo minha gratidão sincera pelas inúmeras vezes que pedi para buscar e deixar os periódicos em minha mesa e pela paciência de suportar minha companhia nas inúmeras horas em que

copiava a mão matérias sobre o crime expostas nos jornais pernambucanos.

Em Garanhuns, a gratidão também finca raízes. Ao padre Marcelo Protázio Alves, atual pároco de Catedral de Santo Antônio. Obrigado pela perene generosidade em me acolher e me alimentar em sua casa e em sua presença; por me ouvir nas horas em que se dizia que estava cansado e me encorajar a continuar. Nas horas vagas, me levava para as capelas onde concede assistência religiosa e, aos poucos, ia conhecendo melhor seu trabalho e a vida da Paróquia. Obrigado também por me deixar consultar e copiar matérias sobre o crime e as cartas circulares de dom Expedito expostas no Jornal *O Monitor*, órgão que pertencia à diocese. Hoje, o jornal está extinto.

Muito obrigado a Adelma, assistente de padre Marcelo. Ela cuida da casa, das refeições e das roupas do sacerdote, dos seminaristas, e hóspedes que freqüentam muito aqueles aposentos. Ao fim do dia, quando o cansaço me fazia companhia, estava eu a assistir novelas (gosto muito peculiar) e Adelma se aproximava. Nos horários de intervalo, ficávamos a conversar sobre as personagens e, no meio da conversa, falávamos um pouco de nós mesmos e como desempenhamos nossa personagem na dinâmica da vida. Por alguns momentos, ela fazia com que eu me sentisse em casa, em Sobral-CE. Sem saber, me ajudava a matar a saudade.

Seria injusto não citar Íris e Marlene, amigas inesquecíveis, as primeiras a me oferecerem apoio e direcionamento quando me atrevi a desbravar Garanhuns, ainda quando cursava a Graduação em História, na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), em Sobral-CE. Na graduação já estudava esse crime. Íris, Marlene e eu conseguimos construir e alimentar de forma serena e séria uma amizade sólida e forte. Elas me acolheram em Garanhuns e nos seus corações.

Ao senhor Manoel, a dona “Nega”, sua esposa, à Fátima, Marli e Maria do Socorro: uma família que pode ser expressa nos conceitos de hospitalidade, fé e generosidade.

À Maria do Socorro registro, em especial, minha gratidão perene, pois me acompanhava todos os dias às casas dos depoentes – tanto em Garanhuns quanto em Correntes. Nossa peregrinação ajudou a desinibir a relativa distância entre mim e os que partilharam comigo suas lembranças e esquecimentos sobre o caso. Constituímos uma amizade sólida, alimentada ainda hoje quando nos falamos ao telefone ou por correspondências. Socorro foi e é uma companheira de extrema importância em minha perambulação pelas citadas cidades. Faz-me lembrar o fragmento de uma letra de música cantada nas celebrações: “(...) *de porta em porta, desejo entrar. Se alguém me acolhe*

*com gratidão, faremos juntos a refeição*”. Era assim que me sentia, de porta em porta querendo entrar e entender as casas, lembranças, sensações, olhares, silêncios, enfim, o corpo dos entrevistados.

Obrigado aos moradores de Garanhuns e Correntes por compartilharem comigo fragmentos de suas vidas.

Do lado de cá – Sobral e Fortaleza-CE – votos de agradecimento à mamãe, Fransquinha Moreira. Mulher forte: no silêncio e na palavra. Criou os quatro filhos homens com muita persistência, coragem e amor. Quando disse que iria tentar a seleção de Mestrado (algo que ela não compreendeu e ainda não compreende por conta de sua limitada escolaridade), em nenhum momento disse NÃO; muito embora sua preocupação aumentasse por não poder me enviar subsídios para minha estada em Fortaleza. Ao contrário, me encorajou e disse *“pra tudo se dá um jeito”*. Ela acreditou e acredita em mim.

Ao telefone, a saudade era pauta de nossos diálogos. Vinha acompanhada da preocupação para com minha alimentação, meu conforto e se eu estava acompanhando bem os estudos. Obrigado, mamãe, pela vida; por me ensinar, com sua força e exemplo, naquele balcão de sua bodega, a vencer obstáculos; por aconselhar e evitar que eu andasse por caminhos ilegais. Amo-te.

À Juliana, minha sobrinha, por me acolher em sua casa quando morávamos em Fortaleza. Rimos juntos e assim, choramos, quando a saudade de casa e dos amigos em Sobral pesava.

Aos colegas de turma, pela compreensão de minhas limitações e o auxílio para poder superá-las.

Em especial, à Viviane Prado Bezerra e Michele Ferreira Maia, amigas do coração e companheiras de turma no Mestrado. Obrigado por sonharmos juntos, planejarmos juntos, por compartilharmos momentos juntos na graduação, por ingressarmos juntos no mestrado e pelo auxílio mútuo dentro de nossas limitações.

À Professora Mestra Edvanir Maia da Silveira (Curso de História da UEVA), por me auxiliar no projeto que enviei para a seleção do Mestrado e, mais ainda, por nossa amizade, nutrida incessantemente. Ao seu marido, Ricardo Augusto Guerra Almeida, pelo companheirismo, amizade sincera. Digo para mim mesmo que é meu quinto irmão. Ao Raul, bebê esperado e que trouxe alegria não somente para o casal, mas também para nós, seus amigos. Vocês configuram uma das linhas de minha vida.



Ao padre Osvaldo Carneiro Chaves, por me proporcionar momentos de deleite intelectual; por me acolher em sua casa e transmitir um pouco de sua sabedoria e experiência de vida.

Aos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), por proporcionarem momentos importantes durante as disciplinas e as dicas recebidas para a reformulação dos capítulos e de leituras bibliográficas.

Ao Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos, orientador competente, sereno, paciente e motivador nas horas em que sentia a sensação de insegurança quanto à pesquisa. Professor Régis consegue, em suas aulas e em sua orientação, nos impregnar de saber e sabor. Consegue nos alimentar na caminhada.

À Dona Regina Jucá e à Sílvia, funcionárias da secretaria da Coordenação de Pós-Graduação, pela paciência e pelo zelo no cuidado conosco e com nossas produções acadêmicas.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, setor de periódicos, pelo auxílio à pesquisa.

Ao Jorge, pela paciência, companheirismo, pela fala e pelo silêncio nos momentos próprios e impróprios, pela saudade e pela presença. Pelo cuidado.

Dedico esse trabalho à mamãe Fransquinha e ao Jorge.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
------------------------	-----------

### **CAPÍTULO 01 – UM BISPO ASSASSINADO!**

1.1- As tramas do perdão.....	14
1.2 - O Mártir do Dever: “morto, maior do que vivo.” .....	46

### **CAPÍTULO 02 – A DIOCESE DE GARANHUNS E O TRIBUNAL PELA CAUSA DE BEATIFICAÇÃO E CANONIZAÇÃO**

2.1 – Um santo legal.....	68
2.2 – Exposições, missas e discursos: o santo é mostrado.....	86

### **CAPÍTULO 03 – UM PADRE ASSASSINO?**

3.1 – A guerra dos livros.....	114
3.2 – O “Exemplo” nas narrativas.....	144

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>171</b>
----------------------------------	------------

<b>FONTES.....</b>	<b>175</b>
--------------------	------------

<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>182</b>
--------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

Comecei a me interessar por esse tema ainda na graduação em História, na Universidade Estadual Vale do Acaraú- UEVA, Sobral-Ceará. Moro num bairro chamado dom Expedito Lopes, nesta cidade. Fiquei curioso em saber o porquê do nome e, a partir daí, fui conversando com alguns moradores do bairro e sendo envolvido pelo tema. Em dezembro de 2003, defendi a monografia intitulada *Dom Expedito Lopes no Imaginário Popular*. Percebi, então, que o mesmo tema poderia ser problematizado mais ainda: outras questões foram por mim suscitadas, principalmente quando soube que a Diocese de Garanhuns estava tentando promover a beatificação e canonização do bispo.

Fazer uma interpretação histórica da(s) memória(s) sobre dom Expedito Lopes, 5.º Bispo da cidade pernambucana de Garanhuns, assassinado em primeiro de julho de 1957, com três tiros de revólver, é a espinha dorsal dessa pesquisa. O autor dos disparos foi padre Hosana de Siqueira e Silva. O motivo principal recaía sobre denúncias chegadas aos ouvidos de dom Expedito, dentre elas, a de que padre Hosana estava tendo um caso amoroso, primeiro com Maria José Martins, sua prima e, posteriormente, com Quitéria Marques.

Ao ser invadido por essas conversas “à boca miúde”, dom Expedito, com autorização da Santa Sé, resolveu suspender padre Hosana de Ordens. A nota de suspensão iria ser lida no programa de rádio *A Voz da Diocese*. Sabendo dessa determinação, padre Hosana dirigiu-se à emissora e exigiu falar sua defesa. Sem espaço para falar, pegou um táxi e foi ao Palácio Episcopal. Lá, disparou três tiros contra o bispo. O Pontífice foi levado ao Hospital Dom Moura e agonizou ainda durante oito horas. Uma morte que provocou a escrita de vários textos e o som de várias falas sobre o caso e sobre a suposta santidade e martírio do moribundo. Fechou-se para a morte e, ao mesmo tempo, abriu-se à dialética memória e esquecimento, provocando a escrita de textos e dando vida às lembranças de seus diocesanos. O crime - e suas interpretações - deixou marcas.

Podemos afirmar, em certa medida, que existe o “mártir” dom Expedito porque existe o seu oposto: padre Hosana. Um precisa do outro para se constituir e se

institucionalizar.

O que aqui se quer é perceber *como os fatos foram contados*. Detecta-se polêmica. O foco não é o crime. É como o crime é contado e recontado.

François Dosse[1] escreve sobre a relação Memória, Esquecimento e História. A preocupação principal desse autor é analisar a relação História e Memória, fenômeno forte no final do século XX. Conforme ele, nesse final de século, há memória demais em alguns momentos, principalmente as inúmeras comemorações, que ele assinala como formas de construção de memórias, como há, também, abusos de esquecimentos.

Para este autor, a escrita sobre o passado tem uma dupla função: de remédio e de veneno. É remédio porque pode proteger o acontecimento vivido do esquecimento. É veneno porque pode promover o aparecimento de outras memórias sobre o mesmo acontecimento: *“A Memória é, portanto, assim como a História, um modo de seleção no passado, uma construção intelectual, e não um fluxo externo ao pensamento”*. [2] História e Memória têm uma imbricação inevitável e delicada. Ambas partem do presente, o que justifica uma ruptura com um tempo linear; construindo assim a pluralização do tempo.

O crime do padre Hosana foi aqui contado e recontado de muitas formas narrativas. Em muitas delas, percebemos intenções de preservação de uma única memória, a do bispo. Por outro lado, essas intenções foram contestadas por outras falas e textos que recontam o padre em suas qualidades, retirando-o do lugar de vilão. Em determinado momento das narrativas, o bispo e o padre mudaram de lugar, isto é, transitaram entre os pólos de vilão e herói. Recontados no presente, as histórias sobre o bispo e o padre deslocam-se de um tempo linear para um tempo múltiplo, no qual identificamos conflitos e tramas entre elas. Essas falas e textos são remédio e veneno, ao mesmo tempo. Remédio por tentar proteger cada personagem de máculas em suas respectivas configurações. Veneno porque apresentam contradições em suas formas de dizer o crime. Com isso, outras memórias sobre o mesmo vão se formando e se remodelando na forma de narrar de cada fonte aqui analisada.

Assim, o objeto da História Social da Memória é “um ausente que age” [3]. A História Social da Memória permanece atenta a qualquer alteração. Não tem ambição de preencher lacunas, tampouco, de buscar as causas e fazer leituras esquemáticas dos grandes feitos. Ela não pretende ser um relicário do passado. A História Social da Memória acredita nos possíveis, vive de esperá-los; para capturá-los e analisá-los. Prefere as zonas obscuras da história nacional. Ou seja, para a esse pensamento historiográfico o importante não é reafirmar e/ou reforçar um discurso de “verdade” do e

no passado. Longe está dessa pretensão. Tal corrente historiográfica objetiva identificar e analisar as memórias sobre os acontecimentos pretéritos: seus conflitos, consensos e dissensos. Memórias essas encontradas nas letras, nos símbolos, nos espaços físicos e nas falas do presente. A História Social da Memória provoca uma incessante “reciclagem do passado”. O presente é sempre tocado e afetado pelo passado. E vice-versa. Uma relação pautada por contradições, tensões e reconstruções. Uma relação que abarca a lembrança e o esquecimento.

O que invade hoje o campo do historiador é justamente a possibilidade de analisar memórias fragmentadas e plurais que partem de todos os lados.

Durante muito tempo instrumento de manipulação, a memória pode ser reconsiderada em uma perspectiva interpretativa aberta em direção a um futuro, fonte de reapropriação coletiva e não simples museografia isolada no presente. Supondo a presença da ausência, ela permanece o ponto de contato essencial entre passado e presente, desse difícil diálogo entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos. [4]

Para François Dosse, o passado está entre uma política da memória e uma política do esquecimento. Por isso, é impossível dominá-lo. O esquecimento é tão necessário quanto a memória, na difícil tarefa de reinterpretar a relação presente passado. Nessa maneira de pensar, não há espaço para determinismos, mas sim, para a *“reabertura em direção aos possíveis inconfessos do passado, às expectativas, desejos e temores dos homens do passado...”* [5].

O apagamento e a conservação, do ponto-de-vista da História Social da Memória, são contrastes, dependentes e inseparáveis.

A Diocese de Garanhuns fez um investimento intelectual na (re) construção, escrita e falada, da biografia de dom Expedito – até porque esse é um requisito obrigatório dentro dos cânones da Igreja para se desejar canonizar alguém.

As explicações de Giovani Levi [6] são oportunas aqui. O autor assinala a necessidade de se utilizar a biografia como um dos instrumentos para se produzir conhecimento histórico. Para isso, se faz necessário substituir a idéia de biografia como algo linear e factual. É preciso problematizar a biografia para se produzir conhecimento

histórico; rejeitando interpretações unívocas do biografado.

Nesse raciocínio, o que importa é o ato interpretativo, o qual desencadeia transformações dos significados atribuídos ao biografado e, conseqüentemente, há transformações textuais também. Com isso, abre-se as possibilidades de se perceber uma infinidade de outros significados possíveis ao biografado. A biografia faz parte de uma sociedade fragmentada e permeada de conflitos. Nela, as representações do mundo se tornam motivo de lutas, especialmente no campo simbólico. A realidade histórica, tanto o presente quanto o passado, não é um esquema único de ações e reações; mas um campo de conflito e disputa incessante.

Tanto o bispo quanto o padre tiveram suas respectivas biografias contadas, em forma de livros ou em depoimentos orais dos moradores de Garanhuns e Correntes. Nos livros, ambas as biografias tiveram o objetivo muito claro: inocentar cada um das acusações que lhes foram direcionadas. Além de escritas, suas respectivas biografias foram utilizadas como instrumento durante os três julgamentos do padre Hosana. Foram postas de forma linear, sem caos. Nos depoimentos orais postos aqui, a vida e a morte do bispo e do padre também foram recontadas na perspectiva de inocentar cada um. Os depoentes de Garanhuns inocentaram o bispo mais uma vez. Os de Correntes fizeram o mesmo com o padre.

Por outro lado, nessa pesquisa, necessário foi expor os conflitos dessas formas de narrar o crime, no texto e nas falas dos depoentes. Isso implica na compreensão de uma relação presente e passado mais problematizadora. Conseqüentemente, a biografia aqui foi posta de forma problematizadora.

As biografias de dom Expedito e padre Hosana, que foram aqui analisadas, estão postas numa ordem cronológica e linear. A infância, a juventude, os estudos no seminário, a relação com suas respectivas famílias e com a igreja o predestinaram à impossibilidade de haver máculas em suas respectivas honras e dignidades.

Esse trabalho, entretanto, possibilita o enfrentamento de ambas as biografias. Nesse enfrentamento, percebemos nuances, conflitos e incompletudes. Elas foram escritas, portanto, recontadas na intenção clara de uma desautorizar a outra. Tanto dom Expedito quanto padre Hosana tiveram seus escritores que atacaram e defenderam cada um respectivamente. É nesse enfrentamento que percebemos nesse trabalho a biografia como passível de problematizações.

O texto *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, de Pierre Nora<sup>[7]</sup>,

traz reflexões pertinentes que podem também ser aplicadas a esse estudo. O autor explica mais profundamente os conceitos de História e Memória e a relação que ambos estabelecem entre si.

Por memória, entende-se a vida. Portanto, sofre deformações, é vulnerável aos usos e manipulações e apresenta sucessivas revitalizações. A memória é atual, algo vivido no presente. É afetiva. Não se acomoda a detalhes para se confortar. Ela se alimenta de lembranças vagas e simbólicas. Pode ser percebida num gesto, num hábito e nos saberes do corpo e do silêncio.

Quanto à história, esta é a reconstrução da memória. Uma reconstrução daquilo que não existe mais; pautada pela incompletude. A história é uma *representação do passado*, pois é uma *operação intelectual*. Isso explica seu poder de laicizar o passado e submetê-lo aos discursos críticos. A história se liga às continuidades das coisas e fatos. Memória e História andam por caminhos divergentes.

(...) A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (...). A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica (...), há tantas memórias quanto grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. [8]

As missas em comemoração a dom Expedito (aniversário de morte e instauração e encerramento dos trabalhos do Tribunal Diocesano para a Causa de Beatificação e Canonização do mesmo), a exposição de suas relíquias em momentos festivos na Diocese e na cidade, a praça que carrega o seu nome, os bustos postos na citada praça e no pátio do Colégio Monsenhor Ademar Valença, seu túmulo na Catedral da Sé, os livros publicados sobre ele e padre Hosana, enfim, todos esses momentos celebrativos são memórias que podem ser estudadas pela interpretação historicamente fundamentada.

Alessandro Portelli[9] contribui sobre o entendimento da relação Memória e História. Assegura que, a todo momento, “*estamos lhe dando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e, internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológicas e culturalmente mediadas*” [10]. Nas narrativas de todo e qualquer acontecimento pode-se perceber elementos de controle social nas formas desses relatos.

A memória e o luto são processos e /ou ações moldadas no tempo. Ambos se modificam *com* e *no* tempo. As memórias sobre um acontecimento específico podem se tornar públicas. Mesmo assim, é uma construção puramente individual.

O autor enfatiza que são pessoas que lembram e registram suas lembranças, e não, grupos. As instituições – Igreja, Escola, Estado, Partidos Políticos, etc., e seus rituais – se configuram como o momento e o espaço onde as memórias são reordenadas e/ou reorganizadas para fins de propagação e controle social.

Ressalta que toda memória dada ao público:

(...) está materializada em suas próprias narrativas e em seus narradores gabaritados, nos livros de depoimentos e nas peças sacras, não só totalmente legítima, mas também está repleta de valores importantes como inocência, humildade, obediência, compaixão, perdão, solidariedade familiar e grupal (...) Não deixa de ser uma construção bastante ideológica e institucional. [\[11\]](#)

O Tribunal Diocesano para a Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito realizou visitas em diversas cidades de Pernambuco e Ceará a colher depoimentos para comporem o processo da causa. Por motivos de sigilo, uma vez que tal processo encontra-se na Congregação da Causa dos Santos, na cidade do Vaticano, não foi possível investigar esses depoimentos.

No caso dos depoimentos orais por mim colhidos e analisados aqui, as tramas e conflitos se deram no calor da hora, no momento das entrevistas, pois padre Hosana foi recontado em sua terra natal, Correntes, como herói. O crime não o maculou. Por outro lado, dom Expedito também foi recontado como herói, mas em Garanhuns. Postos esses diálogos em confronto, essa pesquisa possibilita uma interpretação de que há uma disputa entre Garanhuns e Correntes pela memória.

Michel de Certeau[\[12\]](#) faz provocações pertinentes sobre História, Historiografia e o trabalho do historiador. Expõe que não é mais tarefa do historiador construir, com seu texto, impérios e figuras ilustres – como eram os historiadores do século XIX. Mas, sobretudo, focar as margens, os desvios, as exceções e descontinuidades em prol da busca e entendimento de um estudo crítico e necessário. Portanto, a operação



historiográfica cria, no presente, a representação do diferente: o passado.

As fragmentadas narrativas sobre dom Expedito e padre Hosana aqui postas foram selecionadas, reunidas e problematizadas, com o intuito de percebermos desvios, exceções, descontinuidades e conflitos nessa trama de dizer e não-dizer o crime e suas personagens. As diferentes maneiras de contar e recontar o acontecimento que trouxemos para essa análise reconfigura-o. A história do bispo e do padre, enquanto discurso, projeta os dois para o futuro. Os livros, as biografias, os depoimentos orais, os momentos celebrativos, os espaços de memória, todos, no presente, preocupam-se com o devir, com a preservação de suas respectivas memórias.

Nesse sentido, para Michel de Certeau:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em 'documentos' certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa primeira distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ele consiste em produzir tais documentos, pelos simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em 'isolar' um corpo, como se faz em física, e em 'desfigurar' as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto a priori. [13]

Esse ato de interpretar o passado não é solto. Está sujeito às determinações teóricas e metodológicas institucionais. A "operação historiográfica", como denomina, é fruto de diversos conflitos e negociações de grupos de intelectuais.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, *Um Bispo Assassinado!*, tem como objetivo analisar textos e falas que (re) velam dom Expedito como "Santo" e "Mártir" da Igreja e, no outro extremo, o padre Hosana como vilão (assassino). Identificar e analisar como ambos são reconstruídos e apresentados nesses textos (jornais, revistas e livros específicos sobre o crime). Todos são discursos fundadores de uma suposta santidade e que permeou o cotidiano dos fiéis católicos pernambucanos de outrora, apresentando diferentes e divergentes opiniões e comportamentos. Todavia, são textos dados ao público para convencer, para homogeneizar opiniões e diluir conflitos de opiniões sobre o réu e a vítima.

No primeiro tópico, *As Tramas do Perdão*, analiso como o perdão é evidenciado nesses textos; como cada narrativa apresenta o perdão de dom Expedito dado ao padre Hosana e como esse perdão do bispo é recontado pelos moradores de Garanhuns e Correntes. É o recontar de um ato último promovido pelo bispo. O seu perdão, nessas narrativas, salva-o tanto quanto o padre. Salva-os do esquecimento.

No segundo tópico, *O Mártir do Dever: “morto, maior do que vivo”*, tento pontuar e compreender como o possível martírio de dom Expedito é apresentado à população pelos homens e mulheres das letras; como está presente nos discursos institucionais; e como a idéia do martírio do bispo chega ao cotidiano do povo de Garanhuns e Correntes. Ou seja, a relação existente entre o discurso promovido pelo mundo das letras e sua repercussão no cotidiano do povo dessas duas cidades. Há complementação? Ou há discrepâncias? Existem dissonâncias entre essas narrativas? Como elas se deixam transparecer?

O segundo capítulo, *A Diocese de Garanhuns e o Tribunal pela causa de Beatificação e Canonização*, tem o objetivo de compreender e analisar os mecanismos e procedimentos institucionais da Igreja Católica Apostólica e Romana que embasam sua ação de beatificar e canonizar uma pessoa. Em se tratando do bispo assassinado, é necessário conhecer quais os procedimentos legais e as formas de visibilidade que a Diocese de Garanhuns dá aos seus fiéis sobre a causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito.

Por que beatificar e canonizar dom Expedito Lopes? Quem são os artesãos do discurso de “santidade” e “martírio” do Antístite? Quais os meios utilizados para eleger e expandir essa memória específica e homogênea do bispo? E, o mais importante, como os fiéis diocesanos se postam e contribuem com essas narrativas? Essas são as questões tratadas nesse capítulo.

O primeiro tópico, *Um Santo Legal*, objetiva verificar quais os cânones específicos aplicados na ação de beatificar e canonizar alguém; estabelecendo aproximações e distâncias desses cânones às qualidades atribuídas, pelo discurso religioso, ao bispo morto. Descrever os membros do tribunal e suas respectivas funções também será aqui necessário.

No segundo tópico, *Exposições, Missas e Discursos: Santo é mostrado*, há a preocupação de analisar como a Diocese organiza e dá ao público uma biografia linear e harmoniosa do bispo e também a forma como os jornais estampam suas narrativas em prol dessa beatificação e canonização. Nesse tópico também é justo interpretar os momentos públicos de maior alcance e visibilidade na vida social garanhense: as missas

específicas celebradas para dom Expedito – os 40 anos de sua morte (1997), a de instauração e abertura do Processo de Beatificação do Prelado (2003) e encerramento, no Brasil, da causa de Beatificação (2004).

No terceiro capítulo, *Um padre assassino?*, o objetivo é interpretar as várias narrativas que enaltecem padre Hosana: na letra e na palavra.

No primeiro tópico, *A guerra dos livros*, analiso as escritas específicas sobre o crime disponíveis até o presente momento: frei Romeu Peréa (*Dom Expedito: Bispo e Mártir e A Morte de Dom Expedito. Considerações em torno de um cadáver glorioso*, 1958 e 1959, respectivamente), Lindolfo Pereira de Lisboa (*Padre Hosana: Sacerdote e Réu*, 1962. Documento não editado), Ana Maria César (*A Bala e a Mitra*, edições 1994 e 2007, respectivamente), Taíza Brito (*A Confissão do Padre Hosana*, 1998) e frei Francisco Fernando da Silva (*Dom Expedito Lopes: Bispo Mártir de Garanhuns*, 2007). Percebe-se quem está do lado do bispo e do lado do padre. O enfrentamento de suas respectivas escritas dá dinamicidade ao capítulo, pois pontua e analisa discursos em disputa.

No segundo tópico, *O Exemplo nas Narrativas*, minha reflexão parte de um punhado de entrevistas que estabeleci com alguns moradores de Garanhuns e Correntes. Somam um total de 42 entrevistas. Numa relação de troca de palavras, silêncios, olhares e gestos, participei, mesmo que brevemente, de suas sensibilidades e limitações. Ao mesmo tempo, percebi as minhas. Homens e mulheres que tiveram algum contato e/ou aproximação com o crime e seus personagens – tanto quem presenciou na época quanto quem ouviu falar. O foco não é encontrar aproximações entre seus depoimentos e as notícias que corriam no intuito de encontrar a “verdade”. O fundamental é perceber como eles narram essas histórias e como cada um (padre Hosana e dom Expedito) é recontado nela. Em suas histórias também percebi conflitos e incoerências. Esse movimento de semelhanças e não semelhanças movimentam os sentidos do passado e, conseqüentemente, meu texto.

As fontes analisadas foram as seguintes: Diário de Pernambuco (1957, 1959, 1995 e 1997), Jornal do Comércio (1957-1997), Jornal Gazeta de Notícias (1957), Jornal Imprensa do Agreste (2003), Diário da Noite (1957), Jornal da Noite (1957), O Monitor (1957-1959) e Correio da Semana (2006); as Revistas O Cruzeiro (1957) e Flos Carmeli (1957-1959).

Além dos livros mencionados, que serão analisados no primeiro tópico do terceiro capítulo, não se pode deixar de citar também as atas de abertura e instalação do Tribunal Diocesano para a Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes,

oficialmente criado pela Diocese de Garanhuns entre 2003-2004 para pesquisar a vida e morte do moribundo e, desta forma, tentar promover sua canonização oficial junto à Congregação das Causas dos Santos, com sede no Vaticano.

Os livros de cânticos, as orações, os santinhos, os textos-discursos falados nas missas de abertura e encerramento do processo são aqui analisados juntamente com os jornais que, insistentemente, divulgaram esse “*singular acontecimento na cidade*”. Apostilas com orientações canônicas de como se beatificar e canonizar uma pessoa, dentro das normas institucionais da Igreja, também ajudaram.

As fotografias dessas celebrações e dos membros desse tribunal em seu pleno exercício e fotos outras de exposições das relíquias de Dom Expedito ocorridas na cidade na década de 1990 serão convocadas aqui para compor o mosaico de pistas e rastros do passado. Longe está a intenção de recompô-lo em sua suposta originalidade, ressalta-se.

A essas fotografias, somam-se fitas K7 contendo programas de rádio convocando a população de Garanhuns e cidades em seu entorno para participarem da missa em homenagem aos cinquenta anos de morte do bispo, ocorrida em julho de 2007, na Catedral de Santo Antônio, Garanhuns-PE. Uma semana antes da missa, que ocorreu num domingo, o Programa de Rádio Uma Palavra em sua vida, sob a responsabilidade da Diocese de Garanhuns, fazia reflexões sobre a biografia e, mais ainda, sobre a morte do bispo.

No campo de registros orais, temos depoimentos de membros dos componentes desse tribunal eclesiástico, de familiares de dom Expedito e de habitantes de Garanhuns e Correntes. Esses registros orais são indícios sobre a repercussão do esforço da Diocese de Garanhuns em canonizar dom Expedito. Esses ecos do passado são aqui considerados e tratados como memória(s), com pontos de discordâncias, desafetos e desconfortos. São memórias em disputa.

Portanto, esse trabalho dissertativo não se preocupa diretamente com o crime. Meu objetivo central é interpretar *como* o crime *foi* e é contado e recontado nos textos e nos depoimentos orais recolhidos, apresentando as tramas que essas narrativas abarcam. Está consoante com as perspectivas da História Social da Memória, que privilegia uma retomada crítica da relação presente e passado. Nesse sentido, a História Social da Memória abre outras possibilidades de compreensão sobre o passado e seus usos no presente.

# Capítulo 01

## Um Bispo Assassinado!

### 1.1 - As Tramas do Perdão

Era 1.º de julho de 1957, dia em que a Igreja Católica Apostólica Romana celebra o *Preciosíssimo Sangue de Jesus*, (re) memorizando a atitude de Cristo oferecendo, na Última Ceia, o seu sangue e sua carne aos homens e mulheres para a remissão dos pecados. Nesse mesmo dia, outro sangue foi derramado e oferecido ao clero, à Diocese, à cidade e, em especial, a um pecador. Tratava-se do sangue de dom Expedito Lopes, bispo da Diocese de Garanhuns, no Agreste Meridional de Pernambuco, que foi alvejado com três tiros de revólver pelo seu subordinado padre Hosana de Siqueira e Silva.

Dom Expedito Lopes foi ferido em seu próprio Palácio Episcopal, por volta das 18 horas e 30 minutos. Foi socorrido pelo monsenhor José de Anchieta Callou, Pároco da Catedral de Santo Antônio, na época. Levado para o Hospital Dom Moura, único na cidade, foi submetido a inúmeras transfusões de sangue, enquanto uma equipe composta por um médico cirurgião e um anestesista se dirigia do Recife. Não resistiu, entretanto, e foi a óbito por volta das 2 horas e 15 minutos da manhã do dia seguinte. Foram oito horas de agonia, rezando, ditando trechos bíblicos e palavras de oferenda de si mesmo pela Diocese, pelo clero, pelos seminaristas e pelo povo de Garanhuns. Também pediu perdão para o padre que o feriu. Pediu que todos perdoassem o sacerdote assassino.

Os motivos apresentados para explicar tal atitude de padre Hosana eram as denúncias levadas aos ouvidos de dom Expedito, “à boca miúda”, como diziam, de que seu subordinado não estava dando a devida orientação religiosa nas escolas do perímetro de sua paróquia, estava cobrando preços exorbitantes para ministrar os sacramentos e dava mais assistência aos negócios de sua fazenda. A mais grave denúncia era a

seguinte: padre Hosana estaria tendo um caso amoroso, primeiro com Maria José Martins, sua prima e empregada doméstica e, depois, com Quitéria Marques, também empregada doméstica.

Dom Expedito, diante das denúncias, decidiu, com a autorização da Santa Sé, suspender de ordem o padre, isto é, de suas obrigações clericais. A nota de suspensão iria ser lida no programa de rádio *A Voz da Diocese*, na Rádio Difusora de Garanhuns, naquele fatídico 1.º de julho. O programa e a leitura da nota eram de responsabilidade de padre Acácio Rodrigues Alves.

Muito embora a carta de suspensão seja datada do mês de maio, sua leitura foi adiada para julho por causa do tempo de quinze dias dado ao sacerdote para retirar Quitéria de sua casa e também por causa da preparação e celebração da Festa do Centenário da Paróquia de Quipapá, realizada em junho. Padre Hosana recebeu, registrou e protocolizou o documento no dia 31 de maio daquele ano, porém, não acatou a ordem de seu superior hierárquico.[\[14\]](#)

Sabendo da decisão do bispo de ler o documento no programa de rádio, dirigiu-se, de trem, para Garanhuns munido de documentação para ser lida também no programa e que, segundo ele, provaria sua inocência.[\[15\]](#) Chegando à cidade, hospedou-se no Mosteiro de São Bento. Em seguida, destinou-se à Rádio Difusora. Lá estando, tentou negociar sua fala e a leitura dos documentos. Padre Acácio, por sua vez, não lhe deu espaço para falar. Transtornado e inquieto, pegou novamente o táxi e se dirigiu ao Palácio Episcopal. O som do toque da campainha levou dom Expedito à porta. Logo em seguida, os disparos.

Fazia companhia a dom Expedito um empregado da casa de nome João. Ao ouvir os disparos, João correu à porta. Viu dom Expedito ferido, indo em direção à pequena capela do palácio, caindo ao chão. Dom Expedito disse ao seu João que foi padre Hosana quem o baleou e pediu-lhe que fosse chamar monsenhor Callou. Assim o fez. Ao chegar, monsenhor Callou afirma que o bispo pediu-lhe o sacramento da absolvição e disse: “*Padre Hosana matou-me, perdôo o pobre sacerdote*” [\[16\]](#). Foi levado ao Hospital Dom Moura e agonizou ainda por oito horas.

Nesse ínterim, padre Hosana refugiou-se no Mosteiro de São Bento. Narrou o que fizera ao bispo para dom Bento, prior do mosteiro. Dom Bento o conduziu aos aposentos até que pensasse que decisão tomar. À essa altura, o crime já ganhara proporções tremendas na cidade. No dia seguinte, dom Bento informa ao prefeito da cidade, na época, senhor Luis Figueira, o paradeiro do padre. O prefeito conduz, então, o

sacerdote para a Casa de Detenção no Recife. Sua retirada da cidade foi sigilosa. O padre saiu encapuzado para não ser reconhecido pela população, que queria linchá-lo e passara toda a noite à sua procura. [17]

Preso, o padre submeteu-se a três julgamentos: 20 de fevereiro de 1959, 29 de abril de 1960 e 06 de dezembro de 1963. Todos foram realizados no Tribunal de Justiça de Pernambuco e levaram toda a imprensa escrita e canais de TV, como a TV Tupi do Rio de Janeiro, além de curiosos. Nos dois primeiros julgamentos, padre Hosana de Siqueira e Silva foi absolvido. Juarez Vieira da Cunha, advogado de renome e prestígio em terra pernambucana, levantou durante o seu discurso aos jurados a idéia de que o sacerdote matou o bispo em legítima defesa de sua honra; pois seu cliente sofria perseguições por parte daquela autoridade clerical. No último julgamento, padre Hosana foi condenado a 14 anos de prisão. No cárcere, foi lida sua Carta de Excomunhão por monsenhor Isnaldo Fonseca. Desses, cumpriu 11 anos e em 1968 foi liberado por bom comportamento.

O crime e todo o desenrolar da prisão e dos julgamentos de Hosana fomentaram diversas interpretações, quer na escrita, quer na fala. Muitos textos foram produzidos e reproduzidos sobre ele, vindos das mais diversas direções: jornais, ligados ou não à Igreja Católica, livros, cordéis, revistas, cada versão, ao seu modo, e, muitas vezes, com informações divergentes. Há algo, porém, comum: a oferta de si mesmo, de seu sangue ao clero, aos seminaristas e a toda a Diocese de Garanhuns; como também o perdão dado ao padre.

Em tudo o que há de escrito sobre o assassinato de dom Expedito Lopes, o ponto mais enfatizado é o seguinte: suas últimas palavras antes de perecer. Nelas, o *perdão* ganha destaque. É também o perdão do bispo ao seu assassino que sustenta, hoje, o discurso oficial católico sobre a beatificação e canonização do mesmo.

Muito mais do que a vida do bispo, está evidenciada a sua morte. São construções narrativas embebidas de piedade, a construir uma hagiografia para ressaltar as virtudes do bispo e seu merecimento aos altares públicos e domésticos.

Como o perdão é evidenciado nessas falas e textos? Como cada narrativa apresenta esse ato último de dom Expedito? Como o perdão do bispo é repetido pelos moradores daquela urbe em seus depoimentos?

Retomado e re-elaborado pelas letras e falas, é esse o ato de dom Expedito que o distingue, que o extrai do corriqueiro, da repetição do dia-a-dia. Não foram somente os tiros que quebraram o viver rotineiro da cidade, a partir de 1957, mas, sobretudo, as oito



horas de agonia do bispo, suas dores, sua sede, suas orações e, por fim, o oferecimento do perdão - coroando assim sua “bela” morte.

O jornal católico *O Monitor* (órgão criado e pertencente à Diocese de Garanhuns) no dia 13 de julho de 1957, traz uma homenagem ao bispo cuja autoria é do doutor Oswaldo Zaidan, um dos médicos que assistiu dom Expedito no Hospital Dom Moura. Com o título “*Morto: maior do que vivo*”, o extenso texto evidencia os últimos momentos do Antístite e, principalmente, o perdão:

(...) A afirmação de sua personalidade cristã está, sobretudo, na sua morte, perdoando o seu algoz e pedindo a Deus que lhe perdoassem no momento cruciante de sua vida, no leito dos moribundos, quando se poderia admitir até a conservação do instinto, porque diante da morte o homem tem direito de pedir para viver, para livrar-se das dores que o contorcem e o aniquilam. Mas ele não. Preferiu morrer para que a Igreja vivesse, para que seus ideais não perecessem no lodaçal das materialidades prosaicas que aviltam os homens lhe fazendo desaparecer as últimas résteas de santidade. Morreu como só os espíritos superiores sabem morrer: perdoando.

Os meus olhos atônitos ainda fitam em seu leito de morte, a figura expressivamente cristã de Dom Expedito Lopes, no Hospital Dom Moura. Ainda tive essa ventura. (...) [\[18\]](#)

Outra matéria, publicada no jornal *Diário da Noite*, de 02 de Julho de 1957, assinada pelo jornalista Nilo Pereira e intitulada “Não Julguem a Igreja pelo Pecador”, avalia o perdão dessa forma:

A maior lição de Dom Expedito estava reservada para sua morte - a morte heróica do mártir da Igreja – quando perdoou o padre assassino e pediu que rezassem pela alma do transviado. Esta é a Igreja, verdadeira e legítima; julguem-na pelo bispo e não pelo infeliz sacerdote; pelo o santo e não pelo pecador. (...) A Igreja não se rebaixou neste triste episódio; engrandeceu-se. Porque não é a mão assassina que nos fica diante dos olhos, é o bispo morrendo docemente, perdoando o algoz, num gesto de infinita caridade. [\[19\]](#)

Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, na época arcebispo de Olinda e Recife, também escreveu sobre a morte e o perdão, à luz da doutrina cristã católica. Intitulado de



“*Dom Expedito*”, O *Diário de Pernambuco* de 07 de julho de 1957 publicou do Arcebispo o artigo “Dom Expedito”.

(...) Devia ser uma grande alma a do Bispo de Garanhuns para que pudesse ter tão grande heroísmo nos momentos extremos da vida. Na sua morte projeta-se maravilhosamente a imagem do Divino Crucificado. O Calvário estava ali, naquele hospital de Garanhuns, crucificado no cimo da cruz, o Mestre Divino, não teve um olhar de recriminação, não pronunciou uma palavra de amargura, não fez uma referência à triste pessoa do traidor, não formulou uma queixa contra os verdugos. Seus olhos divinos, seus lábios doloridos procuravam aqueles que o martirizavam apenas para dar o perdão e a misericórdia! (...) Não posso compreender essa serenidade absoluta, essa tranqüilidade imperturbável, essa paz interior, esse heroísmo de calar até o nome do assassino, essa superioridade incrível de todas as dores e a todos os acontecimentos, para só colocar no olhar, nas palavras, nos gestos a atitude soberana dos mártires: tendo somente para o sacerdote infeliz e tocado por impulso diabólico a palavra do mais amplo, do mais irrestrito perdão (...). [20]

As narrativas sobre o perdão denotam dupla função: inaugurar uma percepção imaculada sobre dom Expedito (ofuscando suas contradições como bispo e administrador diocesano) e lançá-lo à posteridade como um exemplo a ser seguido, como um marco referencial de “santidade”. Essas narrativas isentam o sacerdote dos castigos divinos – uma vez que ele já foi perdoado por sua vítima – e, contraditoriamente, o deixam no estado de pecador.

*Dom Expedito Lopes: Bispo e Mártir* e *A Morte de Dom Expedito* foram dois livros escritos por frei Romeu Peréa, da Ordem Carmelita no Recife, respectivamente nos anos 1958 e 1959. Nas duas obras, o perdão também ganha destaque e reflexão à luz da doutrina cristã católica Apostólica e romana.[21]

O frade era capelão da Casa de Detenção, onde padre Hosana ficou detido no Recife. Naquele recinto, além de frei Romeu Peréa, estavam presentes à leitura do Decreto de Excomunhão do sacerdote, em 16 de agosto de 1957, o monsenhor Isnaldo Fonseca, autoridades clericais bem como seu advogado, Dr. Juarez Vieira da Cunha.

O prefácio do segundo livro, publicado em 1959, foi escrito pelo jornalista Nilo Pereira. O perdão é mostrado como a espinha dorsal das reflexões doutrinárias que vêm

nas páginas seguintes. O jornalista diz:

O perdão foi a caridade; mas este apelo foi algo de sublime. Os olhos do prelado se alongaram pelas estradas do tempo e previniram novas quedas e novos abismos, intercedendo, com o sangue derramado, pelo seu próprio algoz. (...) A santidade é sempre uma violência; aceita, temos a sublimidade; renegada, temos o pecado: as duas faces da tragédia de Garanhuns - o Bispo Mártir e o Padre Algoz, a violência do santo e a violência do pecador. A Igreja está no santo, que violenta a natureza decaída pelo Perdão, pelo o Amor, pela a Caridade. [\[22\]](#)

Precisamente no capítulo intitulado *Amor e Perdão*, na página 71, frei Romeu Peréa assegura que há palavras que são pronunciadas para ficar na memória:

Sempre que um moribundo abre, com esforço, os seus lábios, para com, sacrifício, pronunciar as suas derradeiras palavras, todos quantos assistem à sua agonia curvam-se reverentes tocados da mais profunda emoção entre aquele ser que se prepara para entrar na região do mistério. Se o moribundo é um homem que viveu unido a eles pelos laços do sangue ou da amizade, as suas palavras lhes interessam particularmente para conservá-las durante a sua vida como uma lembrança que nunca se afastará da sua memória. Se foi um homem de destaque, na convivência terrena com eles, ou pela sua posição, ou pela sua autoridade, essas palavras se recolhem para, mais tarde, serem transmitidas à posteridade. (...) Há frases rigorosamente históricas que passaram à posteridade como a manifestação da vontade daqueles que as pronunciaram, ou como prova da atitude que adotaram em face da morte, ou ante um grande perigo, por que em vida passaram. A frase de Cristo na cruz: 'Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem!'. Ou a do nosso Bispo-Mártir, ao repetir constantemente as suas palavras de amor e perdão no seu leito de morte.[\[23\]](#)

Já no capítulo *Ante Deus, Princípio e Fim*, na página 109, o frade faz a reflexão sobre o perdão de dom Expedito ao padre Hosana.

Uma coisa é amar o nosso próximo, como nós nos amamos. Outra, muito diferente, amar o nosso inimigo, falar bem de quem fala mal de nós, perdoar aquele que nos ofende, elogiar a quem vive a semear calúnias contra a nossa fama e nosso bom

nome. Mas existe ainda uma prova maior de amor, que muitos não compreendem e que, humanamente, não se compreenderia, em verdade se o Filho do Homem assim o não tivesse ensinado e, mesmo, praticado: é dar a vida pelo amado. (...) Grande pois deve ser a glorificação daquele que cumpriu esse preceito do perdão aos inimigos (...).

[24]

Nesse sentido, o grande perdão deve produzir uma memória grandiosa, uma força exemplar, para romper as barreiras do esquecimento.

A Revista Flos Carmeli, de agosto e setembro de 1957, traz a matéria *Mais uma vítima do Dever*, escrita por frei Romeu Peréa. Ele subdivide seu texto em subtemas, a saber: os antecedentes do escândalo, o escândalo, o desfecho, o mártir, martírio consciente, as virtudes heróicas do mártir, perdão e caridade e a redenção pelo sangue. No que toca ao perdão, há a seguinte reflexão:

Só havia nos lábios e no pensamento do bispo uma expressão: o perdão. Perdão claro, perdão incondicional, perdão sem recalque, perdão espontâneo, perdão sem azedume, perdão pessoal, não inspirado de fora, não pressionado por insinuação ou persuasão de outros. (...) Perdoar o inimigo nunca foi fácil. Perdoar o inimigo no momento em que ele brutalmente, estupidamente nos arranca a vida com dores cruciantes; possuir nesta hora, em que o instinto de conservação todo se excita, possuir nesta hora o mesmo sentido de perdão, pensar em perdoar na hora em que a natureza reúne todas as reservas numa luta de defesa e de contra-ofensiva: eis o que não se improvisa. (...) Na mente e no coração de Dom Expedito nestas circunstâncias não existe preocupação alguma por problemas terrestres nem humanos; só gira no seu pensamento a glória de Deus pela qual ele renova constantemente o oferecimento da sua vida pela alma do padre assassino no qual ele perdoa tanto em nome próprio quanto em nome da Igreja e em nome da Diocese; a alma do padre para o qual ele pede missas e diz, sem adjetivos ressonantes nem sentimentalismos, mas simplesmente como falava: ‘é preciso que dêa para que este padre nunca mais peque’ (...).

[25]

Na mesma revista, de maio e junho de 1959, outro carmelita, frei Inácio Maria, traz sua versão sobre o perdão ao padre Hosana:

Morreu Dom Expedito em pleno fulgor de sua dignidade episcopal que ele nunca manchou nem dedignou [sic] com omissões criminosas, qualquer que fosse o sacrifício. Morreu perdando, morreu oferecendo a Deus, pela conversão de Hosana, o dom mais precioso que possuía: a própria vida. Morreu como o soldado que não deserta nem trai. Morreu como o 'Bom Pastor', descrito por Jesus no Evangelho 'o qual não abandona as suas ovelhas (...)'. [26]

Assim, o perdão vai sendo o pilar de sustentação da suposta santidade de dom Expedito. As oito horas de agonia, a oração, as dores, o sangue derramado, a oferenda de si mesmo e a assistência dos padres em sua volta: tudo prepara-o para a posteridade, para um futuro nos altares públicos e domésticos. Perdoar padre Hosana foi seu trunfo. Assumiu a condição do pai que perdoa. [27]

O perdão é um dos elementos a compor a vida de um pré-destinado à santidade. Virtudes como *bondoso, bom pastor, paciente, prudente, homem de oração, perseverante*, entre tantas outras, também são postas no papel. Formam, junto com o perdão, a vida e a morte daquele bispo cearense. São elementos que se aglutinam para compor sua hagiografia.

Michel de Certeau - no texto *Uma variante: a edificação hagio-gráfica* [28] - problematiza a hagiografia, prática comum dentro dos escritos da Igreja Católica Apostólica Romana. O autor assinala que é preciso particularizar e pensar melhor esse gênero narrativo: a hagiografia, isto é, a escrita da vida dos santos.

O autor considera a hagiografia um gênero narrativo, portanto, uma organização textual. No século XVII, chamava-se também de hagiologia. Existe para promover um santo e, para isso, utiliza-se da combinação e da interação de atos, lugares e temas para formar sua estrutura e convencimento. Nessa dinâmica, o foco é "dar o exemplo", deixar um "exemplo". Embora toque o passado da vida e da morte da biografia estudada, sua importância maior está em lançá-lo à posteridade. Para narrar o santo e fixá-lo na memória daqueles que convivem com sua ausência/presença, somam-se suas virtudes e milagres.

Entre os séculos 150 e 300, o interesse maior era a morte daquele que se queria santificar. A forma da morte era importante para o relato textual. Por isso, o túmulo do morto é imperativo em importância. O túmulo é uma testemunha. Na segunda etapa, é que a vida do santo toma para si o foco de importância nesse gênero narrativo, uma biografia linear, pré-destinando o candidato aos altares e aos corações alheios. A vida

passa, então, a fundar esse discurso de santidade.

No caso de dom Expedito, é a morte que o evidencia. A forma pela qual foi consumido após os disparos tem força maior. Sua vida foi narrada, também, para compor sua santidade, porém, a vida assume papel complementar. A vida de dom Expedito, quando posta diante de sua morte, torna-se rarefeita. A memória dá lugar e destaque maior à sua morte, ao seu perdão, aos seus suspiros, ao seu sangue preciosíssimo.

Os mesmos escritos (que evidenciam o perdão) reivindicam justiça para o caso. E a justiça significa punir o padre com a prisão. Se, de um lado, existiu o perdão, houve também a reivindicação para a necessidade de punição. No dia 13 de julho de 1957, o jornal O Monitor assim argumentou:

Poder-se-á admitir o perdão na esfera religiosa, conservando-se inatacável a vontade do Antístite, violentado e morto. Mas, o que se não pode admitir é a consagração do crime na esfera leiga e civil, é a glorificação do criminoso, em detrimento de uma sociedade inteira que não chama apenas Justiça, porque esta, às vezes, não satisfaz como reparação regeneradora, mas a degradação do criminoso e a elevação da vítima. Porque melhor do que a condenação do algoz é a memória santa do morto que ficará perene em nossos corações. [29]

A absolvição dada ao padre Hosana nos dois primeiros julgamentos (1959-1960) repercutiu na imprensa como um ato de impunidade e injustiça diante do bispo e perante o sentimento cristão. Esse mesmo sentimento cristão que tanto alavanca e admira a mensagem de perdão transmitida pelo Antístite.

Logo após o primeiro julgamento, no Tribunal de Justiça de Pernambuco, o *Diário de Pernambuco*, de 22 de Fevereiro de 1959, dispõe as impressões sobre o desfecho do julgamento:

(...) As irmãs de Dom Expedito, Ildêce e Suzete Lopes, ouviram todo o julgamento do Padre Hosana através da Rádio Clube de Pernambuco, mostrando-se revoltadas com os aplausos do público, no final do júri.

A senhora Suzete disse que esperava uma sentença pequena, por saber não existir justiça no Brasil, porém, não imaginava tão irrisória (...).

A senhora Ildêce afirmou que o assassino do seu irmão merecia 30 anos,

acrescentando: “Na verdade, o Bispo perdoou. Entretanto, a justiça da Terra deveria julgar o fato humano. Hosana assassinou um homem e merece a cadeia”.[\[30\]](#)

Por outro lado, no mesmo jornal, de 25 de fevereiro de 1959, dois dias depois de ouvidas as irmãs do bispo, há uma enquete feita em Quipapá-PE, onde o sacerdote era pároco, sobre o desfecho desse primeiro julgamento.

Amigos de Hosana regozijam-se com os fatos: os que prestaram depoimentos contra ele, ou se expressaram pessoalmente contra o crime, temem represálias do ex-padre, a quem consideram, por experiência própria, segundo afirmam, vingativo, audacioso e temerário. Daí a reportagem haver feito uma enquete com o povo, para saber a maneira como foi aceita a decisão do Júri. Os que estavam do lado de Hosana não se furtavam de expressar de público seus sentimentos, ao passo que alguns dos que condenavam, recusavam a dar o nome ao repórter, sob a alegação de evitar futuras perseguições. (...)

#### A Enquete

Uma das primeiras pessoas a serem ouvidas foi o atual Vigário de Quipapá, Padre Edgar Clarício, que se recusou prestar declarações a respeito da decisão do Júri, por não achar oportuno.

O Senhor Augusto Duque (Tabelião) acha que Hosana deveria pegar pena máxima, além da medida de segurança ou então, ser absolvido e internado no manicômio judiciário.

O matuto Manoel Bernardino Sena, abordado na rua pelo repórter, disse que seu desejo era que Hosana fosse absolvido, justificando seu ponto de vista com a alegação de que fora sempre tratado com bondade e atenção pelo ex-vigário de Quipapá.

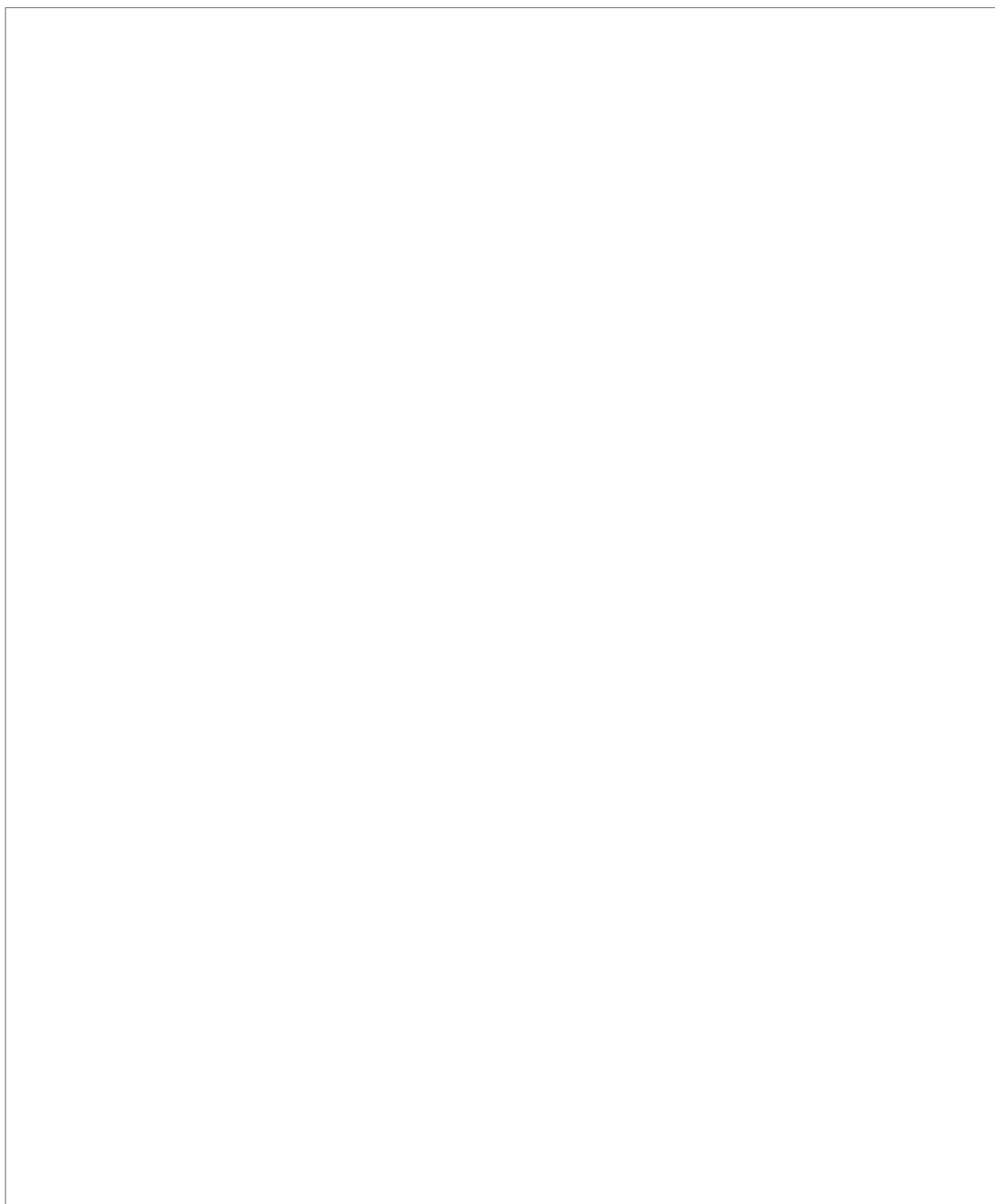
O Presidente da Câmara Municipal de Quipapá, senhor José Américo Leite, declarou que os jurados agiram com justiça. Caso fizesse parte do Conselho de Sentença votaria pela absolvição. Acha que, se não houvesse motivos fortes, Padre Hosana jamais chegaria a um desfecho criminoso.

Heridowel Gomes Rosa, representante de juventude local, no seu inquirido, disse para o repórter: ‘Quipapá é uma cidade com 2.500 habitantes. Desses 2.500 habitantes, saiu um para matar o bispo de Garanhuns; por que foi o Padre Hosana e

não eu? Certamente, ele teve suas razões, porque eu não tive nenhuma e não cometi o crime. Gostaria que ele houvesse sido absolvido. Dois anos foram demais, até seis meses seria uma exceção'. (...)

O senhor Álvaro Luiz de Assis, Presidente da Cooperativa Agropecuária de Quipapá, disse: 'Confesso que já esperava um julgamento benevolente por parte dos jurados de Recife. Entretanto, fui surpreendido pelo veredictum. Acho, para tamanho crime, a pena ser maior, maior (...). [\[31\]](#)

Essa celeuma explicita as tramas que o perdão comporta. Nesse sentido, o pedido de dom Expedito para que todos o perdoassem não teve força e ressonância. Ficou na esfera do religioso, do sagrado, da doutrina. A possível punição ao padre teve maior relevância, era esperada por aqueles e aquelas em favor do morto, que tiveram suas expectativas frustradas nos dois primeiros julgamentos.



**Foto 01** – Primeiro Julgamento do Padre Hosana de Siqueira e Silva, datado de 20 de fevereiro de 1959. O julgamento mais comentado por toda a gente pernambucana. Os jornais, as rádios e até mesmo emissoras de TV disputavam sua cobertura. Segundo os jornais, o povo aplaudia cada vez que Juarez Vieira da Cunha, advogado de defesa do réu, fazia suas declarações a favor do padre, dizendo que o sacerdote agiu em legítima defesa da honra. Mais aplausos rasgaram o silêncio do recinto quando o réu teve como pena dois anos e meio de reclusão em casa de tratamento psicológico específico. O caso ganhou as ruas e acirrou ainda mais a divisão de interpretações no povo. A essa sentença, os jornais chamaram de uma “quase absolvição”. (jornal Diário de Pernambuco de fevereiro de 1959).



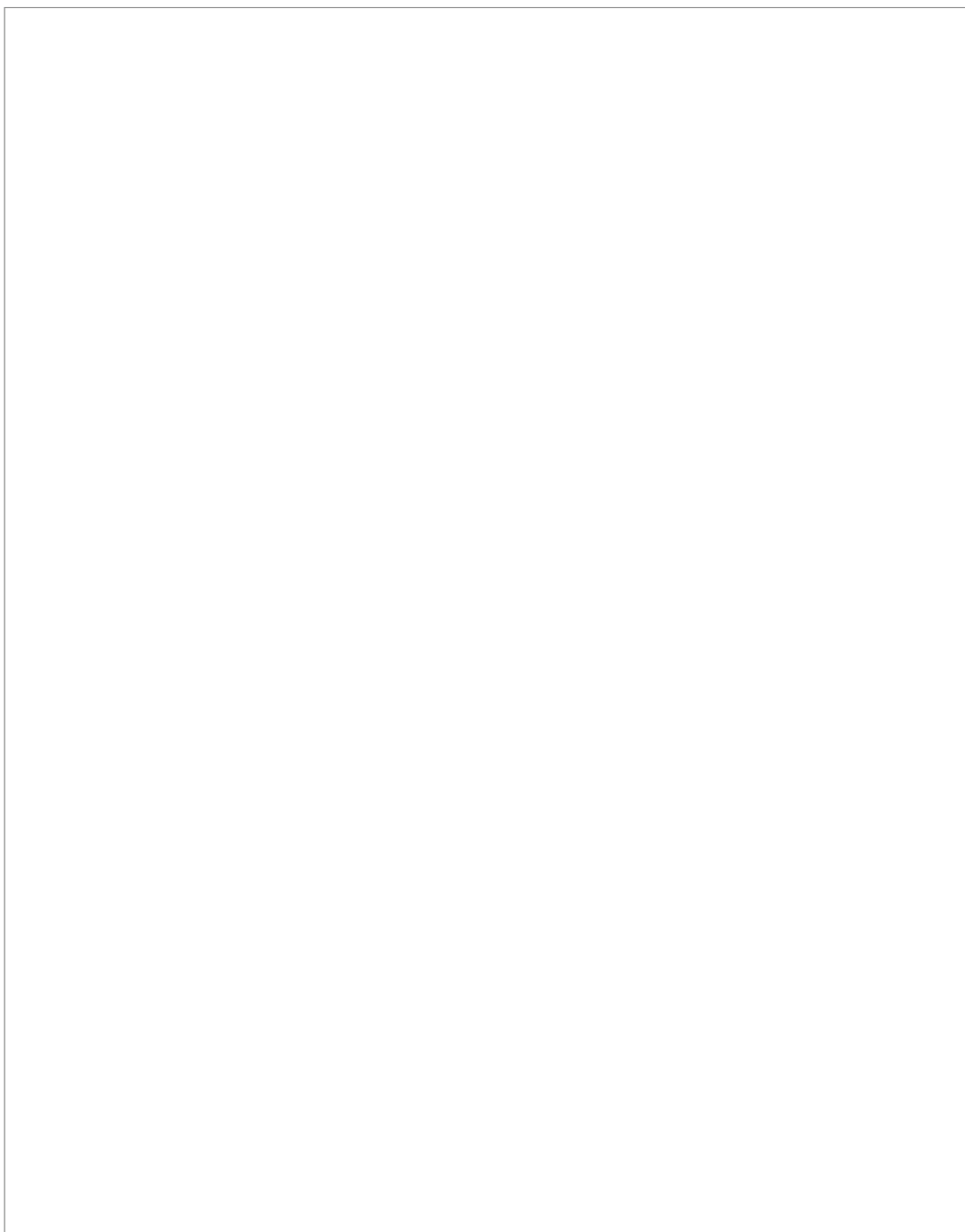


Foto 02 - Padre Hosana de Siqueira e Silva retirando-se do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJP), no Recife, depois de lida a sentença de seu primeiro julgamento, datado de 20 de fevereiro de 1959. (jornal Diário de Pernambuco de Fevereiro de 1959).

Em um documento intitulado *Padre Hosana: Sacerdote e Réu*, datilografado no Recife e datado de 1962, cujo autor é Lindolfo Pereira de Lisboa, [32] há uma reflexão sobre o perdão dado por dom Expedito ao padre em contraposição à vontade e às expectativas de certas pessoas. O autor ressalta que os seguidores do bispo admiram as suas últimas palavras, mas não as seguiram, pois queriam punição.

Para ele, o povo do Recife, em sua maioria, posicionou-se a favor de padre Hosana. Aos demais que estavam do lado do bispo, chamou-os de “*hipócritas*”, “*sepulcros caiados*”, “*beatas*”, “*ratos de sacristia*” e “*baratas de igreja*”. Afirma que “*diante de duas correntes, ninguém, absolutamente ninguém se queda da imparcialidade*” [33], embora diga ser imparcial em sua escrita.

Havia ainda um número de bárbaros e cruéis que desejavam que o Padre Hosana fosse condenado a trinta anos de detenção. São os que o taxaram de hediondo, monstruoso, cínico, bárbaro e outros insultantes adjetivos sempre naquelas bocas incapazes de palavra caridosa, cristã e amiga, esquecidos de que estão [longe] daquelas palavras de Nosso Senhor Jesus Cristo, quando disse: ‘aquele dentre vós que estiver sem pecado, lance a primeira pedra’. E em outra parte das Santas Escrituras: ‘Perdoai os vossos semelhantes, para que meu Pai perdoe a Vós’. (...) Ao invés de pensarmos na qualidade do crime, qualificando-o de monstruoso e hediondo, nosso dever de cristãos e católicos é pôrmo-nos em seu lugar [de Padre Hosana] para compreendê-lo, perdoar seus erros, faltas que também nós estamos sujeitos a cometer. Rezar por ele, seria preferível e mais agradável aos olhos de Deus e do próprio Dom Expedito, que morreu perdoadando a quem o ferira; a ficar batendo com a língua nos dentes, a dizer asneiras, como se fôssemos uns santos, uns infalíveis, isentos de todos os erros e faltas. [34]

Adiante, especificamente na página 37, diz:

(...) Todo aquele que acusa levianamente o Padre Hosana e o maltrata, quer por palavras ou atos, não é digno do nome de cristão e católico porque não está usando da caridade, pedra fundamental em que Cristo edificou toda a sua Doutrina que é o **perdão** [grifo nosso], amor e caridade. ‘Mas, disse alguém, o Padre agiu contra um Bispo da Igreja!’ E eu respondi: ‘Agiu, é verdade, mas agiu depois de o bispo agir contra ele. E mesmo que assim não acontecesse, nosso dever de cristãos e católicos é perdoar a quem cometeu qualquer falta, somente a Deus cabe a prerrogativa de

acertar sempre, e somente ele sabe julgar quem errou e quem acertou. [35]

Em 1995, dom Acácio Rodrigues Alves, bispo emérito de Palmares-Pernambuco, entra em contato com padre Hosana em seu sítio *Areia dos Gatos*, também chamado Nossa Senhora da Conceição, a doze quilômetros de Correntes-Pernambuco, sua cidade natal. O objetivo daquela visita era sugerir ao sacerdote que ele escrevesse uma carta ao Papa João Paulo II, demonstrando profundo arrependimento pelo crime que cometera em 1957 e solicitando o perdão do Sumo Pontífice. Isso implicaria sua volta ao estado de sacerdote, oficialmente. Noutras palavras, a excomunhão seria quebrada e/ou interrompida. Duas condições foram-lhe impostas por dom Acácio: que ele demonstrasse realmente arrependimento (tanto na escrita da carta endereçada ao Pontífice quanto nas conversas que travavam) e que ele, num gesto de humildade, se dirigisse ao túmulo de dom Expedito e pedisse perdão ao morto.

O Diário de Pernambuco, de 21 de janeiro de 1995, atesta:

#### Papa perdoa Padre Hosana

Trinta e sete anos depois de ter assassinado o Bispo de Garanhuns, Dom Francisco Expedito Lopes, com três tiros de revólver, num dos crimes mais rumorosos do país, Padre Hosana de Siqueira e Silva diz que agora é um homem livre. O religioso de 82 anos foi **perdoado** [grifo nosso] pelo Papa João Paulo II e deve ser indultado pelo Vaticano. O indulto lhe assegura o direito de voltar a ministrar sacramentos e assumir uma paróquia em qualquer parte do país. Mas, os planos do Padre Hosana são outros (...).

Hosana se aproximou do sepulcro. Caiu de joelhos, começou a chorar e pediu perdão ao Bispo que ele havia assassinado (...).

Afirma que agora é 'um homem livre', que deseja publicar um livro narrando sua versão sobre o crime que abalou Pernambuco. [36]

Contraditoriamente, o mesmo Diário de Pernambuco, em matéria de 08 de novembro de 1997, um dia após a morte de padre Hosana, acentua que o bispo dom Acácio teria dito que não existe carta no Vaticano pedindo o perdão de padre Hosana e, conseqüentemente, que o Sumo Pontífice não deu o seu perdão ao sacerdote.[37]

No jornal do Comércio, de 17 de novembro de 1997, Ana Maria César, autora do livro *A Bala e a Mitra*, publica:

(...) Há dois anos fomos surpreendidos com a notícia que Hosana escrevera ao Vaticano solicitando o perdão eclesiástico, e dava-se notícia que finalmente teria sucumbido aos rogos de Dom Acácio, bispo de Pesqueira, e testemunha da tragédia de Garanhuns, visitando o túmulo de Dom Expedito, quando demonstrara um sincero arrependimento.

Morreu sem receber a suspensão da excomunhão. De perdão mesmo, só o do bispo no leito de morte. Mas, a violência, como um bumerangue retornou ao ponto de partida, maculando mais uma vez a história da humanidade. A quem caberá agora julgar? [\[38\]](#)

Percebe-se pelos registros produzidos naquele ano de 1997 que o tão esperado perdão do papa àquele sacerdote ganhou destaque. O perdão, ou a sua iminência, trouxe dissonâncias de opiniões.

O jornal do Comércio, de 08 de novembro de 1997, em seu Caderno Regional, expõe pronunciamentos de alguns bispos pernambucanos sobre a morte do padre Hosana. Neles, os bispos ressaltam que o sacerdote já estava perdoado pelo Papa, isto é, já tinha sido expedido nos escritórios do Vaticano seu indulto da pena; o que lhe restituía o direito de voltar às atividades clericais.

Lamento profundamente. Graças a Deus ele morreu já tendo recebido o indulto da Igreja. Em junho do ano passado [1996], quando estive em Roma, encontrei Dom Acácio na Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e ele me disse que estava ali para receber o indulto de Padre Hosana. Acredito que isso tenha acontecido porque Dom Acácio afirmou que o Papa João Paulo II havia concedido o indulto. A missa que vou celebrar agora será na intenção de Padre Hosana. (Dom Antônio Soares Costa, Bispo de Caruaru-PE).

Sei que estava interessado em conseguir do Papa João Paulo II o levantamento da excomunhão, o perdão, a absolvição. Dom Acácio Rodrigues, Bispo de Palmares (em viagem a Roma), intermediou isso junto ao Vaticano. Quando o Papa esteve no Rio de

Janeiro, agora em Outubro, ouvi dizer que o perdão seria apressado (...). (Dom Francisco Austragésilo de Mesquita, Bispo de Afogados da Ingazeira-PE).

(...) Mas, Deus perdoa as pessoas no seu pecado e acho que o Padre Hosana já devia estar arrependido do que fez (...) A Igreja tentou perdoá-lo e Dom Expedito, que morreu na hora, o perdoou. (Dom Paulo Cardoso, Bispo de Petrolina-PE). [39]

Em entrevista cedida a mim, na cidade de Sobral-CE, no dia em 16 de dezembro de 2002, dom Acácio Rodrigues Alves explicou-me, dentre outros pormenores sobre o crime do padre Hosana, sobre o pedido de perdão daquele sacerdote.

(...) Mas, então, eu fui falar com ele e, quando o carro parou, ele pôs a cabeça e me viu. Fui até a direção dele e ele me abriu os braços, me chamou pelo nome, me abraçou e me recebeu com muita alegria. E aí, a gente pôde conversar (...). E quando eu disse: 'Olhe, eu vim aqui para tratar da sua reconciliação'. Ele disse: 'Eu já estou reconciliado. Com Deus a gente se reconcilia, basta pedir'. (...) Eu pedi que ele fizesse uma carta ao Papa pedindo perdão. E nos encontramos no dia seguinte presente a uma carta, que diz tudo, menos pedir perdão. Contando que era vítima, que era perseguido (...). Então, pedi pra ele fazer outra. Ele fez outras cartas e as mesmas coisas. No terceiro dia, a terceira carta que ele fez ainda não tinha o cunho de perdão. Mas, eu já levei uma pronta e digo: 'Olha, você faz como esta aqui, dizendo que você deu três tiros no bispo e o bispo morreu como consequência, por isso você teve as penas canônicas e, por isso, quer pedir perdão, está arrependido'. Ele viu a carta, leu e disse: 'Eu assino esta'. E a gente mandou para Roma. Depois eu passei em Roma e fui à Congregação e me disseram: 'Olhe, foi feita a assembléia e se decidiu dar a absolvição e o perdão das penas canônicas. Pode transmitir a ele' (...). [40]

O perdão negociado entre dom Acácio e padre Hosana rendeu a absolvição. A morte, todavia, ceifou padre Hosana antes de saber a notícia. E a imprensa plantou a semente da dúvida quanto à existência desse perdão institucional.

É interessante notar que o perdão dado pelo bispo não resolveu o problema. Para ser perdoado, padre Hosana já tinha recebido o perdão, mas precisava, também, pedir o perdão. O mercado do perdão não era simples. Nesse caso, pedir, mesmo depois

de já ter recebido, era um valor inegociável. Pedir perdão era mais uma penitência. Perdão dado valorizava o doador e não o receptor. Perdão pedido valorizava o solicitante. De qualquer maneira, estavam em jogo as várias configurações do verbo perdoar na construção das memórias.

Tanto o perdão que dom Expedito ofereceu ao padre quanto aquele que o sacerdote solicita aos restos mortais do bispo e, depois, ao Papa, estão presentes também nos discursos orais – tanto públicos e/ou institucionais, quanto privados. Entrevistando moradores de Garanhuns e Correntes, Pernambuco, é notória a ênfase nas duas situações de perdão, muito embora as últimas palavras do bispo se sobressaíam nos depoimentos.

(...) Ele [Dom Expedito] era uma pessoa muito boa e não merecia morrer assim (...). E você viu que o fim do Padre Hosana, foi preso, pegou e passou muito tempo preso lá no Recife. (...) Ele tinha uma propriedade e foi espancado, torturado e executado. E ninguém sabe, até hoje, quem foi. Foi uma coisa horrível! Disse que foi lamentável. Quer dizer que essas coisas acontecem e ele, talvez, não se redimiou, não pediu perdão porque ficou com aquela marca. (...) O último fio da palavra dele [Dom Expedito] era o perdão. Pedindo perdão, perdoou (...). [\[41\]](#)

Para a senhora Severina Ridete da Silva, de 77 anos, dona de casa, a importância do bispo está nas suas últimas horas de sofrimento.

(...) Eu sei que ele foi um bispo muito forte aqui em Garanhuns. Na época eu tinha, assim, meus 17 anos, eu acho. Eu também escutei muito sobre o crime através de rádio. Porque, na época, nós morava no sítio (...). Ele perdoou. Que eu achei um gesto muito bonito! Ele já é santo sem precisar de canonização! Eu acho, num sabe. Agora, a canonização é bom. Mas, que ele já é santo, ele é. [\[42\]](#)

Dona Maria Tenório Cabral, de 87 anos, moradora da cidade de Garanhuns há 70 anos, exprime:

Quando eu cheguei aqui, eu não sei a data que mataram Dom Expedito Lopes, foi uma tardezinha, eu tava em casa, a igreja com o sino tocando, toda a cena horrorosa. Com todo mundo, quanto mais com um bispo, né meu filho? Eu acho horrível isso! [ênfase]. Eu num gosto, assim, de negócio de morte. Matou, matou! Eu num gosto! É o bicho cão que atenta! Gente que não tem juízo. Judiaram de Nosso Senhor! Fizeram mal aos poderes de Nosso Senhor. Quanto mais a um cristão. Ave-Maria! Passou muita gente dizendo, e o sino tocou logo e foi aquela agonia. Foi aquele ribulicho tão grande! (...) Eu acho maravilhoso ele ser santo! Porque foi uma morte horrível e ele perdoou na hora! Estava perdoadando o que ele [Padre Hosana] tinha feito (...). [43]

E o perdão chega e sai incessantemente *da* e *na* boca do povo, de variadas formas narrativas, num disse-me-disse de informações. São histórias de perdão; sendo (re) apropriadas pelos moradores mais velhos da cidade no seu dia-a-dia. Aos mais jovens, soa como uma repetição de um discurso ouvido de gerações passadas e não questionado em suas tramas e conflitos.

Em Correntes-PE, terra natal de padre Hosana e onde se encontra enterrado seu corpo no Cemitério Santa Terezinha, me dispus a ouvir alguns moradores sobre o assassinato de dom Expedito e acerca do processo de beatificação/canonização que a Diocese de Garanhuns promove há alguns anos. Lá percebi como a pesquisa nos mostra surpresas. Todos os moradores que ouvi evidenciaram a memória sobre o sacerdote. Falaram bem dele. O seu nome foi vestido de respeito e admiração. Obviamente, houve aqueles e aquelas que se fecharam ao diálogo por motivos próprios, não revelados. Respeitei.

Para Dona Natalícia Laurinda, 79 anos de idade, dona de casa, o sacerdote:

Era um padre muito católico também. Ele passava a cavalo. A gente tava rezando na nossa casa, ele saía do cavalo e no meio da reza ele se ajoelhava, na sala da nossa casa, pra rezar. Depois que teve esse problema com o bispo, né, ele foi simhora pra lá (...). Pra mim, ele errou, ele se arrependeu, né. Ave-Maria! Pra mim ele era um bom pade (...). Quem julga é Deus e mais ninguém na terra. Pode ser errado, pode ser o que for [ênfase]! [44]

Para o senhor Euclides Marcolino de Sousa, 87 anos de idade, aposentado rural,

o sacerdote era um homem de perseverança, benquisto na cidade e tratava bem as pessoas. Sobre o crime cometido em 1957, limita-se a dizer:

Foi Deus que perdoou a ele tudo o que ele fez de errado. Jesus é quem perdoa. Quando ele vinha aqui na cidade e cumprimentava, ele botava a mão na cabeça da gente e dizia: ‘Deus abençoe vocês’. [\[45\]](#)

Os jornais, livros específicos sobre o crime do padre Hosana, os discursos públicos, entre outros, mostram um perdão institucionalizado, com uma só direção - do bispo diante do padre. Na fala e vivência ordinária do povo, o perdão apresenta outras tramas. Para esses moradores que se dispuseram a partilhar comigo suas memórias sobre aquele sacerdote, o arrependimento dele o isenta de qualquer possibilidade de ter sua imagem maculada. Portanto, independente do posicionamento institucional do Vaticano, “*ele já goza da graça do senhor*”, como afirmaram moradores de Correntes. [\[46\]](#)

Na Celebração Eucarística de dois de julho de 2004, realizada na Catedral de Garanhuns, Pernambuco, o perdão de dom Expedito Lopes ao padre Hosana também é evidenciado. Tratava-se da Sessão de Abertura e Instalação do Tribunal Diocesano para a Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes, ainda tramitando na Congregação da Causa dos Santos, na Cidade do Vaticano. Na hora da homilia dispuseram aos fiéis a biografia de dom Expedito em um data-show com textos e fotos do prelado; e, ainda, com depoimentos de outros membros do clero sobre ele.

As oito horas de agonia e sofrimento foram vividas intensamente por Dom Expedito. Paciência, resignação, tranquilidade, caridade, perdão, oração, lição de amor, marcaram seus últimos momentos. (...) Amou até o fim, tal como o Bom Pastor. Morreu amando porque morreu perdoando. Coube à Diocese de Garanhuns escrever essa página que na História da Igreja no Brasil será o troféu da caridade de um Bispo. [\[47\]](#)

Em julho de 2007, a Diocese comemorou, também com uma Celebração



Eucarística, na Catedral de Santo Antônio, os cinquenta anos de morte de dom Expedito. Santinhos e livros de cânticos foram distribuídos. Neles, o discurso do perdão também se impõe. No momento das preces, por exemplo:

Para que, pelo exemplo de simplicidade e de **perdão** [grifei], de amor à Maria e testemunho de zelo pela Igreja, por cuja causa deu sua vida, seja Dom Expedito brevemente cultuado nos altares. Rezemos com piedade e fé.

Todos: Senhor, pela intercessão de Maria, atendei-nos. [\[48\]](#)

Para esta celebração também foi escrito um hino a dom Expedito, aliás, o segundo hino, uma vez que, em 2004, na missa de abertura e instalação do Tribunal Diocesano, outro hino já havia sido escrito. Em ambos, o perdão é enfatizado. A segunda composição tem autoria de José Afonso Marinho.

Falaste do Santo Evangelho

Pregaste a paz, a união,

Mostrando a realidade, em cada cidade, de sua missão.

Ouvistes todos os irmãos

E, sem distinção, tu deste o perdão. [\[49\]](#)

Já o primeiro hino, cuja autoria é de Sergio Tenório de Oliveira, exprime:

(...) A dois de Julho do ano de 57

Por toda grande região era manchete

Dom Expedito entrega alma ao Senhor

E de tristeza todo o povo se enlutou (....).

E nos jardins do belo Céu agora vai

Entre flores e roseiras resta paz

Não há mais sangue, dor, tristeza e aflição

Recebe o prêmio por na Terra dá o perdão (...)

**Refrão: Expedito, Expedito**

**És no Céu novo servo escolhido**

**Roga a Deus por seus filhos sofridos**

**E nos dá nova força e luz**

**Nos levando a Cristo Jesus (bis). [\[50\]](#)**

Para a Igreja Católica, o perdão é o cerne da experiência da fé. É pelo seu exercício que acontece a aproximação com o sagrado. Ele apaga a mácula: grande vilã da separação homem e Deus. A mácula contamina e separa. Perdoar, portanto, é purificar e abrir trânsito ao sagrado. O perdão é esperança, é recomeço, é conversão. Ele repara a culpa. Tanto a culpa quanto o perdão situam o indivíduo numa relação com Deus, numa experiência com o Pai. Tanto receber quanto dar o perdão é um ato de amor que restaura e recomeça a relação.

Nos ensinamentos da Igreja - que pretende copiar e divulgar o perdão de Cristo na cruz - o perdão é uma exigência, uma necessidade humana, pois supõe a superação dos ressentimentos e a reconciliação. Ele é generosidade gratuita e um “ato de amor acima de qualquer lei”. Por meio dele se restaura uma aliança. [\[51\]](#)

Para Osvaldo Carneiro Chaves, padre da Diocese de Sobral-CE, doar é uma coisa boa. Perdoar é melhor ainda. Classifica-o como uma coisa ótima. Quando se perdoa, há uma doação de si mesmo. “Dar-se a si próprio”, segundo assinalou. Perdoar é uma renúncia ao impulso natural da vingança. O perdão vai contra o natural (a vingança), portanto, é sempre divino. Padre Osvaldo enfatiza ainda: “*Perdoar é desarmar-se de sentimentos ou palavras de vingança. É desarmar-se de atitudes de fazer justiça com suas próprias mãos*”.[\[52\]](#)

A Igreja compreende e prega o perdão como o pagamento de uma dívida. Deus perdoa o pecador, portanto, joga o pecado para trás, aniquila uma dívida que o pecador tinha para com ele. O perdão é gratuito. Nesse sentido, perdoar é purificar, lavar e

justificar. Ele pressupõe o pecado, para existir. Ele só existe em relação ao pecado, sua razão de ser. Deus não quer a morte do pecador. Deseja a sua conversão. Deus reconforta-o (o pecador) e purifica-o no perdão.

No Novo Testamento, Cristo assume a figura do sacrifício (sangue) para oferecer o perdão do seu Pai (Deus), para salvar o mundo. Cristo tira o pecado do mundo, pois seu sangue purifica, lava e extingue a culpa. Cristo chama à conversão, à remissão. Entretanto, transmite à Igreja o poder de perdoar. Aos que crêem e se convertem em nome de Jesus, o *Batismo* é a primeira remissão dos pecados. As outras oportunidades para a remissão dos pecados são as contínuas orações da Igreja e o sacramento da *Confissão*.[\[53\]](#)

Dom Expedito doutorou-se em Direito Canônico em Roma. Era um homem das letras. Pode-se garantir, em certa medida, que ele conhecia, entre outras doutrinas, as explicações teológicas sobre o perdão. Já travava um relacionamento difícil com padre Hosana há dois anos, desde que chegou à diocese. Ele também deixou um testamento em que, nalguns trechos, sugere que pressentia que algo iria acontecer:

“(...) Acertando, desde já, com o mais completo e absoluto espírito de filial submissão à morte que Nosso Senhor me houver designado, ofereço minha vida pela maior glória de Deus e salvação das almas (...)”.[\[54\]](#)

O testamento também é muito citado nas entrevistas que fiz com alguns padres e leigos de Garanhuns. Quando o citam, tocam nesse ponto e afirmam os depoentes que o bispo já pressentia a morte.

Após a missa em homenagem aos cinquenta anos de morte do bispo, realizada no dia dois de julho de 2007 na Catedral de Garanhuns, frei Francisco Fernando da Silva, canonista e que exerce a função de Delegado no Tribunal Diocesano para a causa da beatificação e canonização, lançou seu livro *Vida De dom Expedito Lopes: bispo Mártir de Garanhuns* e Ana Maria César lançou a segunda edição de *A Bala e a Mitra*. O lançamento dos livros estava dentro da programação das homenagens ao bispo. A segunda edição do livro de Ana Maria César traz o capítulo denominado *Novos Tempos e Verdades Antigas*. Entre outras coisas, a autora discorre sobre a existência de um documento que chegou a suas mãos por meio de um professor francês, Richard Marin, da

Universidade de Toulouse.

Nesse sentido, Michel de Certeau faz considerações sobre a hagiografia. Compreende-a como um gênero narrativo composto pela combinação de atos, lugares e temas [55], considera ser a vida do santo, organizada em texto, tanto destinada ao povo como ao ofício litúrgico – algo mais oficial e clerical. Essas “Vidas Edificantes”, como se refere, são consagradas e distribuídas a contemporâneos. É um privilégio de uma elite do saber. É um trabalho coletivo de uma equipe que mantém uma rede de correspondências, sejam elas das mais variadas naturezas, e portam um controle recíproco sobre essa escrita.

Diz o autor:

Pesquisa sistemática dos manuscritos, classificações das fontes, transformação do texto em documento, concessão de privilégio ‘fato’, por minúsculo que fosse, passagem discreta da verdade dogmática para uma verdade histórica que tem o seu fim em si mesma (...). Estes princípios definem o trabalho coletivo de uma equipe que se inscreve, ela mesma, numa pequena internacional da erudição (...). [56]

A simbologia do perdão sempre entra em cena: padre Hosana pediu o perdão (1997), dom Expedito ofereceu o perdão (1957). Pedido ou oferecido, o perdão é usado novamente. Baixar-se e ficar de joelhos frente àquele corpo reforça a compreensão de que o perdão é necessário à vida social e afeta a todos. O perdão, portanto, é uma prática que tem sua historicidade e papel fundamental em determinadas formas de narrar.

O perdão de dom Expedito transmuta-se em um elemento primordial da narrativa sobre o crime. Nesse caso, ele é substância principal para transformar a desordem em sentido: transformar o caos em exemplo. Esses tecidos narrativos têm caráter peculiar. Estendem-se e voltam ao ponto de origem sem perder o foco desejado: a promoção e a extensão da magnitude e do exemplo do bispo em face da morte.

(Re) contado na escrita ou na fala, traz o estilo da pessoa que conta, que se utiliza de certas habilidades narrativas em favor de interesses próprios. O perdão é uma forma de dar sentido ao crime e ao bispo. O perdão transforma a morte, um ato terrível, em texturas narrativas com início, meio e fim muito direcionados: a grandeza do bispo. [57]

O perdão se faz em tramas. São narrativas que traçam conflitos, concordâncias e

discordâncias. Pôr esses rastros do passado frente a frente alarga a percepção de um pretérito dinâmico, heterogêneo e em convivência com o presente.

## 1.2 – O Mártir do Dever: “morto, maior do que vivo!”

Como já mencionado, a forma de morrer do bispo ensejou também textos e falas sobre seu “martírio”. O sangue, as orações, as dores, o perdão e as citações de trechos da Bíblia correram na Garanhuns de outrora e de hoje.

O crime do padre Hosana e seu desenrolar longe está de ser compreendido e reinterpretado como algo homogêneo. Causou celeuma. Essa cisão é encontrada nos registros empoeirados dos arquivos públicos e particulares, como também nas narrativas orais. Em todos esses registros do passado, o *Perdão*, o *Martírio* e o *Exemplo* são abundantemente citados, contados e recontados.

Do ponto de vista da Congregação das Causas dos Santos, no Vaticano, regido por leis canônicas rígidas, dom Expedito ainda não foi declarado “mártir”. Se for, no seu processo de beatificação e canonização, não haverá necessidade de comprovar milagres. Tramitará mais rápido. Tudo o que já foi escrito até o presente momento e o que já foi dito em igrejas, capelas reuniões de grupos católicos e programas de rádio, por exemplo, o apontam como um homem que morreu pela fé, para defender a Igreja de iminentes escândalos. Deu seu sangue para isso. Portanto, já é considerado mártir.

Como o possível martírio de dom Expedito é apresentado à população por esses homens e mulheres de letras? Como está presente nos discursos dados em lugares institucionais? E, como a idéia do martírio de dom Expedito chega aos afazeres cotidianos do povo de Garanhuns e Correntes?

Frei Francisco Fernando da Silva é canonista e exerce a função de juiz delegado no Tribunal Diocesano para a Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. É homem conhecedor das leis canônicas e, principalmente, no que tange às beatificações e canonizações. Seu livro *Dom Expedito Lopes: bispo Mártir de Garanhuns*, lançado recentemente no Recife e em Garanhuns-PE, já apresenta o bispo como mártir, pois o considera um homem que morreu em defesa da fé e da Igreja.

Em entrevista a mim concedida, em agosto de 2006, todavia, ele pondera ao falar

nesse ponto, contradizendo-se:

(...) Agora, [somente] a Santa Sé pode não considerar Mártir, mesmo ele tendo sido assassinato. Eu, em nenhum momento falei, em martírio (ênfase). Eu contava a história da vida, virtude e morte de Dom Expedito, mas de martírio não falei em nenhum momento, porque eu não posso. Ele é chamado de “Bispo Mártir” pelos jornalistas, por poeta cantador. Mas nós, do próprio tribunal, não podemos chamá-lo de mártir, nem de Santo, nem de Beatificado. Nós apresentamos um Servo de Deus ao julgamento da Santa Sé. Só a Santa Sé pode declarar se ele é mártir ou não. Então, se ele verificar, em todos os depoimentos – existe perguntas nesse processo se a testemunha acha que Dom Expedito morreu pela fé, derramou seu sangue pela fé, que o mártir dá seu sangue pela fé – muita gente disse que foi pela fé. É uma questão de fé, nesse sentido, porque uma paróquia passava por escândalos (...) Pode ser considerado mártir ou não. Depende da vontade da Santa Sé e de questões teológicas. Mesmo a gente achando que é. Ele tem muitas graças alcançadas! Muitas! (ênfase). [58]

Seu livro já traz no título a palavra “mártir”. Foi lançado na missa em comemoração aos cinquenta anos de morte do bispo, realizada na Catedral de Garanhuns, em julho de 2007. O recinto religioso foi tomado de gente das mais diversas localidades e também de bispos e padres de outras cidades pernambucanas, quiçá de outros Estados brasileiros. O livro foi dado ao público, inclusive com sessão de autógrafos após a celebração, numa singular comemoração. Mesmo assim, o frade recua, na entrevista, em considerar o martírio de dom Expedito.

Esse foi apenas um exemplo dentre tantos em que o possível “martírio” de dom Expedito foi e ainda é apresentado e expandido ao povo daquela urbe. Outro exemplo ocorreu durante as comemorações dos quarenta anos de morte de dom Expedito, em 1997. Como de costume, na Catedral, a missa acontecia. No momento das preces e do ofertório, tocou-se nesse ponto.

No primeiro momento, o comentarista relata:

- O Evangelho nos dá a certeza de que não se pode produzir vida sem dar a própria vida. Senhor, que a vida de Dom Expedito, oferecida pelos sacerdotes, pelos seminaristas, pela Diocese de Garanhuns, brote para a nossa Igreja em forma de

entusiasmo motivador, de compromisso com os sofredores da história, de esperança viva e transformadora.

Todos: Senhor, a Ti elevamos mãos e coração. [\[59\]](#)

Quanto ao ofertório, houve breve procissão em que alguns homens e mulheres entravam conduzindo registros de dom Expedito em vida e no leito da morte. Dentre eles, um cartaz com uma frase dita por aquele bispo, antes de perecer. Dizia o cartaz: “‘Meu Deus, eu Vos ofereço minha vida pela Diocese de Garanhuns, pelo seu clero e pelos seus seminaristas’, oração pronunciada antes de falecer, em atitude de ofertório”. Denotando idéia de martírio, pois oferta a própria vida por uma causa específica.

Ao final da celebração, toda a assembléia foi chamada a rezar uma oração, escrita por monsenhor Benevenuto Sátiro de Araújo, administrador diocesano, à época, para a ocasião. Tal oração estava num dos santinhos distribuídos no início da missa. Nela, há fragmentos diretos e claros sobre esse ponto:

(...) Ele [dom Expedito] bebeu o cálice que Jesus ofereceu aos apóstolos, dando sua vida pela Diocese, pelo Clero e pelos Seminaristas. Nós vos agradecemos por sua virtuosa e humildade de cristão, sacerdote e Bispo. (Ó Pai), Chamado a seguir os passos do Vosso Filho, Dom Expedito doou sua vida morrendo como semente na terra, dando muito fruto de fé e esperança em nosso meio (...). [\[60\]](#)

Essa difusão da idéia de martírio destinada a dom Expedito Lopes não é de agora. Não surgiu somente por causa da instauração do processo de canonização. Ganhou, sim, mais força, porém, foi o crime que desencadeou essa invasão de letras e falas tocando nessa questão.

O jornal católico O Monitor, de 13 de julho de 1957, poucos dias depois dos disparos, no artigo do doutor Oswaldo Zaidan, já traz essa discussão:

(...) Não é a exaltação de um homem que se fazia respeitar pelas suas notórias virtudes de cidadão, mas a glorificação de um mártir que preferiu sucumbir à sanha de



seu algoz para que a Igreja vivesse em toda a sua pujança espiritual. (...) Não se pode separar ainda o crime do criminoso, ambos se complementam e se confundem. O que se projetará sempre é a figura do Mártir que soube ser fiel a Cristo e a sua Igreja, nesta difícil quadra do século quando os valores que se pretendiam espirituais mostram a verdadeira face, descida a máscara. (...) Diante de tudo que só nos apresenta glorioso e transcendental, a morte de Dom Expedito Lopes nos pareceu superar a tudo. Não que ele fosse diferente de tantos mártires e santos e grandes homens, mas porque soube como ninguém enfrentar a morte com resignação e altivez, entrando no sidéreo como verdadeiro Príncipe da Igreja, confiante em Deus e fazendo-nos crer ainda mais que há uma vida que começa com a morte.

O seu epitáfio deverá ser este: morto maior do que vivo![\[61\]](#)

No mesmo jornal, em 06 de julho de 1957, está o seguinte:

(...) A vida tão cara e útil à Diocese cessou no dia do Preciosíssimo Sangue, 1.º de Julho. E o Bispo vertia copiosamente seu sangue generoso de perdão para quem o derramou. (...) Foi ali, na cruz, que Dom Expedito, Mártir do Dever, realizou a maior ação de sua vida e nos legou um maravilhoso testamento (...). O solo da catedral guarda para a ressurreição da vida o corpo de um mártir, de um herói e de um justo. [\[62\]](#)

O *Arauto* era um modesto periódico organizado pelos seminaristas da Diocese de Garanhuns na época. Era de circulação mensal e apenas na cidade. Em nota de julho de 1958, traz como título *Homenagem Póstuma* e subtítulo *Momento a um Herói*. Nela, descreve: “Oh! Feliz Mártir do Dever, tu que deste tua vida por nós! (...) Dois de Julho, mais um santo no céu. A morte sangrenta de um herói do Evangelho: Mártir do Dever, Dom Expedito”.

Até aqui foram apresentados textos escritos em periódicos ligados à Igreja, mais precisamente à Diocese de Garanhuns. Não são, porém, somente eles que publicaram textos (re) velando e exaltando o possível martírio do bispo. Foi um crime estampado em muitos jornais e revistas de grande circulação.

A construção de uma imagem imaculada do bispo sustenta-se no tripé *Perdão, Martírio e Exemplo*. Os três são insistentemente citados nos registros deixados sobre

esse caso. Uma intenção se faz nessa insistência: lançar o bispo à posteridade. Por isso o uso de metáforas, eufemismos e construções narrativas sentimentalistas em que o “mártir” e o “a-mártir”, quer dizer, o “não-mártir”, têm papéis e comportamentos já definidos nessas narrativas.

O Nordeste, de 04 de fevereiro de 1960, dispõe:

(...) viu-se um prelado sacrificar a preciosa vida no cumprimento do dever. Pressentindo o que ia acontecer, diante de ameaças recebidas, deu todas as providências para preservar a santidade da Igreja, confiada a sua guarda. Lembra a valentia serena e inabalável de tantos vultos que a História Eclesiástica aponta, como modelo de Pastor, que dá o próprio sangue pela salvação do rebanho. [63]

Foi muito difundido também em jornais o Testamento de dom Expedito. Este foi encontrado em sua escrivaninha, ainda escrito a mão, quando ele era assistido pelas primeiras pessoas que chegaram ao local do crime. No testamento, o bispo desfaz-se de seus objetos pessoais - cruz peitoral, anel, o báculo, a imagem de Nossa Senhora e o dinheiro contido no cofre do Palácio – descrevendo destinatários certos para tais. Ao final, escreve de forma a deixar-se interpretar que algo iria lhe acontecer. É sobre esse testamento que a citação remete, quando diz “*pressentindo o que ia acontecer, diante das ameaças recebidas...*”. Esse testamento foi fartamente divulgado e analisado nos jornais e nos livros específicos sobre esse crime.

O texto introdutório do Testamento do Antístite traz sutilmente sua sensação de insegurança diante do que poderia acontecer depois de lida a Carta de Suspensão de Ordens aplicada ao padre Hosana.

Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, declaro que, tendo nascido pobre, vivido sempre pobremente, esperando morrer ainda mais pobre, de coisa alguma disponho para legar.

Tudo quanto se encontra sob meu nome pertence à Diocese, com exceção de alguns pequenos objetos, cujo o destino será indicado abaixo e dos meus livros que deverão constituir a biblioteca do Seminário de Nossa Senhora Medianeira, de Oeiras [PI].

Aceitando, desde já, com o mais completo e absoluto espírito de filial submissão, a

morte que Nosso Senhor me houver designado, ofereço minha vida pela glória de Deus e salvação das almas.

† Expedito Lopes [\[64\]](#)

O texto de Lindolfo Pereira de Lisboa, outra escrita a tocar no tema do martírio e já citado neste trabalho, rebate não só o testamento de dom Expedito, mas também o próprio fato de ele preocupar-se em fazê-lo. Especialmente entre as páginas 61 e 64, o autor cita categoricamente tal testamento e vai, aos poucos, questionando-o, produzindo assim uma defesa para o sacerdote.

Observa-se que Dom Expedito tinha apenas 43 anos de idade e era um homem bastante forte, robusto e sadio. No entanto, fazia seu testamento. Por que, em tão boa saúde, o senhor Bispo já se preocupava com o testamento? Pressentia a morte por assassinato? Isto é de todo improvável.

Dom Expedito esperava uma represália do padre por ele injustiçado. Se esperava uma represália, é porque não agira com justiça e caridade. Dom Expedito sabia que estava perseguindo o padre, ou por mero espírito de perseguição ou por pusilanimidade [sic] diante dos politiqueiros que lhe enviavam cartas anônimas. Assim sendo, o senhor bispo aguardava a qualquer hora o padre para uma explicação. [\[65\]](#)

Retomando a difusão do possível martírio de dom Expedito, O Nordeste, em matéria sob o título *Mártir do Dever*, 04 de julho de 1957, traz em suas páginas:

Em todo o mundo, desde a época dos Apóstolos, os Bispos dão a vida pela causa da verdade. (...) Vemos agora mesmo, exemplo disto na morte do Prelado de Garanhuns, Dom Francisco Expedito Lopes, mártir do dever e glorificador da honra sacerdotal. Esgotou os recursos da caridade para que prevalecesse a disciplina e a retidão no ministério de uma paróquia. Humano e compreensivo, empregou com ternura meios extremos para que o pastor não escandalizasse e dispersasse o rebanho, desobedecendo as diretrizes indicadas. (...) O sangue do Antístite lave a

degradação do delinqüente, levantando da profundidade da sua alma a voz do arrependimento e da penitência (...). [66]

Já a Gazeta de Notícias, traz uma matéria intitulada *Bala que mata, bala que vivifica*, de 02 de julho de 1957, que reforça o martírio de dom Expedito. Vai mais longe ao afirmar que o sangue derramado daquele bispo vai purificar a alma do sacerdote.

(...) Mas, só o sangue do mártir pode renovar a terra. É tão vivificante que pode abrir até o caminho para a salvação do pobre e infeliz algoz, vítima do excessivo orgulho que o levou ao crime. (...) O sangue da vítima o levou à senda do Senhor. (...) Seu sangue derramado pelo dever e pela autoridade de Pastor zeloso pelo rebanho servirá para redimir o ser humano rebelado de hoje vítima do orgulho desmedido do século. Não bastam unicamente palavras santas para o homem abandonar o vício e o erro. Só o sangue do inocente poderá purificar-lhe a alma (...). [67]

Esse ponto também foi muito mencionado pelos assistentes de acusação de padre Hosana – os advogados Roque de Brito Alves e Antônio de Brito Alves – no seu primeiro julgamento, ocorrido no Tribunal de Justiça de Pernambuco, em fevereiro de 1959. Os assistentes fizeram uso dessas narrativas a circularem em jornais e publicações específicas para persuadir os jurados de que se tratava ali da morte de um “santo”, de um “exemplo” à contemporaneidade. Defendiam o argumento de que o bispo morreu em defesa da fé, em defesa da Igreja, da virtude, dos dogmas, da disciplina e das leis canônicas; evitando um escândalo que, segundo ambos, iria arranhar e desorganizar a vida religiosa e os preceitos morais da Diocese de Garanhuns.

Lindolfo Pereira de Lisboa, na página 06 de seu texto, já se posiciona da seguinte forma sobre o que se escrevia e falava a respeito do martírio do bispo.

(...) O povo idiota, tomando a frente da Santa Igreja canonizou Dom Expedito Lopes, ao chamá-lo de Mártir. Se a morte de Dom Expedito foi um martírio no sentido Doutrinário da Igreja, então não me ensinaram certo meus jesuítas, quando me

disseram que ser mártir é morrer pela fé ou em defesa de uma virtude. [68]

Portanto, ser mártir, para ele, é morrer por causa da fé em defesa de uma virtude. Morrer defendendo a fé e em defesa da virtude são os principais caminhos para elevar alguém à magnitude do martírio. Até aqui ele apresenta um entendimento sobre martírio arraigado à doutrina católica romana. Ele rebateu, porém, os assistentes de acusação, ao ressaltar que dom Expedito morreu em defesa da fé “*em cartas anônimas*” e “*em políticos inescrupulosos*”. Morreu em defesa da fé “*em mexeriqueiras*”, por causa da fé extrema que depositou nas línguas de beatas “*que deixam os maridos sem café para ir à Igreja dizer ao vigário que a filha do fulano tem um namoro muito escandaloso*” [69].

Encerra essa parte de seu texto dizendo e redizendo que dom Expedito não é “Mártir da Igreja”, como afirmaram os assistentes de acusação, porque a fé em que ele morreu defendendo não era em Cristo. Ele revida categoricamente o posicionamento de ambos os advogados.

(...) Dom Expedito morreu em defesa da ‘virtude’ do orgulho e da soberba em não aceitar o Padre Hosana para a conversa de reconciliação. E quem nos poderá garantir que naquele dia o Padre Hosana não pretendia reconciliar-se com o Bispo? Logo, leitores, o Bispo de Garanhuns não pode ser denominado mártir, a menos que se queira diminuir o valor do martírio insultando os verdadeiros mártires que realmente deram a vida em defesa da Fé ou da Virtude. Podemos equiparar Dom Expedito a Santo Estevão, São Lourenço, São João de Brito, São Sebastião, São Paulo e todos os santos apóstolos? Nunca, caríssimos leitores. Estes astros do firmamento Divino, efetivamente, morreram pela Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e de sua santa esposa, a Igreja Católica de Roma. Podemos equiparar Dom Expedito a Santa Cecília, Santa Maria Goretti, Santa Luzia, Santa Inês, Santa Joana d’arc, essas doces encantadoras virgens que evidentemente morreram mártires porque deram a vida em defesa da pureza de sua alma e de seu corpo? Está, pois, demonstrado e provado para os leitores de boa fé que Dom Expedito Lopes não foi martirizado. [70]

O texto de Lindolfo Pereira de Lisboa foi escrito em 1962, em pleno clamor dos

juízos do padre. Reflete, portanto, as divergências de posicionamentos da gente pernambucana assim como a forte comoção que a situação do padre causou no povo. Até onde se sabe, esse texto não foi editado e/ou divulgado em nenhum periódico da época. Taíza Brito, jornalista que me cedeu uma cópia, nunca soube, segundo ela, quem foi Lindolfo Pereira de Lisboa. Por enquanto, não se sabe nada sobre ele. O único rastro que deixou escapar de si foi seu texto. Ele se contradiz muito ao escrever que é imparcial na forma de entender e repassar o crime, suas causas e conseqüências. Defende o padre da primeira à última página.

*Padre Hosana: Sacerdote e Réu* é mais uma forma de interpretar o crime e a personalidade do bispo e do sacerdote, contudo, uma voz que não foi chamada à disseminação das várias narrativas sobre o assassinato e a respeito da morte “heróica” de dom Expedito e que não estava entre os instrumentos dos letrados para compor a “santidade” do Antístite.

Essa escrita é sim uma fala desautorizada pelo discurso preponderante da “santidade” e “martírio” de dom Expedito Lopes. É outro discurso. O autor expressa o *não dito* até então sobre aquela autoridade clerical. Encontrou uma forma de engendrar uma memória sobre o sacerdote. Isso não apaga o fato de que também apresente incompletude, silêncios, lacunas. Ele também objetiva homogeneizar opiniões de homens e mulheres para o convencimento de que o padre estava sendo injustiçado por algumas famílias de Quipapá, pelo bispo e pelo clero de Garanhuns.

A escrita de Lindolfo Pereira de Lisboa só existe porque está **em relação** com o que foi escrito e falado sobre o assassinato de dom Expedito, sua “santidade”, seu “martírio”. Sem esse discurso destinado ao Antístite, o texto de Lindolfo não teria razão nem função. Sua obra é um indício da divisão de posicionamentos que existiu no calor dos acontecimentos.

Não é somente sobre o martírio do bispo que o autor se posiciona contra; vai além. A partir da página 52, diz ter sido o sacerdote vítima de rumores e boatos de velhas e beatas de igreja, que só se preocupavam com o leva-e-traz da vida alheia nos lábios e nos terços. Culpa ainda a Lei do Celibato imposta pela Igreja, que proíbe os padres de demonstrarem sua afeição humana, de amar, de ser amado e de gozar de seus direitos corporais e sexuais. Cita ainda como alvo da perseguição do padre as tentações provocadas pela presença da mulher na vida do religioso. Alarga sua explicação para a mulher de forma mais geral, responsabilizando-a por todas as fraquezas e pecados da carne, *no* e *do* homem. Nesse momento de sua narração, sugere ao leitor que passe os

olhos pelos registros policiais e verifique que sempre a mulher é o pivô das desgraças carnavais e dos crimes passionais.

Continua sua narrativa, dizendo que conhece um rapaz que saiu do seminário faltando apenas dois anos para se ordenar – não diz nome do rapaz nem do seminário. Ele perguntou ao rapaz o porquê de sua desistência da vida religiosa. O rapaz lhe teria respondido *que “não teria forças suficientes para, sentado num confessionário, ouvir os pecadinhos de uma menina nova, cheirosa e bonita”* [71]. Assim, o autor torce para que a Igreja reveja a lei do Celibato Eclesiástico; o que para ele aumentaria as vocações sacerdotais.

E é por causa dessa lei que existem os escândalos entre alguns membros do Clero. Não houvesse essa lei e o Padre Hosana e os demais Padres teriam família e esposa para cuidar de si e de sua casa. Quem melhor que um sacerdote seria um bom chefe de família? Como haveria maior número de sacerdotes! (Note-se que a Igreja reclama muito a falta de Padres). A lei do Celibato, portanto, vai de encontro à lei da Natureza, escrita por Deus no início de todos os tempos: ‘Crescei e multiplicai-vos’, disse o Senhor ao primeiro casal que habitou o nosso planeta. [72]

No texto, o autor deixa claro que a Lei do Celibato foi a principal responsável pela “trágica cena” ocorrida em Garanhuns. Por causa dessa lei, a Igreja perdeu dois de seus filhos. A Igreja deveria, então, “por abaixo tal lei” por não ser mais possível mantê-la nesse século XX. O autor escreve sua expectativa de que pelo menos os diáconos e subdiáconos estejam, algum dia, livres dessa lei; deixando sob sua guarda apenas os padres já ordenados.

Sendo contraditório, ele apresenta esse discurso de inculpação da mulher, mas não o direciona às *mulheres do padre* – Maria José e Quitéria. Ao contrário, questiona que mal pode haver em ter uma empregada doméstica em casa – Maria José era, além de empregada, prima do padre - e direciona toda a culpa do desenrolar daqueles acontecimentos ao grupo de mulheres da paróquia do sacerdote, que viviam a levar a reza e a vida alheia na boca.

É bom lembrar: dentre as causas que levaram dom Exedito a suspender de ordens padre Hosana, a mais forte entre a população foi a presença – aqui entendida, amorosa – de duas mulheres na casa, na cama e na vida do padre. A primeira, Maria José Martins, que teria engravidado do servo de Deus e, a outra, em momento posterior,

Quitéria Marques. Esta, na época do Decreto de Suspensão de Ordens, era a empregada doméstica do sacerdote e foi para quem se direcionaram os fuxicos, boatos e o disse-me-disse da possível fornicção do padre. [73]

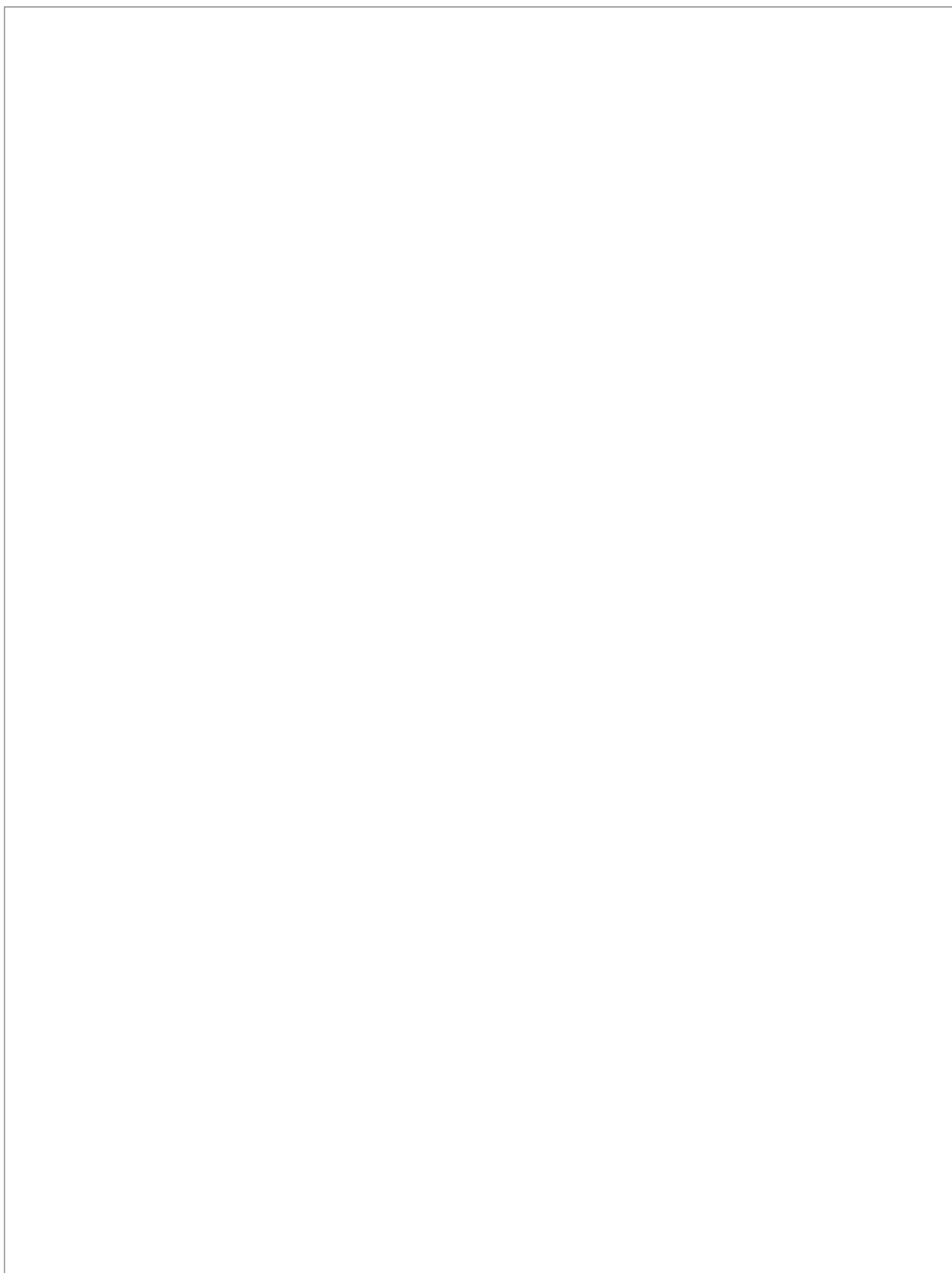
Lindolfo Pereira de Lisboa é contra a idéia do martírio de dom Expedito também porque, para ele, o bispo foi invadido e possuído pelos rumores e por conversas desenroladas em calçadas. O autor rebate isso de forma direta e até violenta:

(...) Na Suíça Pernambucana [Garanhuns] Padre Hosana fora acusado de manter uma mulher em sua casa que, as maledicentes e hipócritas, os tartufos e sepulcros caiados, os invejosos e despeitados, diziam ser sua amante. (...) diga-se do Padre Hosana cobras e lagartos, mas não se diga que ele é covarde, porque ele não o é (...). Covardes foram aqueles não o quiseram ajudar intercedendo por ele junto ao Bispo participando, indiretamente do crime (...). Covardes são os que o caluniam, agora, sabendo que ele não pode se defender dos insultos, quando antes o fizeram por meio de cartas anônimas, mexericos cochichados aos ouvidos, com medo de sua coragem de sertanejo forte, intrépido e indomável (...). [74]

Ambos – dom Expedito e padre Hosana – são vidas que se encontram, se alimentam. Ambos se encontram na vida e na forma de morrer. Letras, falas e silêncios os levam e os trazem e com eles os conflitos, desordens, consonâncias e dissonâncias. Os registros deixados por e sobre ambos são discursos inacabados, por isso, históricos.

A tarefa do historiador de retomar e reinterpretar esses registros é muito delicada porque mexe com homens e mulheres mortos no passado e vivos no presente. Passado e presente são dimensões que coexistem com limites fluidos e/ou maleáveis numa disputa por espaços nas lembranças dos contemporâneos. Delicada, também, porque o historiador invade vidas mortas repletas de sensibilidades, interpretações e identidades individuais e coletivas plurais de captura difícil, portanto, escorregadias.





**Foto 03:** Manchete de jornal lembrando o crime de Garanhuns-PE. Fundo: Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, Garanhuns-PE. Fonte: jornal Diário de Pernambuco, 23 de julho de 2001, Reportagem de capa.

Sobre o martírio de dom Expedito, a Revista Flos Carmeli, agosto e setembro de 1957, também contribuiu para a divulgação e solidificação dessa idéia. No já aqui citado artigo *Mais uma vítima do Dever*, de frei Romeu Peréa, da Ordem Carmelita do Recife, há o seguinte:

(...) Nossas vidas convergem somente para a vítima ensangüentada que presenteou a história com um argumento da santidade da Igreja e da dignidade do sacerdócio. A vítima, cujo sangue grita alto e bom som para o mundo inteiro que o sacerdote católico tem que ser mantido na sua elevada grandeza, nem que para isso seja necessário o martírio. (...) Dom Expedito conscientemente e deliberadamente estava pronto para qualquer eventualidade que viesse como decorrência de sua atitude em prol da santidade da Igreja e do bem estar das almas (...). Vítima do dever, mártir da fé. Foi martirizado por preencher a sua missão de Bispo, foi imolado quando rezava pelo 'nome da Igreja e salvação das almas', para que não desempenhasse esse dever. Para que Dom Expedito merecesse o título de mártir e para que a sua morte possuísse todo o estimável preço do martírio, bastaria o fato de ter sido violentado como foi (...); se sua morte tivesse se seguido instantânea, já teria todos os indícios de um autêntico martírio. Mas, quis Deus que ele sobrevivesse mais algumas horas para que se revelassem virtudes que ele possuía num grau mais do que ordinário, num grau heróico. (...) Morreu sem recusar qualquer sacrifício. Morreu mártir e morreu em santidade, deixando para o mundo inteiro e, sobretudo para os seus patrícios, o exemplo luminoso da consciência do Dever e da responsabilidade, além das grandes virtudes cristãs, em grau fora do comum. [75]

Ainda nessa revista, agora datada de maio e junho de 1959, frei Inácio Maria, escreve dois artigos: o primeiro trata de *As falsas razões do Dr. Juarez Vieira da Cunha*. Nessa escrita, ele rebate a defesa do advogado de Padre Hosana durante seu primeiro julgamento, fevereiro de 1959. Dr. Juarez utilizou-se do argumento da legítima defesa da honra, isto é, padre Hosana procedeu os tiros em legítima defesa de sua honra, ferida por calúnias, boatos e mexericos acreditados pelo bispo. Garantiu que o bispo não apurou os rumores com a instalação de uma séria sindicância. Para a tese de legítima defesa da honra, Juarez Vieira da Cunha argumentou que o bispo realmente perseguia seu cliente, baseado em falatórios de línguas desenfreadas.

Já o segundo artigo tem como título *Luz e Trevas*. Nele, o martírio é defendido.

Quando morre um Bispo, pelas mãos de um homicida, se o Bispo é, pelas suas virtudes, um outro Cristo, sincero, inocente, então, impreterivelmente se presenciará o aparecimento do fantasma da mentira tentando ensombrar com calúnias a causa justa. A nós, entretanto, compete, como Cristo, dar testemunho da verdade e dissipar as trevas da calúnia que esfumaçam em torno do esplendor do sepulcro em que repousa o corpo martirizado do Bispo Santo de Garanhuns, Dom Expedito Lopes. (...) [Ele] enfrentou a morte por amor ao dever e ao nome da Santa Igreja (...) depois, sozinho no Palácio, sem ninguém para acompanhá-lo ou defendê-lo aguardou o desfecho fatal (...). Poucos heróis como este conhece a História – herói não por acaso, herói não por uma reação instintiva, herói não por uma vaidade ou um desejo de glória, herói consciente e conhecedor dos efeitos, herói porque somente Jesus Cristo e as almas de Cristo merecem tamanho martírio. (...) Esse era o Bispo humilde e simples que Hosana e Juarez chamaram de impulsivo, prepotente, agressor e orgulhoso. [76]

O discurso do martírio foi e ainda é muito presente quando se fala no assassinato de dom Expedito. É o martírio, juntamente com o *perdão*, que sustenta, hoje, o movimento em prol da canonização do bispo. Pode ser ouvido nas missas específicas pela causa ou por conta das comemorações e aniversário de morte do Antístite. Pode ser ouvido ainda em hinos escritos para ele, em programas de rádio de Garanhuns e circunvizinhanças.

No dia 1.º de julho de 2007, na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns ocorreu a missa em comemoração aos cinquenta anos de morte do bispo, organizada exclusivamente pelas Irmãs do Instituto que o prelado fundou. Foi num domingo, dia em que, em seu calendário litúrgico, a Igreja rememora a vida e morte dos mártires São Pedro e São Paulo. Na semana antecedente a esse dia, as freiras apresentaram na Rádio Regional de Garanhuns, no Programa da Diocese chamado *Uma Palavra em sua Vida*, fragmentos da vida e, sobretudo, da morte do homenageado. Foi evidenciada sua infância, sua ordenação como bispo que se deu na Catedral da Diocese de Sobral-CE, em dezembro de 1948, seu pastoreio em Oeiras-Piauí até sua chegada e seu desfecho naquela cidade do agreste meridional de Pernambuco.

Aos domingos, tal programa de rádio chama-se *O Dia do Senhor*. Como estava sendo rememorado o martírio de São Pedro e São Paulo, o martírio de dom Expedito também foi citado. Foi nesse domingo que os discursos das freiras concentraram-se

exclusivamente na morte heróica do prelado e no exemplo que ele deixou à posteridade. Para Irmã Joelma: *“Há 50 anos atrás, exatamente neste dia, dom Expedito experimentou a vivência do martírio. Na madrugada do dia 02 de julho entregou seu espírito ao Pai”*. Segundo Irmã Justina, que também foi co-fundadora do Instituto e que socializou fragmentos de sua convivência com aquela autoridade eclesiástica, dom Expedito também:

(...) foi um anunciador do Reino de Deus. Um revolucionário do Evangelho. O Anúncio [dos ensinamentos de Cristo] foi levado por ele até a sua morte. Se dedicava, sobretudo, aos mais sofridos. Tinha preferência pelos mais pobres. Era testemunho de caridade e amor. É um santo que já está no céu. [77]

O bispo foi baleado dia 1.º de julho, quando a Igreja lembra a Festa do Preciosíssimo Sangue de Jesus. Passou oito horas agonizando, rezando, citando trechos da Bíblia e perdendo sangue; sangue este agora revestido pelas letras e pelos discursos institucionais de uma simbologia de entrega, doação, martírio, sangue derramado para o perdão ao padre. Fechou-se para a morte em 02 de julho, dia em que a Igreja comemora a Festa de Visitação de Nossa Senhora. Portanto, com esses elementos, o discurso oficial católico de martírio do bispo é impulsionado. Mesmo assim, a Congregação da Causa dos Santos ainda não se posicionou a favor ou contra sobre isso e, quando indagados, os próprios artesãos desses discursos são cautelosos e ponderam, dizendo que estão apresentando ao povo apenas um *Servo de Deus* e que só a Santa Sé pode autorizar a qualidade de mártir.

O curioso é que, dentre as pessoas que entrevistei em Garanhuns e em Correntes, a idéia de martírio não me foi revelada. Exceto dona Severina Ridete da Silva, dona de casa, de 77 anos, moradora de Garanhuns: *“(...) Sabe, dom Expedito foi um mártir aqui de Garanhuns! O crime abalou muito, muito a gente!”*; e dona Dalva de Araújo Carvalho, doméstica, 64 anos de idade, também moradora de Garanhuns: *“(...) Diante de tudo que ele fez e a maneira da morte dele, né, eu acho ele um mártir. Morreu pela Igreja, morreu defendendo as coisas da Igreja, perdendo”*. [78] As demais não citam o martírio. Mencionam muito a questão dos rumores que existia na época da ligação do padre com Maria José e Quitéria e também a “bela” morte do bispo, sempre focalizando o perdão dado por ele ao seu assassino, bem como a mistura de suas dores e orações e o *exemplo* que deixa à posteridade.

Dona Severina e dona Dalva são muito engajadas nos movimentos religiosos de Garanhuns. Portanto, têm breve introdução sobre alguns dogmas e regras da Igreja por conta das reuniões com seus respectivos grupos (Legião de Maria e Apostolado da Oração). Isso pode explicar suas convicções sobre o martírio do bispo. As demais que entrevistei resumem sua vida religiosa apenas em ir às missas aos domingos, ritual às vezes quebrado por conta da preguiça, de um programa de televisão, de uma visita inesperada em suas respectivas casas ou por causa dos infindáveis afazeres do lar. Quanto ao fato de ser ou não mártir, para essas pessoas, isso não tem relevância. Isso foi ofuscado pelo perdão e pelo exemplo do Antístite. O discurso institucional do martírio não se impregnou nos gestos e palavras corriqueiras desses moradores. A indiferença desses moradores quanto a esse ponto – tão divulgado e difundido pelos meios de comunicação e nos discursos da Igreja – pode ser compreendida como um contra-argumento; uma contestação ao “mártir do dever”.

As camadas ditas inferiores, muitas vezes desprovida de letras, apresentam um potencial forte de ouvir e recontar histórias a partir de elementos em seu entorno. Isso nos permite visualizar a riqueza de suas narrativas e a importância que atribuem às histórias por elas contadas. Uma importância percebida na ênfase e na ânsia de contar histórias ou na aparente quietude e silêncio, dos detalhes não revelados, guardados. No fim, todos têm coisas para contar e outras para esconder.

Num punhado de cartas, com datas e localidades variadas, enviadas à Diocese de Garanhuns, narrando graças e milagres alcançados por intermédio de dom Expedito, também não se constata nenhuma referência ao martírio do Pontífice. Tais cartas foram motivadas por intermédio das solicitações do próprio clero e das religiosas do instituto. Em programas de rádio, em visitas às paróquias e em celebrações eucarísticas, eles e elas insistiam na contagem e recontagem do crime e, ao final, incentivavam àqueles e àquelas que tivessem alguma graça alcançada ou milagre realizado por intermédio do bispo pudessem escrever para servir como testemunho e argumento junto a Roma.

Algumas epístolas são breves, outras longas. Os pedidos e agradecimentos são variados: cura de doenças diversas, inclusive o câncer, bolsas de estudos para pagar ensino superior, partos bem-sucedidos, conformação por conta da perda de um filho ou filha em acidentes no trânsito, cirurgias para remoção de balas, empregos, formação dos filhos na faculdade, compra e venda de imóveis, entre outros. Em todas elas, não há referência do martírio e do perdão. Por outro lado, as narrativas dessas cartas já põem dom Expedito no Céu, “*ao lado de Deus*”, e na Terra junto aos altares das igrejas. Em

uma delas, a do Senhor Francisco Múcio de Vasconcelos, datada de 04 de fevereiro de 1984, em Maceió, há o carimbo de registro em cartório e, como anexo, o atestado médico. Noutra, de Ivonilda Antunes Magalhães, Vitória da Conquista-Bahia, datada de 17 de Abril de 2000, há em sua última linha: “*Que Deus o tenha [dom Expedito] colocado ao seu lado, no lugar que ele merece, gozando da plenitude eterna. Ainda hoje rezo sua oração*”.

[79]

O discurso oficial não convence essas pessoas que escreveram nem as que foram por mim entrevistadas. Nas narrativas dessas cartas, em contradição, dom Expedito “*já está no céu a rogar por nós*”. Também não se percebe nenhuma referência ao perdão do bispo. É uma escrita muito objetiva e direta: pedir e/ou agradecer a alguém que já tem privilégios no Céu, intercedendo pelos mortais. Essa ausência o martírio soa estranho, pois o clero e as religiosas são insistentes nesse ponto. Era esperada, por conseguinte, nessas cartas e falas, a repetição em torno do martírio. O que não ocorre.

O que isso sugere? Para a presente análise, aponta a possibilidade de todo e qualquer acontecimento abarcar a pluralidade de posicionamentos, a contradição. Para essas pessoas que escreveram e falaram *para* e *sobre* Dom Expedito, ele já é santo, mesmo isentando-o do martírio.

O assassinato de dom Expedito Lopes transformou-se em cartas, matérias de jornais e rádio, em livros, em literatura de cordel, em temas de canções, em conversas dos moradores mais antigos. Para conforto e desconforto de suas personagens e da Diocese de Garanhuns, nesses registros do passado no presente, verifica-se a existência de discursos e silêncios em disputa. Nesses registros, vários conceitos e situações são abordados. No caso do assassinato de dom Expedito, verifica-se ainda que ele foi um “exemplo” a ser seguido pela posteridade. O seu “exemplo”, no entanto, também aponta tramas e incoerências. Para outro punhado de pessoas, padre Hosana também foi um “bom exemplo” quando de sua administração na Paróquia de Quipapá. Ambos, contudo, foram protagonistas de um crime. Nesse contexto, que tipo de exemplo os dois deixaram à posteridade? Exemplo do perdão ou do autoritarismo, da perseguição ou do acolhimento, dos desejos sexuais contidos ou saciados no corpo da mulher? Exemplo do desprendimento às coisas materiais ou da posse da Paróquia de Quipapá como uma extensão de suas propriedades? [80]

## Capítulo 02

# A Diocese de Garanhuns e o Tribunal pela Causa de Beatificação e Canonização

### 2.1 – Um santo legal

Dois de julho de 2004, Catedral de Santo Antônio, Garanhuns-Pernambuco, às 19 h e 30 min, iniciava-se uma Celebração Eucarística especial e específica. Com cânticos, trajes, símbolos, preces e discursos bem direcionados, o templo oscilava do presente para o passado. Tratava-se de um rito em prol da memória de dom Expedito Lopes. Naquele dia, o fulcro de toda celebração era o defunto. Mais ainda, era a Sessão de Abertura e Instalação do Tribunal Diocesano para a Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes, chamado agora de “Servo de Deus”.

Por que beatificar e canonizar dom Expedito Lopes? Quem são os artesãos desse discurso de “santidade” e “martírio” do prelado? Quais os meios utilizados por esse grupo específico para tal finalidade? E *como* os fieis diocesanos se postam diante do passado retomado e (re) elaborado?

É necessário entender o próprio Tribunal: por quem é formado, como começou, quais as atividades desenvolvidas em prol dessa canonização e quais os princípios canônicos que regem suas ações.

A dinâmica organizacional e institucional de um Tribunal Diocesano em prol da Beatificação e Canonização de alguém é explicada pelo padre Henrique Pérez Pujol. [\[81\]](#) Segundo ele, antes de se instalar um processo de beatificação e canonização é preciso nomear pessoas para exercer, juridicamente, cargos e funções específicas.

O primeiro desses cargos é o de autor. O autor é aquela pessoa física ou jurídica que pede pela canonização do candidato.

Sugere-se que seja uma pessoa jurídica, por conta do exaustivo trabalho e dos gastos. Sendo pessoa jurídica, caso o líder ou coordenador (a) venha a falecer e/ou ficar gravemente doente, há os demais da instituição que podem e devem continuar os trabalhos. O autor, então, faz a solicitação ao bispo diocesano para iniciar a causa. Para isso, ele nomeia um postulador e um vice-postulador.

Ao postulador – que pode ser de ambos os gêneros - cabe fazer minuciosa pesquisa sobre o candidato. Recolher todos os escritos dele (de próprio punho), sobre ele e redigir breve biografia; indicando, inclusive, possíveis milagres atribuídos à intercessão do candidato, bem como sua fama de santidade. Os documentos obrigatórios são: certidões: de nascimento, batismo, profissão religiosa, ordenação, caso seja sacerdote, de óbito. Todos esses documentos públicos devem ser autenticados.

Também ao postulador cabe ainda carregar um bom conhecimento jurídico (Direito Canônico), religioso (Teologia) e certa formação histórica. Ele deve estar presente em toda a fase diocesana do processo, como também no segundo momento, quando o processo segue para a Congregação da Causa dos Santos, na cidade do Vaticano. O postulador também é responsável pela preparação da lista de testemunhas do processo, embora ela seja, nesse momento, flexível; podendo-se acrescentar ou retirar nomes. Ele próprio não pode ser testemunha. Depois disso tudo – que é a fase anterior à abertura do processo e instalação do Tribunal – o postulador faz uma petição ao bispo diocesano para que seja aberto o processo. Ambos, postulador e vice, exercem a função de advogados de defesa da causa. Eles são escolhidos e nomeados, juridicamente, pelos representantes que compõem a pessoa jurídica, ou seja, o autor da causa. Devem ainda observar no candidato à canonização virtudes teologais e cardeais. A Igreja entende como virtudes teologais Fé, Esperança e Caridade; enquanto que as cardeais são a Prudência, a Justiça, Lealdade, Fortaleza e Temperança, ou seja, controle das emoções, a retidão e o zelo no cumprimento dos deveres. Há também as virtudes especiais, como Pobreza, Obediência e Castidade.

Recolhida a documentação do candidato pelo postulador, o bispo diocesano pode, juntamente com o juiz delegado, que é outro cargo do Tribunal, verificar se há algo que impeça o andamento da causa; como exemplo, o culto público. Para isso, ambos fazem visitas aos lugares onde o candidato viveu e morreu exercendo suas funções. Depois disso, é redigida uma Declaração de Ausência de Culto Público para ser entregue, junto aos demais documentos apresentados pelo postulador à Congregação da Causa dos Santos, na cidade do Vaticano. Lá, a congregação averigua os documentos e, em



seguida, redige e envia o *Nihil Obstat* (*nada impede*). Esse documento é expedido pela Congregação ao Papa, e este, o expede para a Diocese. É esse documento que diz se há impedimentos ou não à continuação da causa, à instalação do Tribunal Diocesano, e autoriza, juridicamente, a continuação dos trabalhos.

Consoante as observações de padre Henrique Pérez Pujol, culto público significa:

Colocar a sepultura do servo de Deus embaixo do altar onde se celebra a Eucaristia;  
Dedicar-lhe Igrejas ou Capelas;  
Colocar na Igreja ou Capela imagens ou quadros do Servo de Deus;  
Representá-lo com auréola de beatos ou a coroa própria dos santos;  
Colocar ex-votos sobre a sepultura ou símbolos que possam induzir ao erro;  
Conservar suas relíquias entre as relíquias dos beatos e santos. [\[82\]](#)

Depois dessa maratona jurídica, o bispo diocesano pode nomear peritos em História e Teologia para averiguar pormenorizadamente os documentos trazidos pelo postulador, antes de enviá-los à cidade do Vaticano.

Além de autor, postulador e bispo Diocesano, um tribunal deve ser composto também por um juiz delegado, um promotor de justiça, um notário e um notário adjunto. Todos são nomeados, por decreto, pelo bispo diocesano. Esse decreto também abre a causa e instala o processo de beatificação e canonização. Isso, depois de ter recebido o *Nihil Obstat* da Santa Sé. Todos têm funções específicas e juram, de forma solene, zelar pelo seu cumprimento sem ferir o segredo e a verdade dos documentos e depoimentos que serão recolhidos por eles.

Ao promotor de justiça recomenda-se ter formação em Direito, em Teologia e em História. Aconselha-se ser sacerdote. O promotor de justiça tem autoridade e/ou poder de barrar o andamento da causa se observar não autenticidade nos documentos. Sua função essencial é essa: verificar erros, apontar confrontos nas informações e discrepâncias nos documentos trazidos pelo Postulador. No quadro de suas competências dentro do Tribunal Diocesano, contempla-se:

Cuidar que se cumpra a lei e que não haja fraudes;

Preparar os interrogatórios que serão feitos às testemunhas (poderá simplesmente aprovar o interrogatório preparado pelo Postulador e assumi-lo como próprio), a não

ser que o bispo diocesano encomende essa função a uma outra pessoa;

Assistir a todas as sessões de interrogatórios (se por causa grave deixar de assistir, deverá examinar a ata do depoimento das testemunhas e pôr sua assinatura nela);

Na publicação dos autos, examinará todos eles e observará se a lei foi respeitada em todas as sessões;

Poderá pedir complementação e apresentar mais outras testemunhas;

Apresentar ao menos duas testemunhas ex-officio (n. 21 a). [\[83\]](#)

O promotor de justiça não pode ter parentesco com o candidato à canonização até o quarto grau consangüíneo, assim como não pode ser membro da congregação e/ou instituto religioso vinculado ao candidato.

Ao juiz delegado também aconselha-se ter formação em Direito, Teologia e História, se a causa for antiga. Não pode ter grau parentesco com o candidato nem participar de alguma congregação ou instituto por ele fundado. Recomenda-se ser sacerdote. Sobre ele recaem as seguintes funções:

Visitar o lugar em que está sepultado o servo de Deus;

Visitar os lugares onde se poderiam estar tributando culto público;

Fazer uma declaração de que estão sendo observados os decretos de Urbano IV e que não há culto público (n. 28<sup>a</sup>);

Junto à cópia dos autos que enviará à Congregação [para a Causa dos Santos, na cidade do Vaticano, em Roma] enviará, também, uma declaração sobre a credibilidade das testemunhas que declararam no processo. [\[84\]](#)

Ao notário atuário e ao notário adjunto, a função principal é dar fé pública aos documentos, anotar tudo o que se passa nos interrogatórios com as testemunhas e nas sessões do Tribunal em ata. Embora possa ter grau de parentesco com o candidato, aconselha-se que não o tenha. E nem pertença, também, ao mesmo instituto ou congregação fundada pelo Servo de Deus. É recomendada a nomeação de um notário adjunto a fim de auxiliar o notário na revisão minuciosa dos documentos gerados antes e durante a instalação do tribunal. Cabe-lhe:

Redigir as atas do processo;

Assinar os atos do processo (se faltar a sua assinatura, serão nulos, segundo o c. 1437);

Indicar nas atas tudo o que acontece em cada uma das sessões, assim como o lugar, dia, mês, ano e o horário em que se realizou cada uma das sessões. [\[85\]](#)

Na sessão de abertura do Tribunal, em que os membros serão nomeados e empossados pelo bispo diocesano, cabe ao chanceler da Cúria Diocesana a primeira ata. Nas demais sessões do Tribunal, o notário assume sua função de registrar o ocorrido.

Sobre o processo de dom Expedito Lopes, assim se dispõem seus membros e funções: dom Irineu Roque Scherer, atual bispo Diocesano de Garanhuns; como autor do processo está o Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, com sede em Garanhuns. Esse instituto foi fundado por dom Expedito Lopes no ano de 1956, naquela cidade. Como postulador inicial da causa, foi nomeado dom Acácio Rodrigues Alves, bispo emérito de Palmares-PE. Dom Acácio era amigo de dom Expedito. Coube à Irmã Cândida Araújo Corrêa, pertencente ao Instituto fundado por dom Expedito, a função de vice-postuladora do processo.

O cargo de juiz delegado ficou sob a responsabilidade do frei Francisco Fernando da Silva, frade capuchinho e canonista; monsenhor Benevenuto Sátiro de Araújo exerce a função de promotor de justiça; doutor Duque Rodrigues de Sampaio exerce a função de notário e Irmã Dayse Camelo D'arcy, também do Instituto, exerce a função de notaria adjunta. Padre Raimundo Frota Bezerra, Irmã Mirtes Araújo Corrêa e o professor de História e arquivista Josevaldo Araújo de Melo compõem a Comissão de História do processo (responsável por averiguar a autenticidade dos documentos que tratam da vida, morte e fama de santidade que o candidato à canonização deve apresentar e que foram recolhidos pelo postulador da causa).

Ao final da fase diocesana do processo, assume monsenhor Francisco de Assis Pereira como postulador da causa por conta da fragilidade de saúde de dom Acácio Rodrigues Alves. O encerramento da fase diocesana do processo deu-se também na Catedral de Santo Antônio, no dia 13 de outubro de 2005. Esse momento foi exaltado com uma pomposa missa em prol da causa, com cânticos, orações e discursos direcionados exclusivamente para tal. Ambas as celebrações (da abertura e do encerramento do

processo) serão analisadas de maneira mais minuciosa neste capítulo. Por enquanto, oportuno é descrever aqui a formação desse tribunal.

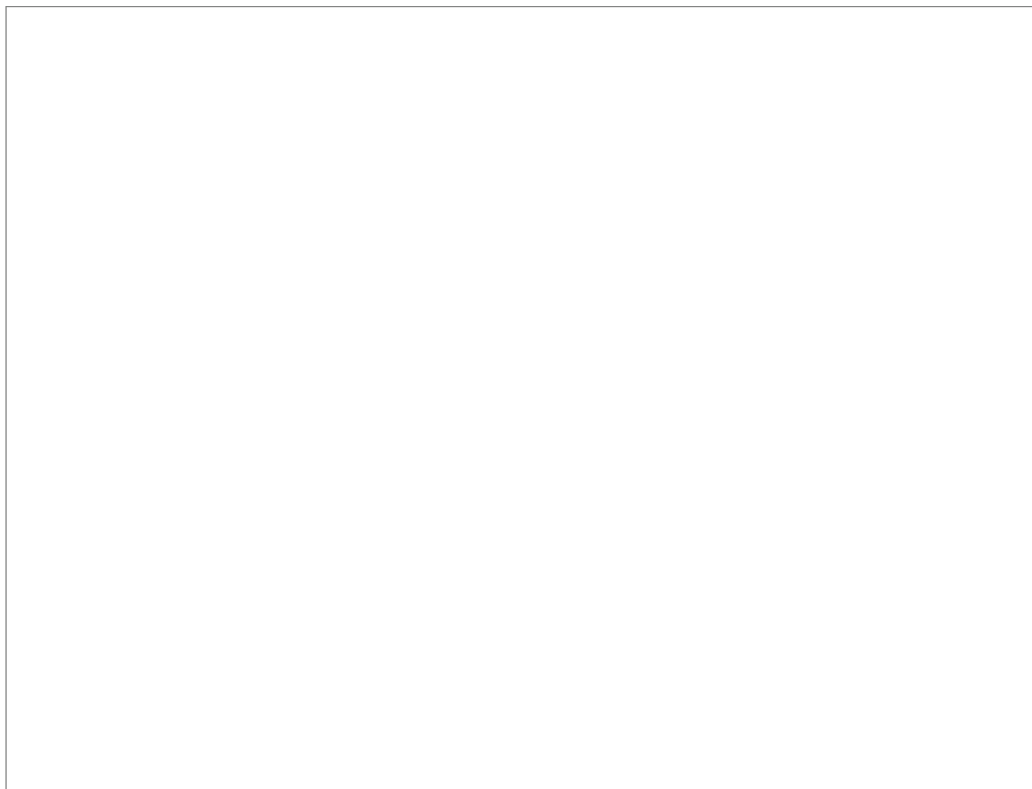


Foto 04: Tribunal pela Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Da esquerda para a direita: Irmã Cândida de Araújo Corrêa (vice-postuladora), dr. Duque Rodrigues Sampaio (notário atuário), frei Francisco Fernando da Silva (juiz delegado episcopal, canonista e atual presidente do Tribunal Eclesiástico de Olinda e Recife), dom Irineu Roque Scherer (atual bispo de Garanhuns-PE), Clodoaldo Ferreira e Higina Ferreira (cursores), monsenhor Benevenuto Sátiro (promotor de justiça), monsenhor Francisco de Assis Pereira (postulador), Irmã Dayse D'arcy (notaria adjunta), Irmã Mirtes Araújo Corrêa (compõe a Comissão Histórica, juntamente com padre Raymundo Frota Bezerra e o professor de História e arquivista Josevaldo Araújo de Melo – que não estão nesta foto) e, por último, Irmã Joelma (do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, fundado por dom Expedito em 1956, em Garanhuns). Reunião datada em 05 de setembro de 2005, em Garanhuns-PE. Nesse caso, a reunião era para organizar os últimos detalhes do encerramento da fase diocesana, a qual foi coroada com uma missa realizada dias depois, especificamente, dia 13 de outubro do mesmo ano. (Arquivo Pessoal. Fotografia gentilmente cedida por frei Francisco Fernando da Silva. Recife-PE, agosto de 2006).

Está formado aí o grupo responsável pelo reforço, atualização e perpetuação dos discursos de santidade e martírio de dom Expedito Lopes, um grupo que pretende fabricar

um santo; pô-lo em lugar de destaque na vida social e religiosa de Garanhuns e de toda a comunidade católica brasileira. É o grupo que tende a unificar interpretações, com suporte na reunião das fontes por ele captadas em arquivos e memórias/esquecimentos de homens e mulheres, sobre a morte heróica do bispo.

Ecléa Bosi, no texto “*O tempo vivo da Memória. Ensaio de Psicologia Social*”, [86] assinala que quando há um acontecimento expressivo e de visibilidade considerada, a memória de cada um dos membros do grupo social afetado por esse acontecimento é prejudicada pela interpretação da ideologia dominante. A memória coletiva desse acontecimento é forjada no interior de uma classe específica, mas com poder de difusão. Essa memória é alimentada e re-alimentada de imagens, sentimentos, idéias e valores que configuram uma identidade àquela classe. Os estereótipos de uma memória pública de determinado evento nascem no interior de uma classe e seu poder de propagação acontece por meio de espaços e/ou instituições dominantes do saber, como escolas e universidades.

Por outro lado, a autora enfatiza o fato de que a tarefa do historiador é “*provocar rasgos no discurso costurado e engomado pelo historicismo*” [87], para, a partir de então, identificar e analisar tensões nesses discursos. Um passo importante a ser dado nessa direção é perceber que as memórias individuais sobre um acontecimento são imprevisíveis. Assemelham-se ao passado, isto é, são abertas, não concluídas, são capazes de gerar promessas, são contraditórias entre si e em relação ao discurso de uma memória oficial criada e expandida pelo grupo dominante.

No caso da canonização de dom Expedito Lopes, é evidente o grupo específico que a promove e seus objetivos: sacralizar um bispo. Sacralizá-lo em textos, imagens, discursos e falas. Vários objetos de dom Expedito (mitra, cajado, roupas, fotografias e o colchão do hospital ainda marcado com seu sangue e seu perdão) foram expostos, especificamente no aniversário de comemoração dos quarenta anos de morte, ocorrido em julho de 1997. As freiras do Instituto organizaram essa exposição nas escolas da cidade ligadas à Diocese e na Casa da Cultura de Garanhuns. Objetos pessoais que se transfiguraram em objetos de memória por intermédio de comemorações cívicas e, sobretudo, religiosas.

Relativamente à sessão de abertura do processo de canonização, padre Henrique Pujol prescreve a necessidade de ser solene, porém sem exageros. E explica o porquê de se subtrair dessa sessão os exageros e as pompas:

Não se deve dar, de modo algum, a impressão de que se está fazendo aquilo por mero expediente e que já está o servo de Deus canonizado. Por isso, não se deve fazer essa sessão na catedral, não se deve levar faixas ou fotografias do Servo de Deus, como se tratasse de uma mini-canonização. Enfim, trata-se de uma data importante, porém, não da própria canonização. Por isso, não é conveniente que se faça na catedral, que o povo acorra em massa, que se levem faixas alusivas ao Servo de Deus, retratos dele, como se de uma canonização se tratasse. [88]

E segue detalhando com deve ser a abertura do processo. Devem estar presentes o bispo diocesano, o chanceler da Cúria, os membros do Tribunal (juiz delegado, promotor de justiça, notário e notário adjunto), o postulador e vice-postulador e membros da Comissão Histórica – se houver e necessário for. Todos fazem o juramento de cumprir seu devido ofício e “*guardar segredo de tudo que possa provocar qualquer difamação do Servo de Deus*” [89]. Essa abertura pode ser feita numa capela do instituto ou congregação, que é o autor do processo ou no salão da Cúria Diocesana. Toda a reunião é registrada em ata pelo chanceler da Cúria. As demais reuniões serão registradas pelo notário e/ou notário adjunto.

A sessão final, ou de encerramento, deve, ainda segundo padre Pujol, ser da mesma forma da inicial: sem muita pompa, sem exageros, com certa privacidade e lavrada em ata, agora, pelo notário.

Ambas as sessões carregam teatralidade de gestos e símbolos, a qual padre Henrique Pujol descreve minuciosamente:

Sobre a mesa da presidência estarão dispostas a Sagrada Escritura, o selo de cada uma das pessoas que a ela se assentarão (Bispo Diocesano, Juiz Delegado, Promotor de Justiça, Notário e Notário Adjunto), o juramento que cada um deles fará em papel timbrado e preparado de modo que possa ser assinado pelo próprio e colocar o carimbo dele (...) depois disso [o Bispo Diocesano] fará a leitura da carta da Congregação [da Causa dos Santos, com sede na cidade do Vaticano, em Roma] concedendo o Nihil Obstat para dar início à causa. Também se fará pública as respectivas nomeações. [90]

Contrariando as normas, tanto a abertura (02 de julho de 2004) quanto o encerramento (13 de outubro de 2005) da fase diocesana do Tribunal de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes aconteceram com expressiva visibilidade, pompa e exagero; começando, inclusive, com a distribuição de um convite-missa personalizado com a foto de dom Expedito e um texto-discurso enaltecendo de qualidades atribuídas ao Antístite.

Lê-se no convite-missa:

Um santo em nosso meio:

Dom Francisco Expedito Lopes, venerável Servo de Deus, 5.º Bispo de Garanhuns e fundador do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil.

A Diocese de Garanhuns e o Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, louvando ao Senhor pela Instalação do Processo Diocesano pela causa de Beatificação e Canonização do venerável Servo de Deus, Dom Francisco Expedito Lopes, convidam V.S.<sup>a</sup>, e todo o povo de Deus para a Celebração da Eucaristia, na qual os membros do Tribunal desse processo farão o juramento de fidelidade à verdade. Local: Catedral de Garanhuns. Horário: 19 h e 30 min. Data: 02 de Julho de 2004.[\[91\]](#)

Esse tipo de narrativa reflete a forte intenção dos membros de convencer os diocesanos sobre a morte heróica de dom Expedito Lopes. A ata de abertura da causa e instalação do processo registra minuciosamente como se deu essa solenidade. [\[92\]](#)

Com essa sessão de abertura, os membros do Tribunal se lançam aos trabalhos de recolhimento de mais documentos escritos sobre dom Expedito e, o mais importante, à obtenção de depoimentos dos fiéis que conheceram, alcançaram graças e/ou participaram, de alguma forma, da vida e da morte do bispo. O Tribunal não se prendeu apenas ao Seminário São José para ouvir as testemunhas, pois seus membros visitaram cidades como Oeiras, Floriano, Picos, Terezina (PI), Fortaleza, Itapipoca, Sobral e Tianguá (CE), Afogados de Ingazeira, Recife, Olinda, Canhotinho e Garanhuns (PE), entre outras. Os que não puderam comparecer, enviaram seus depoimentos por escrito. [\[93\]](#)

O processo encontra-se em três cópias: duas foram enviadas, devidamente autenticadas e lacradas, para a Congregação da Causa dos Santos, na cidade do

Vaticano. A cópia original ficou no Arquivo da Cúria Diocesana e, segundo padre Marcelo Protázio Alves, atual pároco da Catedral e chanceler da Cúria Diocesana, não se pode ter acesso aos depoimentos das testemunhas por causa do juramento que os membros do Tribunal fizeram publicamente em manter sigilo sobre tais narrativas e por ser ordem interna das normas canônicas.

Por outro lado, é possível verificar o procedimento exercitado pelos membros do Tribunal nas entrevistas com os depoentes. Há um modelo a ser seguido. A entrevista deu-se seguindo esse modelo, que está dividido em dois momentos: no primeiro, o depoente faz um juramento com a mão sobre a Bíblia Sagrada, admitindo dizer somente a verdade. A isso segue sua identificação (nome, filiação, data e lugar de nascimento, profissão, religião e, o mais importante para os membros do Tribunal, como se deu sua aproximação com dom Expedito). No segundo momento, é solicitado ao depoente que narre o que sabe sobre o nascimento, a infância e a família do candidato à beatificação, isto é, que o depoente narre o que sabe sobre a biografia daquele que se quer beatificar e/ou canonizar. [\[94\]](#)

Para a Celebração Eucarística, na qual se deu a abertura do processo e instalação do Tribunal, foram convidados bispos, sacerdotes e religiosas de outras dioceses de várias cidades e estados brasileiros: João Pessoa, Fortaleza e Sobral, São Paulo, Caicó e Mossoró e Belo Horizonte. Além do convite, todos os bispos dessas dioceses receberam ofícios da Diocese de Garanhuns e/ou do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil solicitando aos respectivos bispos e arcebispos que elegessem pessoas para fazerem campanha de sensibilização e divulgação da causa junto aos fiéis e dentro dos próprios trabalhos diocesanos.

Em entrevista com frei Francisco Fernando da Silva [\[95\]](#) sobre o início do processo de canonização de dom Expedito, ele expressa haver partido da vontade das Irmãs do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Em 1996, frei Chico, comumente chamado, foi convidado pelas Irmãs do Instituto para auxiliá-las na elaboração do novo estatuto dessa Instituição religiosa. Passou uns três meses em Garanhuns – entre idas e vindas ao Recife – até concluir seus trabalhos.

No decorrer de suas obrigações para com as Irmãs, elas, ainda conforme ele, falavam muito sobre a vida e a morte do bispo, principalmente sobre o perdão dado pelo prelado ao padre Hosana no leito de morte e a oferenda de seu sangue. Irmã Mirtes e Irmã Cândida recontavam insistentemente e “com muita emoção”, diz ele. Ainda segundo o frade, dom Irineu Roque Scherer, ao chegar a Garanhuns para assumir a Diocese,



interessou-se pelo caso e, com incentivo das Irmãs e de dom Acácio Rodrigues Alves, bispo emérito de Palmares-PE e o responsável pela leitura do decreto de suspensão de padre Hosana, na época, acolheu a proposta das religiosas e de dom Acácio em organizar o processo de beatificação e canonização de dom Expedito.

Isso aconteceu em 1996, conforme o depoente. Interessante é que, em 1997 se comemorou o quadragésimo ano de morte do bispo, com uma exposição de suas relíquias no Colégio monsenhor Ademar Valença, antigo Colégio do Arraial e uma Celebração Eucarística toda voltada para a fixação e instauração de uma memória de santidade e martírio de dom Expedito.

Ele segue seu depoimento, ressaltando que, no dia seguinte à celebração de abertura e instalação do Tribunal, 02 de julho de 2004, ele e os demais membros começaram a ouvir as testemunhas (a maioria delas com mais de 75 anos de idade). Foram ter com as testemunhas em onze cidades diferentes, segundo ele, quebrando, assim, mais uma regra canônica da Santa Sé, ao afirmar que o Tribunal deve ser fixo e os depoentes, chamados por meio de convite, direcionam-se até o local onde está instalado a corte canônica.

Frei Chico narra ainda que todos os documentos e os depoimentos tinham que estar em ordem até o dia 13 de outubro de 2005, data da celebração de **encerramento** da fase diocesana do processo, ocorrida também na Catedral de Garanhuns sob discursos de exaltação da pessoa do bispo. Nesse dia, na própria celebração, o processo foi empacotado, lacrado e encerrada a causa, para ser enviada a Roma. “*Existe um tribunal que instrui a causa. No caso, nós. E existe um tribunal que julga a causa. No caso, ele, lá em Roma*”, [96] diz ele.

Ana Maria César, autora do livro *A Bala e a Mitra* (1994), em entrevista a mim concedida, discorre dessa maneira sobre a ação da Diocese de Garanhuns para com a beatificação e canonização de dom Expedito:

(...) eu não sei bem o que a Igreja entende por santo. Por que, se você for atrás da história da Igreja, você se perde nesse emaranhado (...) Eu fico me perguntando o que é. Eu sei que a política entra muito nessa coisa de santidade, né. Eu acredito também que a Igreja tenha um lado de boa fé de querer mostrar um santo. Os santos seriam apenas exemplos. Porque ninguém pode determinar! (ênfase). Eu acho uma doença sofrer para Deus! (ênfase) Eu não acredito nisso! Essa religião eu não aceito! (...) O que eu vejo como santo é apenas uma pessoa para exemplo. É apenas servir como

exemplo. Então, não precisaria elevar para os altares, construírem igrejas, botarem auréolas, quando eu acho que tudo isso é, até a própria imagem que as pessoas rezam, é um pouco de idolatria. Ainda mais hoje que a Igreja carrega imagens e diz que é milagrosa. Para mim isso é idolatria pura! Eu acho que ela tá no caminho errado e não consegue voltar. Ela sabe que está errada, mas não consegue mais. Perdeu o controle. [\[97\]](#)

Ela prossegue a narrativa, informando que dom Expedito, para ela, é apenas um exemplo, que se deu de maneira elevada, no perdão que ele ofereceu ao sacerdote Hosana e a oferta do seu sangue em prol dos outros. Para ela, esse é exemplo máximo de virtude humana. “Eu acho belíssimo dele o perdão!” e “aquela morte dele foi bonita!”, ressalta.

Indagada novamente sobre a ação da Diocese de Garanhuns em tentar beatificar e canonizar dom Expedito, sua resposta diferiu do dito anteriormente.

Olha [pausa] faz parte da história da Igreja. Ela está cumprindo o papel dela. Olha, as pessoas, a população de um modo geral, precisa de santos. O Brasil se ressentia de não ter nenhum santo brasileiro. Ela está cumprindo o papel dela. Ela sempre fez isso, ela não vai parar agora. O fato de ter um santo brasileiro eu acho que é bom, importante [ênfase]! Então, acredito nisso, a Igreja precisa fabricar santos. Esta é a história da Igreja. Ela vai continuar fazendo isso. Agora, se Dom Expedito for canonizado eu iria gostar. Pelo menos teremos um santo brasileiro. O que eu sei é que ele teve um ato bonito. Teve um final de vida belíssimo. Exemplo para todas as pessoas. Vou ficar feliz. Eu peço a Deus sabedoria e paciência. [\[98\]](#)

Taiza Brito, autora do livro *A Confissão do Padre Hosana* (1998), também foi entrevistada. Indagada sobre seu posicionamento sobre a ação da Diocese de Garanhuns para com a beatificação e canonização de dom Expedito Lopes, pondera em sua resposta. Uma explicação possível pode recair no fato de que ela foi a única a escrever a versão do padre Hosana sobre o crime. Ela gravou inúmeros diálogos com o sacerdote em sua casa e em Garanhuns. A ela foi confiado o que ela chamava de *Diário Secreto*. Ambos fizeram um acordo judicial, em cartório, para que a jornalista escrevesse o livro. Isso ocorreu durante a década de 1990. O esperado era que ela defendesse a imagem do sacerdote – por conta da relação que travaram durante as entrevistas e revisão dos

escritos. Ela ponderou.

Olha [pausa demorada] eu acho que a Igreja está fazendo o papel dela. O bispo foi atacado, sofreu, foi morto de uma forma cruel, sem, sem [longa pausa], sem defesa, sem chance de se defender fisicamente. Desse ponto de vista, o padre deveria ser julgado pelo crime. Lógico! [ênfase]. Assim, é um posicionamento muito difícil, porque o bispo tinha os seus ideais, tinha a sua forma de pensar. Eu não me acho, assim pra quem não foi testemunha da história, lá na época, eu não acho que deva se ter nem o bispo como culpado ou inocente, nem o padre como culpado ou inocente. Assim, cada um estava dentro do seu mundo, defendendo o seu ideal, a sua forma de pensar, e terminaram de uma forma trágica que, num crime, no qual o criminoso era um padre e a vítima era o bispo. Mas, eu acho que a Igreja está no papel dela de, de, de reconhecer o seu membro que foi afetado, né, o bispo, o padre. Assim, dentro da Igreja o bispo era seu superior. Ele deveria, mesmo que estivesse errado, ele deveria, o padre tivesse errado, ele deveria acatar as ordens e aí, desse ponto de vista, eu acho que a Igreja está fazendo o papel dela. Eu acho que é difícil você se posicionar nesse sentido. [99]

Em momento posterior, a jornalista garante, enfática, que padre Hosana tinha o direito de dizer sua versão do crime e dos motivos que o levaram a fazê-lo. Taíza Brito defende a noção de que *“todo mundo tem o direito de defesa. Nesse sentido, ele merecia ser ouvido. Ele merecia ter a história dele contada”*. [100] Como exposto, porém há pouco, na hora de opinar sobre a ação da Diocese na canonização do bispo, ela recua e é cautelosa em sua resposta. Ela não rebate, deixando sua convicção de defesa do padre somente nas páginas de seu livro.

A ação da Diocese de Garanhuns em tentar beatificar e canonizar dom Expedito Lopes – embora tenha sido pensada, planejada e iniciada internamente – passou pelas páginas dos jornais de circulação na cidade, no Estado e em outras cidades de estados circunvizinhos. Ganhou manchete. Apesar das formas diversificadas de narrar essa ação, todos louvam a iniciativa da Diocese. Até o presente momento desta pesquisa não foi encontrado nenhuma posição contra os objetivos diocesanos.

## **2.2 – Exposições, missas e discursos: o santo é mostrado**

Antes mesmo de o Tribunal pela causa de dom Expedito haver se formado juridicamente e se tornado público por meio das missas de abertura e encerramento da fase diocesana – em julho de 2004 e outubro de 2005, respectivamente – já havia momentos de criação e perpetuação de uma memória oficial sobre o bispo.

Em 1997, ano do quadragésimo aniversário de sua morte, as religiosas do Instituto organizaram uma exposição de alguns objetos do Pontífice – cajado, mitra, roupas ainda manchadas com seu sangue, o colchão sobre o qual ele ficou hospitalizado e fotografias deste. Essa exposição foi instalada no Colégio monsenhor Ademar Valença, antigo Colégio do Arraial, e na Casa da Cultura, em Garanhuns. Juntamente com a exposição, foi celebrada uma missa repleta de falas sobre as características de santidade e martírio do prelado, com a presença de outras autoridades clericais. Cânticos, preces, santinhos e orações para esse momento foram elaborados e distribuídos entre os fiéis. Ambos os eventos foram insistentemente divulgados nas missas anteriores, programas de rádio e jornais.

No livro de cânticos, por exemplo, distribuído entre os participantes da celebração da passagem dos quarenta anos de morte do bispo - realizada em 02 de julho de 1997, na Catedral de Santo Antônio - está disposto o seguinte comentário inicial sobre as chamadas virtudes do bispo e a necessidade de “fazer memória”, enaltecendo sua vida sacerdotal e suas últimas palavras.

Comentarista:

Irmãos e irmãs,

Estamos reunidos para celebrar o amor de Jesus, amor revelado durante toda a vida, mas levado ao extremo através de seu sangue derramado.

Nesta celebração de Páscoa de Jesus fazemos memória de alguém que também bebeu do cálice de sofrimento e derramou seu sangue: fazemos memória de Dom Francisco Expedito Lopes, 5.º Bispo de Garanhuns, fundador do Instituto das

Missionárias de Nossa Senhora de Fátima.

Celebramos os 40 anos da morte de Dom Expedito agradecendo ao Senhor porque nele manifestou a sua santidade. Como Jesus, Dom Expedito morreu perdoando, fazendo de sua vida uma oferenda.

Acolhemos os concelebrantes e celebrantes da Eucaristia, Dom Acácio Rodrigues Alves. À frente, a fotografia de Dom Expedito e frases por ele pronunciadas e rezadas na noite de sua agonia:

‘Estou sofrendo muitas dores. Seja tudo pela Diocese. Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé. Meu Jesus, misericórdia! Pronto, estou preparado.’

Cantemos juntos o canto de entrada. [\[101\]](#)

O momento das preces e do ofertório, na celebração eucarística, é o de maior visibilidade do discurso de santidade e martírio direcionado ao bispo; o momento enaltecendo a personalidade do bispo.

- Senhor, manifesta a Tua santidade na vida de Dom Expedito. Que ele participe da comunhão de todos os santos e santas e seja reconhecido como Santo por toda a Igreja.

Todos: Senhor, envia sobre nós o Teu Espírito de santidade.

- Senhor, como teu filho Jesus, Dom Expedito morreu perdoando. Nós te agradecemos o seu testemunho. Fortalece a nossa fé para que nós também possamos levar o perdão onde há mágoa, ofensa e divisão.

Todos: Senhor, fortalece a nossa fé. [\[102\]](#)

Quanto ao ofertório, foram utilizados os símbolos e/ou relíquias de dom Expedito Lopes, os mesmos que compuseram o acervo da exposição organizada pelas religiosas do Instituto. À entrada de cada símbolo no recinto, um comentário enaltecendo a memória

daquele bispo.

Comentarista:

Dom Expedito morreu oferecendo ao Senhor sua vida pelos padres, pelos seminaristas, pela Diocese de Garanhuns. Trazemos até o altar do Senhor alguns objetos que fizeram parte de sua vida, de sua paixão.

UMA ALMOFADA: Ela serviu de apoio à cabeça de Dom Expedito na hora da dor. Está manchada de sangue e banhada por suas palavras de perdão.

UM PEDAÇO DA BATINA DE DOM EXPEDITO: Ela traz os furos das balas, mas ela fala também da pobreza, da simplicidade de Dom Expedito.

A MITRA DE DOM EXPEDITO: Símbolo do poder serviço que invalida toda superioridade. A única grandeza consiste em ser como Jesus que faz o dom total e gratuito em si mesmo.

OS DOCUMENTOS DO INSTITUTO DAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA: A aprovação canônica e os primeiros estatutos, frutos do zelo pastoral de Dom Expedito, que desejava uma instituição dedicada à construção de um mundo melhor, atuando em todas as formas de apostolado, segundo ele mesmo escreveu nesses documentos. [\[103\]](#)

Encerrando a celebração, o povo ali presente foi chamado a ler em uníssono a oração marcando os quarenta anos de morte, texto posto nos santinhos distribuídos entre os fiéis.

Ó Pai, comemoramos o 40.º aniversário de morte do Vosso servo Dom Francisco Expedito Lopes, 5.º Bispo de Garanhuns.

Ele bebeu o cálice, que Jesus ofereceu aos apóstolos, dando sua vida pela

Diocese, pelo seu Clero e pelos seus Seminaristas. Nós vos agradecemos por sua virtuosa e humildade de cristão, sacerdote e Bispo.

Acreditamos, ó Pai, que a caminhada atual de nossa Diocese é também fruto de sua oração, generosa e total. Chamado a seguir os passos de Vosso Filho, Dom Expedito doou sua vida, morrendo como semente na terra, dando muito fruto de fé e esperança em nosso meio.

Lembremos, neste aniversário, todos aqueles que, em nosso tempo, deram sua vida em favor de sua comunidade ou seu povo, especialmente na América Latina, e de modo particular, na nossa Diocese.

Que o lema de Dom Expedito – ‘Restaurar todas as coisas em Cristo’ (Ef. 1,10) – nos confirme na busca da Justiça, da paz, do perdão e da fraternidade. Isso Vos pedimos por Jesus Cristo, Vosso Filho e nosso irmão, na unidade do Espírito Santo. Amém.

Garanhuns, 02 de Julho de 1997.

Monsenhor Benevenuto Sátiro de Araújo

Administrador Diocesano da Diocese de Garanhuns [\[104\]](#)

Pierre Nora, no texto *“Entre Memória e História: a problemática dos lugares”*, [\[105\]](#) faz considerações sobre o que são, como surgem e para que servem os lugares de memórias. Estes podem ser compreendidos em três aspectos: o material, o simbólico e o funcional. Essas três dimensões co-existem e exercem seu papel nos lugares de memória. Portanto, criação de praças, estátuas, festas comemorativas, tratados, um testamento, uma associação, um minuto de silêncio, um objeto, discursos, inaugurações, mensagens póstumas, entre outros, são lugares de memória criados por um determinado grupo social, promovidos e estendidos aos demais indivíduos com o intuito de “fixar um estado de coisas, bloquear o trabalho do esquecimento, materializar o imaterial e imortalizar a morte” [\[106\]](#).

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (...). Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastos onde os quais se ancoram. Mas, se os que eles defendem não estivessem ameaçados, não se teriam tampouco a necessidade de construí-los. [\[107\]](#)

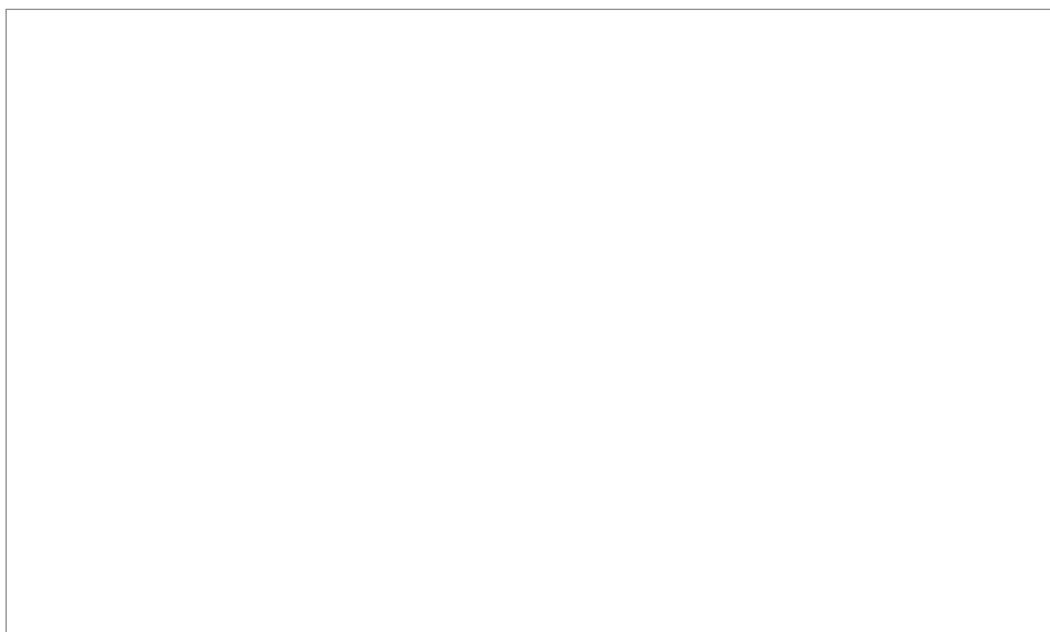
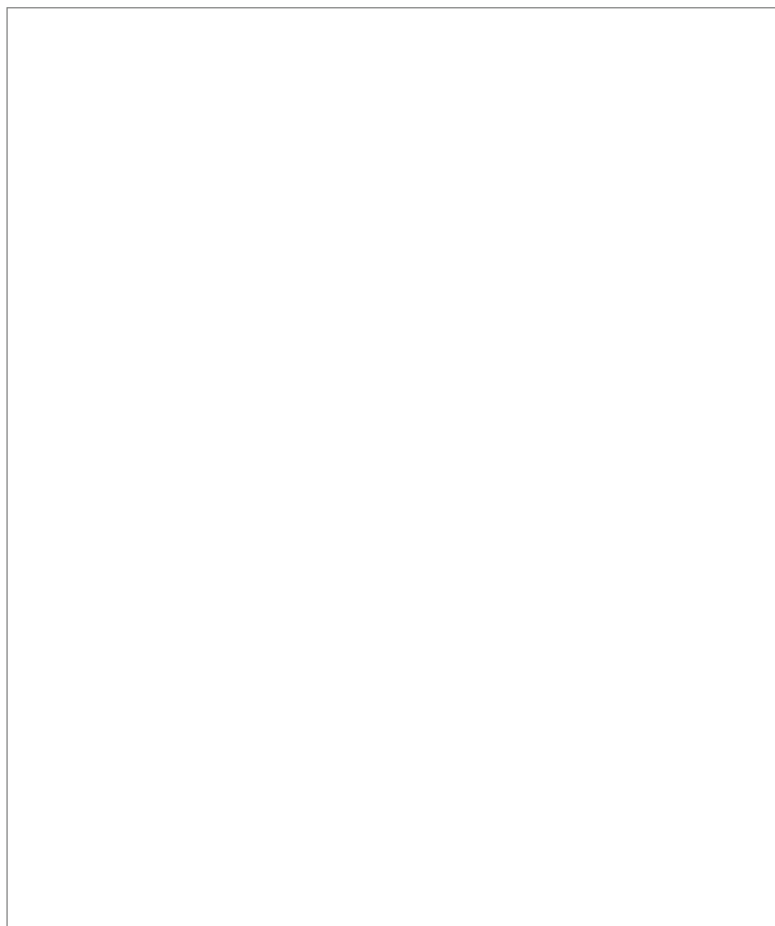
Os lócus de memória são criados por grupos específicos que exercem alguma forma de poder configurando-se, portanto, lugares dominantes. São espetaculares, tendem a ser triunfantes, imponentes e geralmente são impostos por determinada autoridade.

Aqui se percebe um grupo social específico, de notoriedade social, recortando o passado, remodelando-o e reatualizando-o para fins próprios e específicos, tudo isso para evitar que a morte do bispo e suas últimas palavras sejam fadadas ao esquecimento, para evitar que a história varra esse episódio das lembranças dos fiéis pernambucanos e de todo o Brasil. A Diocese e o Instituto tentam sacralizar o já dessacralizado.

Um bom exemplo a ser chamado são os espaços - aqui entendidos como espaços materiais – construídos em prol de dom Expedito Lopes. Em Garanhuns, lugar do assassinato, só há uma pequena praça, com um pequeno busto. Está localizado defronte à Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, mais conhecida pela população como Igreja do Cuscuz, em razão da sua arquitetura arredondada. A praça, e conseqüentemente o busto, absorvem a indiferença da população e também do poder público municipal, pois raramente é feita alguma melhoria naquele espaço que pretende rememorar dom Expedito. Já foi pichada e já encontraram vestígios do profano, como, por exemplo, preservativos usados. Também é constante o mau cheiro, oriundo de pessoas que usam aquele espaço para satisfazer certas necessidades fisiológicas.

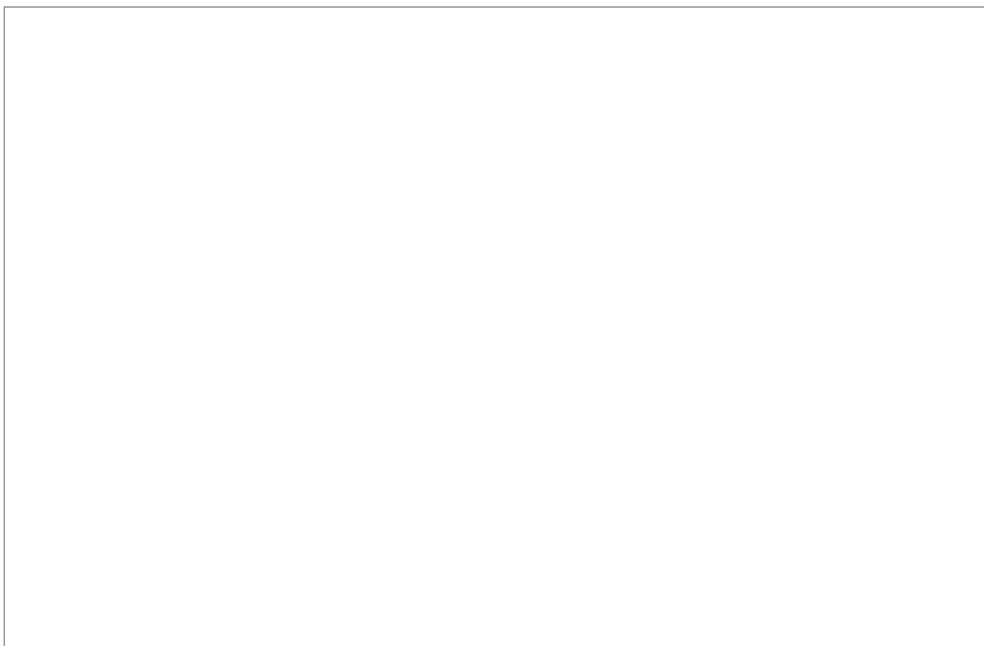
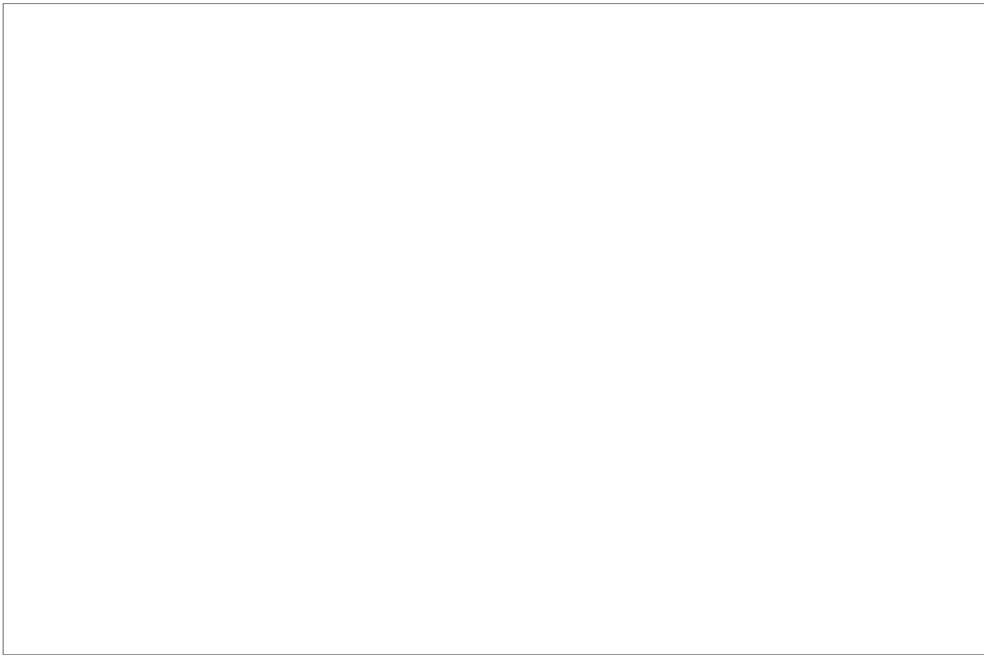
A praça abriga o sagrado e o profano, visto que aquele busto observa pessoas consumindo drogas e corpos se tocando na busca do prazer carnal. Serve também para estacionamento de meios de transportes que conduzem os fiéis às missas da paróquia vigiada pelo busto. Não há, portanto, indícios de sacralidade no entorno da imagem. Reina o profano.

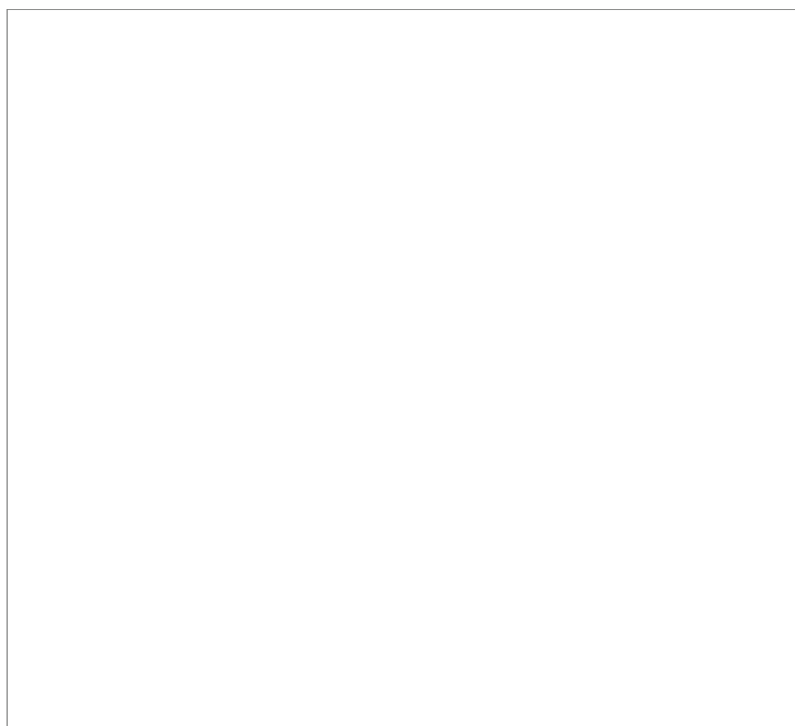
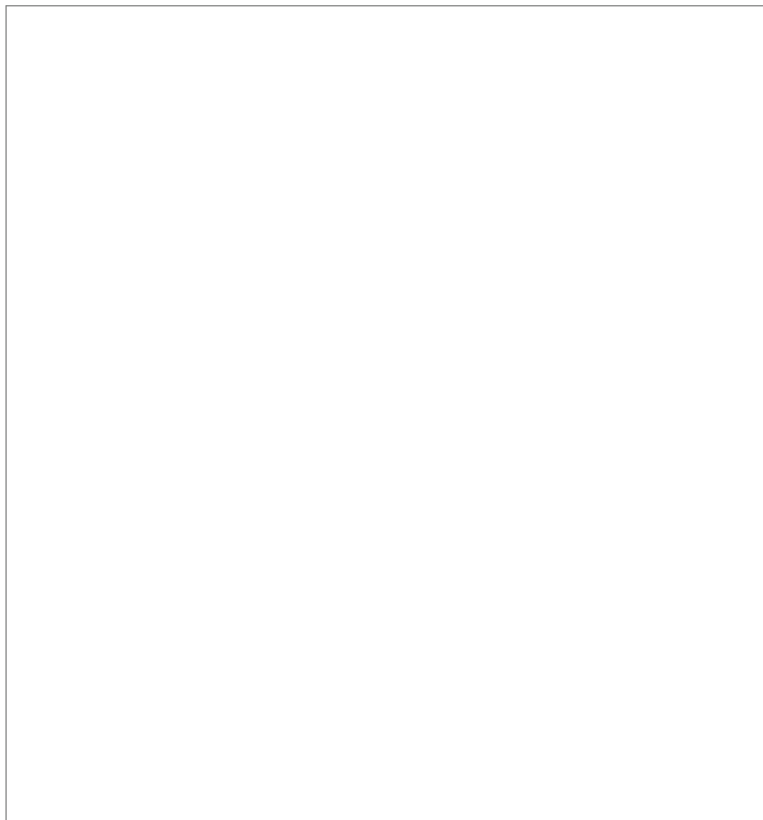




**Fotos 05 e 06:** Praça dom Expedito Lopes, com seu busto, localizada próxima à Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Garanhuns-PE. Arquivo Pessoal. Garanhuns-PE, 2003.

Outro exemplo sobre a promoção de lugares de memória em prol de dom Expedito Lopes recai em alguns objetos que foram expostos em 1997 por conta da passagem dos quarenta anos de seu assassinado. Dentre as chamadas relíquias de dom Expedito estavam: o estatuto, por ele escrito, com as regras do Instituto, a almofada que ficava na capela interna do seu Palácio Episcopal onde ele teria se deitado, baleado, e rezado pelo perdão do sacerdote Hosana; o colchão no qual ele se deitou quando hospitalizado, seu cajado, mitra e pedaços de sua batina, ainda manchada de sangue.





**Fotos 07, 08, 09 e 10:** Alguns dos objetos que compuseram o acervo da exposição na passagem dos quarenta anos de morte de dom Expedito Lopes, realizada em Garanhuns-PE, em 1997. Aqui, pedaços da batina do bispo, ainda manchada com seu sangue, paramentos utilizados quando ele celebrava missas e o colchão onde ele teria se deitado quando dos atendimentos médicos a ele deferidos no Hospital Dom Moura durante suas oito horas de agonia. Foto: Arquivo do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, 2003.

Conforme Irmã Mirtes de Araújo Corrêa e Irmã Cândida de Araújo Corrêa, a batina estava intacta, contudo, a fama de santidade de dom Expedito se espalhou e muitos fiéis iam até o Instituto para pedir-lhes um pedaço da batina do bispo para servir como objeto de proteção, como objeto sagrado. De pedaço em pedaço doado, hoje, as irmãs têm somente fragmentos que evidenciam as manchas de sangue. Dona Ana Suzete Lopes Solon, irmã consanguínea de dom Expedito, que residia em Sobral-CE, também narrou essa história das irmãs. Dona Suzete teria, segundo ela, também recebido pedaços da batina das irmãs.

Todos esses objetos foram guardados pelas religiosas aqui citadas. Elas foram as tutoras e promotoras da exposição que ocorreu no Colégio Ademar Valença – antigo Ginásio do Arraial – que ambas dirigem, e na Casa da Cultura de Garanhuns, hoje, localizada na antiga Estação Ferroviária, onde padre Hosana desembarcou naquele primeiro de julho de 1957. As religiosas, em parceria com a Secretaria de Cultura do Município, realizaram essa exposição no mês de julho por ser aniversário de morte do bispo e, também, por acontecer uma festa tradicional na cidade, que absorve turistas: O *Festival de Inverno de Garanhuns*. A Secretaria de Cultura do Município promove esse evento há mais de dez anos e já está posto no calendário oficial de festas municipais. Há vasta programação cultural durante todo o dia. A exposição foi uma delas.

Na ação diocesana de canonizar dom Expedito Lopes, é possível vislumbrar a tentativa daquele grupo social (padres, bispo e religiosas) de provocar uma memória cristalizada sobre o bispo assassinado. Os espaços, momentos, escritas e discursos são utilizados para afugentar o esquecimento.

Portanto, a formação do Tribunal Diocesano institucionalizou uma vontade, gerada anos antes pelo Instituto e pela Diocese, de beatificar e canonizar dom Expedito Lopes. Tanto a exposição de suas relíquias – dada no Colégio monsenhor Ademar Valença e na Casa da Cultura de Garanhuns – e as solenidades de passagem dos quarenta anos do assassinato do prelado já pré-anunciavam o esforço da Diocese por essa causa.

O jornal Correio da Semana, órgão da Diocese de Sobral-CE, traz uma matéria intitulada *Dom Expedito Lopes, o primeiro Bispo brasileiro a ser Beatificado*, datada de 18 de fevereiro de 2006, escrita pelo padre Valdery da Rocha. Nela, o louvor que o sacerdote endereça à causa é notório – o que era de se esperar vindo de um sacerdote e que escreveu em um periódico da Diocese da cidade onde Dom Expedito nasceu. Em meio à sua louvação, ele traz breves explicações do andamento da causa.

Nesta quarta-feira (dia 15), segundo notícias veiculadas pelo Jornal do Comércio, de Pernambuco, em sua edição do dia oito de Janeiro (quarta-feira), terá andamento o processo de beatificação de Dom Expedito Lopes.

Naquele dia, a Congregação para a Causa dos Santos, em audiência de seu Prefeito, o Cardeal português José Saraiva Martins, com o Bispo de Garanhuns, Dom Irineu Roque Scherer, abrirá os volumes com o material coletado pelo tribunal eclesiástico que instaurou o processo de beatificação do bispo (...).

Embora o conteúdo do material que será examinado depoimentos de mais de 50 testemunhas do processo e outras peças) não possa ser divulgado, Dom Irineu Scherer adiantou que os testemunham apontam para a possibilidade de Dom Expedito vir a ser considerado mártir da fé.

O argumento do martírio será o eixo principal para a postulação da beatificação do bispo de Garanhuns. 'Se considerado Mártir, o processo dispensará a comprovação de milagres', esclareceu Dom Irineu. Uma das razões para se sustentar o argumento, acrescentou, foi a maneira espontânea com que as testemunhas alegaram a existência do martírio, ao prestar depoimento.

Após a análise dos documentos referenciais à vida e morte de Dom Expedito, a Santa Sé anunciará sua posição sobre os feitos do bispo em nome da fé. A legislação canônica considera apto para beatificação quem vive as virtudes cristãs em grau heróico. Se beatificado, Dom Expedito será o primeiro santo brasileiro a receber o título (...). [\[108\]](#)

Esse artigo já está tratando da abertura do processo, na Congregação da Causa dos Santos. Já encerrada sua fase diocesana no Brasil é enviado ao Vaticano. Lá é aberto e analisado minuciosamente por um grupo de teólogos, médicos, canonistas e outros especialistas para, somente depois, ser dada uma sentença favorável ou não à solicitação. Esta sentença é levada ao Papa, por ele analisada, e a ele cabe dar o veredicto final. Se afirmativo for seu posicionamento, há a solenidade de canonização do candidato.

Sobre o fato de a Santa Sé considerar ou não o candidato à beatificação **mártir**, e o que isso implica no andamento do processo, cônego Francisco Sadoc de Araújo, postulador do processo de beatificação do padre Ibiapina, esclarece, jurídica e teologicamente esse pormenor. Padre Sadoc, como é conhecido e comumente chamado,

também foi uma das testemunhas ouvidas no processo de canonização de dom Expedito Lopes, por tê-lo conhecido pessoalmente. Nossa entrevista foi travada em Sobral-Ceará, no dia 07 de maio de 2003.

Ele explica a diferença entre o considerado “mártir” pela Santa Sé e o outro caminho possível para se beatificar e canonizar alguém, que é a comprovação de que o candidato apresentou durante toda sua vida o “exercício heróico das virtudes”, que são FÉ, ESPERANÇA e CARIDADE.

O Mártir cristão é aquele que morre pela sua fé. É aquele que morre (...). Também é mártir porque ele é testemunho. Dom Expedito, mataram dom Expedito no cumprimento de suas obrigações da fé, isso é mártir da Igreja. O mártir é aquele que comprova imensamente sua fé. Você quer que a pessoa prefira morrer a viver sem sua fé (...). É mártir (ênfase). Quando é mártir não precisa provar algumas coisa, porque ele morreu pela fé. Então, dispensa milagre, dispensa tudo (ênfase). Então, o mártir é o maior tesouro da Igreja. No começo do Cristianismo tinha muito mártir (...). Os Imperadores de Roma mandavam matar esses bravos cristãos, botavam nos túmulos e iam [as pessoas] venerar os túmulos, colocar flores, visitar. Fizeram as catacumbas subterrâneas, cavavam o chão. (...) No começo da Igreja quem canonizava os mártires era o povo. O sujeito morria pela fé o povo ia, zelava o túmulo, botava flores, enfim, tornava aquele lugar de respeito, sagrado. Então, esses primeiros cristãos eram considerados mártires do povo. (...) Agora, no tempo do Imperador Constantino, em 333 d.C, Constantino deu liberdade aos cristãos, não perseguiu mais. Então, ele fazia as chamadas Basílicas (ênfase). Baliseu, em Grego, quer dizer Guerreiro. Basílica que dizer Régio, O Rei, pertencente ao Rei. Quando vem essa liberdade, aí a gente pergunta: quem é que santo? Ninguém [mais] vai matar! Então, quem é que vai provar a fé? Pelo martírio não há mais! Ainda hoje há gente que morre pela fé, mas diminuiu muito!

Então, o que ficou para substituir o Martírio foi o EXERCÍCIO HERÓICO DAS VIRTUDES [ênfase]. O sujeito não chega a morrer, mas quase morreu, pela fé; porque dedicou todas as forças, entregou-se inteiramente, foi ajudar aos pobres. Você vê o Padre Ibiapina (...) ele abandonou tudo, foi ser padre aos 47 anos de idade e se dedicou inteiramente aos pobres, passou fome, passou sede. Andou durante trinta anos no Nordeste brasileiro criando Casas de Caridade, hospitais, igrejas. Então, isso é uma prova que substituiu o martírio. É uma fé provada pelo sofrimento, pela dedicação (...). [\[109\]](#)

O cônego Sadoc de Araújo começou afirmando de maneira enfática que dom Expedito é mártir, porém, recua um pouco para dizer que somente a Santa Sé é quem tem poder legal para afirmar. E essa afirmação dada pela Santa Sé é fruto da análise minuciosa dos documentos enviados pelo Tribunal Diocesano à Congregação da Causa dos Santos. Antes disso, segundo ele, não se pode dizer publicamente que o candidato já é mártir.

Mais uma regra quebrada pela Diocese de Garanhuns, que estampa a idéia de que o bispo é mártir em convites-missa, em santinhos distribuídos e em discursos sobre o martírio de dom Expedito.

Indagado sobre a necessidade de comprovação de milagres por intermédio do candidato à beatificação, regra exigida pela Congregação da Causa dos Santos, o cônego Sadoc explica que esse passo é posterior à prova de que o candidato é mártir ou exerceu as virtudes heróicas. Explica ainda que um processo de beatificação apresenta a parte jurídica – momento de estudar a vida do candidato, recolher escritos dele e sobre ele, a infância, a juventude, a fase adulta e a morte – e parte litúrgica. Na segunda parte é que deve se provar a existência ou não de milagres. Quando comprovado que o candidato é mártir, “ele já começa beatificado, porque o milagre já aconteceu”, enfatiza cônego Sadoc. Nesse caso, o milagre foi o candidato morrer pela fé.

Sobre os artigos publicados nos jornais acerca da beatificação e canonização de dom Expedito Lopes, em todos eles são enaltecidas suas últimas palavras no leito de morte e o perdão dado por ele ao padre Hosana. É notória também a exaltação da possibilidade de dom Expedito ser o primeiro santo brasileiro (agora com seu posto de primeiro inviabilizado pela canonização de Frei Galvão, em São Paulo, realizada no primeiro semestre de 2007).

Por outro lado, num desses artigos – o do jornalista Ulisses Pinto – estampado no jornal Imprensa do Agreste e intitulado “*Igreja vai beatificar bispo assassinado em Garanhuns*”, datado de 14 de novembro de 2003, há um pedido. Inicialmente, vale ressaltar, que esse jornalista testemunhou no processo crime do padre Hosana. Foi ele quem encontrou uma das balas no Palácio Episcopal no dia do crime e quem primeiro telegrafou a notícia para o Diário de Pernambuco, no Recife. Ele conhecia tanto dom Expedito quanto o sacerdote Hosana.

(...) Finalmente, quem alcançou graças por intercessão de Dom Expedito Lopes, queira enviar comunicação, por escrito, para os seguintes endereços: Cúria Diocesana de Garanhuns – Avenida Santo Antônio, 40, 55.2900-000, Garanhuns-PE. Caixa Postal 54, telefax (87)3761-0805. Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, Avenida Júlio Brasileiro, 703, Heliópolis, 55.295-475, Garanhuns-PE, telefax (87)3761-3225. Caixa Postal 219, Garanhuns-PE.

Esperamos, assim, ter contribuído para a causa com esta matéria. O julgamento desses casos não é com o autor. O julgamento fica para os Doutores da Lei das altas figuras do clero e do Vaticano. Nosso ponto de vista, a Deus caberá a última palavra!

O atual Bispo Diocesano de Garanhuns, Dom Irineu Roque Scherer, filho do Rio Grande do Sul, está cumprindo seu dever de fiel escudeiro da Igreja Católica Romana.

[\[110\]](#)

Por que solicitar aos fiéis que enviem por escrito as possíveis graças alcançadas? Esse pedido reflete um não-reconhecimento dos fiéis da cidade para com a causa da beatificação e canonização daquele prelado? Que tipo de impacto tem causado essa ação diocesana no dia-a-dia dos católicos daquela urbe?

Esse pedido também está escrito ao final dos santinhos distribuídos tanto nas missas de abertura (02 de julho de 2004) e encerramento (13 de outubro de 2005) da fase diocesana do processo, ocorrida na Catedral de Santo Antônio. Nos santinhos, há também um texto solicitando aos fiéis pedidos de preces e sacrifícios para com a causa *“recomendando, porém que se evite tudo o que possa assemelhar-se a culto público”*. Segue ainda uma oração escrita especificamente para pedir a beatificação e canonização de dom Expedito Lopes:

Ó Jesus, Pastor Eterno, nós Te louvamos pelo teu servo DOM FRANCISCO EXPEDITO LOPES, possuidor de um coração amoroso voltado para MARIA, exemplo de simplicidade e de perdão, testemunho de zelo pela Igreja, por cuja causa derramou seu sangue e deu sua vida. Nós te pedimos a graça de vê-lo, um dia, cultuado nos altares. Também Te pedimos que nos confirmes na busca da justiça, da paz e do perdão.



Pai Nosso...

Ave Maria...

Glória ao Pai...

(Com aprovação eclesialística de Dom Irineu Roque Scherer, Bispo Diocesano).[\[111\]](#)

Para a Diocese, esses momentos públicos – de abertura e de encerramento da causa – foram o coroamento dos trabalhos do Tribunal e o caminho eficaz para sensibilizar e mobilizar corações e almas em prol da causa. Parentes de dom Expedito Lopes também estiveram presentes, como por exemplo, dona Terezinha Lopes do Monte, que mora em Teresina, presente no encerramento da causa (13 de outubro de 2005), e o senhor Edésio Lopes, sobrinho de dom Expedito, presente à missa de abertura da causa (02 de julho de 2004).

Ambos foram publicamente apresentados e participaram das celebrações de maneira mais expressiva, conduzindo até o altar objetos que remontam à oficialização de uma memória do bispo, como por exemplo, um retrato de dom Expedito e faixas e/ou cartazes com seu rosto pintado e frases de elevação de sua personalidade; isso no momento da entrada da celebração, ao som do Hino de louvor a dom Expedito, da autoria de Sérgio Tenório de Oliveira.

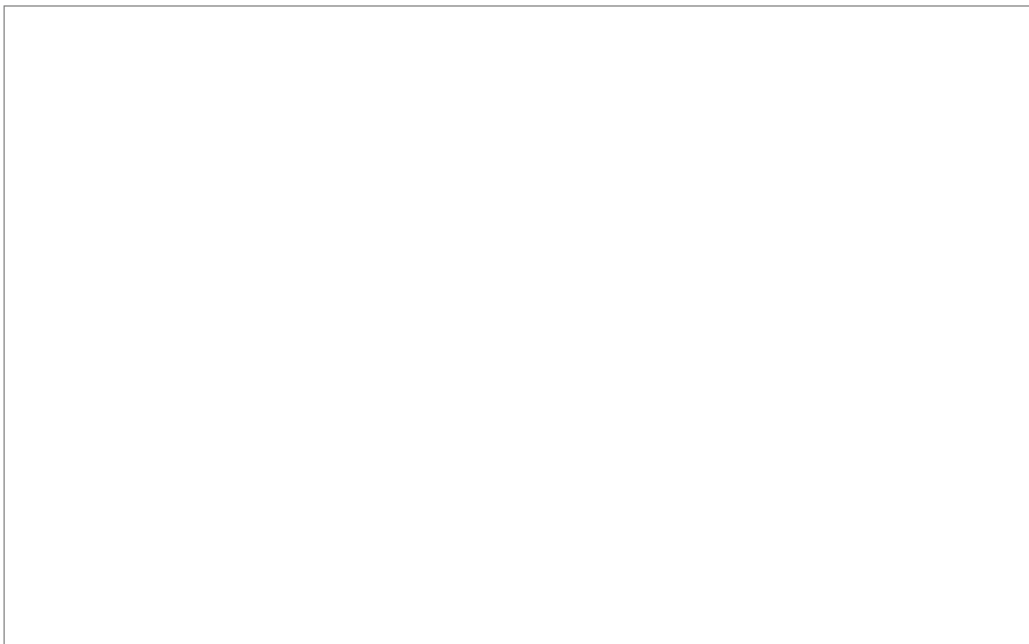
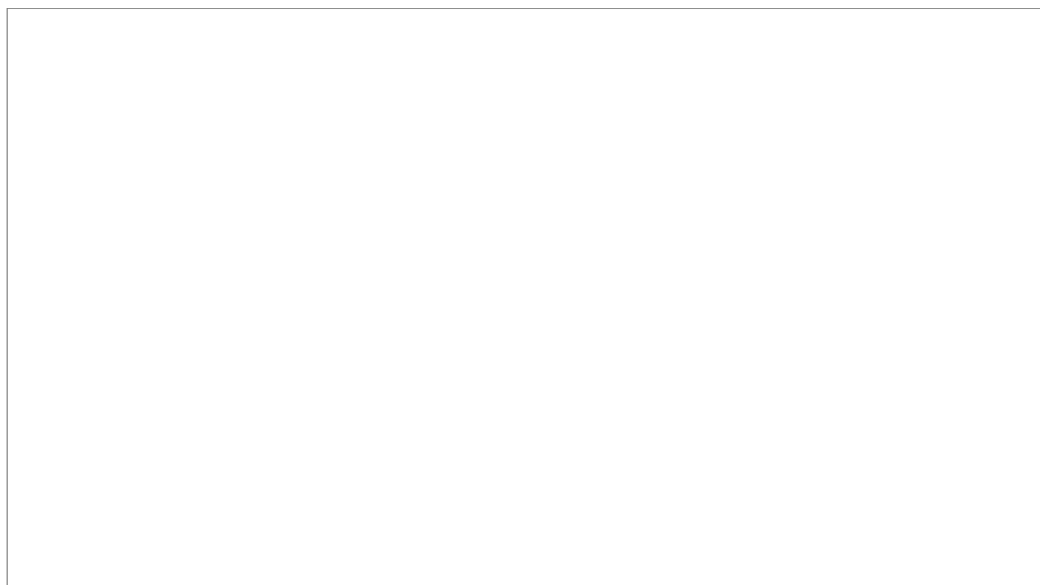
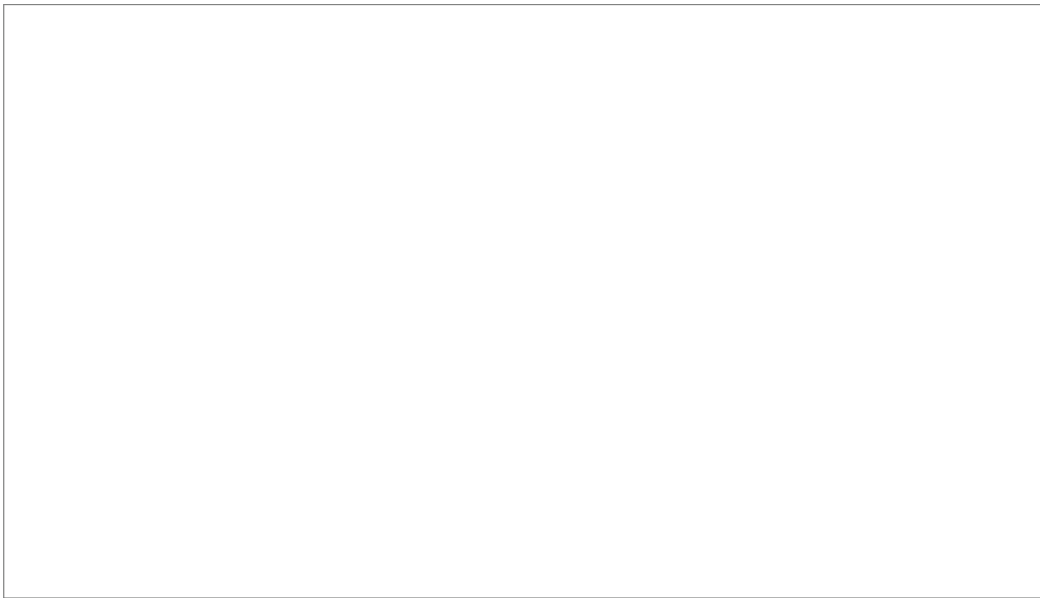
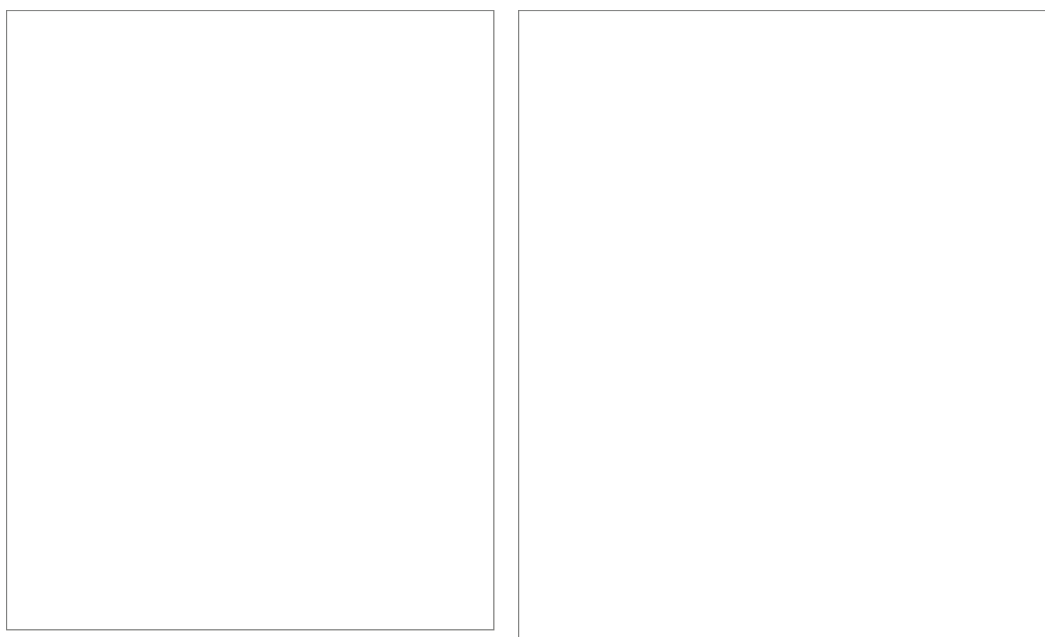


Foto 11: Procissão de entrada da *Celebração Eucarística de Encerramento* da fase diocesana do Processo de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes, ocorrida na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns-PE, em outubro de 2005. Da esquerda para a direita: Irmã Mirtes Araújo Corrêa, do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, e dona Terezinha Lopes do Monte, irmã de dom Expedito Lopes. Os demais são membros da liturgia: leitores e comentarista. (Arquivo Pessoal. Fotografia gentilmente cedida por frei Francisco Fernando da Silva. Recife-PE, agosto de 2006).

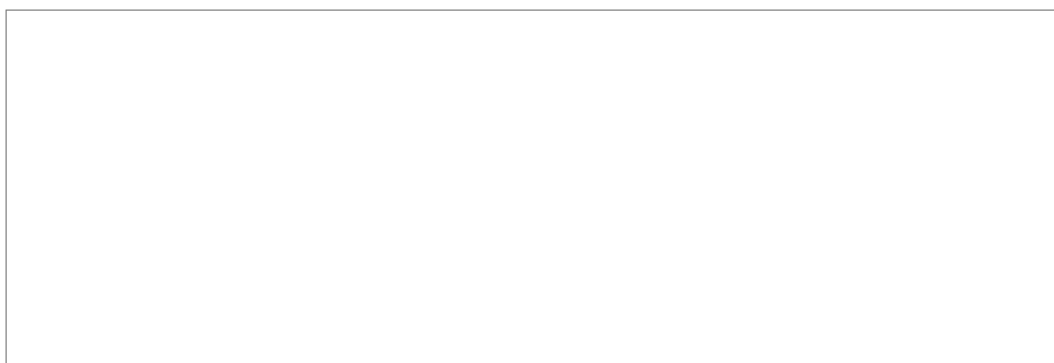
Nos momentos públicos ensejados pela Diocese de Garanhuns sobre a canonização de dom Expedito, observam-se um “dever de memória” e a fixação de lugares de memória que evidenciam o passado para clarear o presente. O tempo pretérito é buscado para dar alicerce aos discursos e práticas diocesanas. É uma dívida do presente para com seu outro. Também é clara a projeção de um futuro: um santo oficialmente reconhecido nos lares e altares, memória que se lança ao futuro, pois criada no presente e buscada no passado. São três dimensões próximas e coexistentes, presente, passado e futuro, com sua dinâmica fluida, a cercar dom Expedito por intermédio das letras, falas, cânticos, orações e gestos; projetando-o para tempos vindouros.

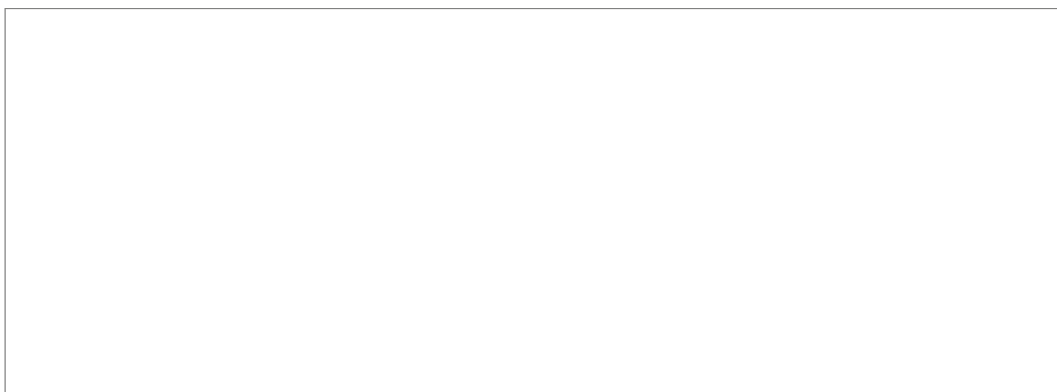


**Fotos 12 e 13:** “Santinhos” distribuídos na celebração de abertura e instalação do Tribunal Diocesano para a causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Em seu discurso, se percebe o esforço da diocese em capturar a atenção e a veneração dos fiéis para com a causa. (Fundo: Arquivo do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, com sede em Garanhuns-PE. Garanhuns – PE, agosto de 2006).

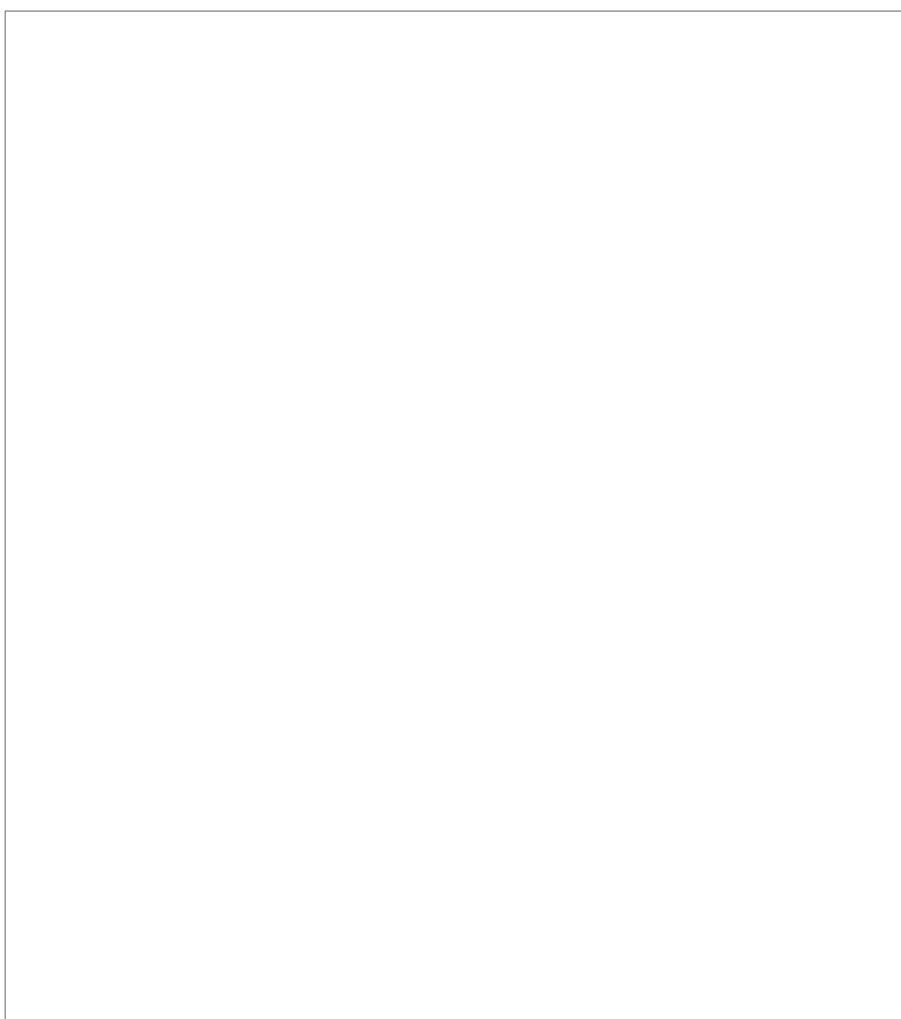


**Fotos 14 e 15:** Convite-missa da abertura e instalação do Tribunal Diocesano para a causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. (Fundo: Arquivo do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, com sede em Garanhuns-PE. Garanhuns, agosto de 2006).





**Fotos 16 e 17:** Convite-missa para o **encerramento** da fase diocesana do Processo de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Muitas autoridades civis, religiosas e os familiares de dom Expedito estiveram presentes, institucionalizando mais ainda o ato. A Diocese deseja um altar para dom Expedito. (Fundo: Arquivo do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, com sede em Garanhuns-PE. Garanhuns, agosto de 2006).



**Foto 18:** Vitral exposto no Palácio Episcopal de Garanhuns. De tamanho expressivamente grande, ilumina e aquece aquele recinto. Ele também está estampado, não por acaso, num convite-missa na passagem dos vinte e cinco anos de morte de dom Expedito, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns, no dia 02 de julho de 1982. O convite traz ainda impressa uma breve e resumida biografia do bispo e o que se acredita serem suas últimas palavras e uma oração louvando a atitude do perdão dado por ele ao seu assassino e da oferenda de si mesmo ao clero, aos seminaristas e ao povo da cidade. (Fundo: Arquivo do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, com sede em Garanhuns-PE. Garanhuns, agosto de 2006).

A imagem também é discurso. E, nesse caso, de grandes proporções para a análise da História Social da Memória. É um bispo, de joelhos, com um ramo verde em uma das mãos – simbolizando, certamente, a esperança; na outra mão, um cálice recebendo o sangue do Cristo. O bispo, de joelhos, denota submissão e obediência – ações que faltaram ao padre Hosana. Os elementos que compõem o quadro: ramo verde (esperança), cálice (local sagrado, que guarda algo de precioso e que se aprecia), o sangue (metáfora tão utilizada na Bíblia para incitar nos fiéis o sentimento de doação, partilha e proximidade para com os pobres), as personagens (Cristo e dom Expedito) distantes em suas respectivas autoridades e, concomitantemente, tão próximos em suas respectivas ações de se doarem e oferecerem seu próprio sangue pelo outro são indicativos de um discurso imperativo.<sup>[112]</sup>

Outro aspecto importante: o local onde está exposta a imagem ou, melhor expressando, os locais. Primeiro, no Palácio Episcopal, onde ocorreu o assassinato e, depois, reproduzido num convite-missa na passagem dos vinte cinco anos de morte do Antistite - em 1982, na Catedral de Santo Antônio - meio de divulgar e expandir uma memória oficial para dom Expedito.

No rito de abertura da causa (02 de julho de 2004) e no encerramento (13 de outubro de 2005), por exemplo, a procissão de entrada deu-se ao som do *Coral Jesus, Maria, José*, tendo como regente o seminarista Sérgio Tenório de Oliveira, autor do hino a dom Expedito Lopes. O discurso de santidade, do sangue derramado, do perdão dado pelo prelado ao sacerdote Hosana e da necessidade que, segundo ele, os diocesanos têm de algum dia verem dom Expedito gozando no rol dos santos da Igreja, é notável nesse hino. Acompanhando o coro, pois cada fiel recebeu um livro de cânticos para acompanhar e participar da celebração, o povo entoou o canto.

## HINO DE LOUVOR A DOM EXPEDITO LOPES

Letra e Música: Seminarista Sérgio Tenório de Oliveira

Garanhuns se reveste de Glória  
Rumo ao Céu está sempre a caminhar  
Santos homens e mulheres dedicaram  
Suas vidas, por amor se consagram.

De Sobral, no Ceará, um bispo sai  
Para Oeiras, Piauí, alegre vai  
Da mãe de Deus, sob o manto maternal  
Roga-lhe sempre proteção de todo o mal.

Cumpre feliz a missão de pastoreio  
Em Garanhuns, transferido logo veio  
Não sabia o 'mal' que viria  
Pelas mãos de um sacerdote morreria.

**Refrão: Expedito, Expedito**

**És no Céu, novo servo escolhido**

**Roga a Deus por seus filhos sofridos**

**E nos dá nova força e luz**

**Nos levando a Cristo Jesus (bis).**

Na Diocese 5.º Bispo empossado  
Faz de seus filhos sacerdotes muito amados  
Padre Hosana a mensagem não entendeu  
Esqueceu de todo o amor que Deus lhe deu.

A dois de julho, no ano de 57  
Por toda grande região era manchete  
Dom Expedito entrega a alma ao Senhor  
E de tristeza todo o povo se enlutou.

Com grande amor que lhe tinha a Mãe Querida  
Confia a Deus o pobre padre a sua vida  
‘Combati o bom combate’ – assim falou  
‘Ofereço tudo isso com amor’.

**Refrão: Expedito, Expedito**  
**És no Céu, novo servo escolhido**  
**Roga a Deus por seus filhos sofridos**  
**E nos dá nova força e luz**  
**Nos levando a Cristo Jesus (bis).**

Dos frutos seus em nosso meio hoje ficou  
As Irmãs da ‘Mãe Querida’ que formou  
Pensando já no instituto que faria  
As missionárias do Rosário de Maria.

E nos jardins do belo Céu agora vai  
Entre flores e roseiras resta paz  
Não há mais dor, tristeza e aflição  
Recebe o prêmio por na Terra dá perdão.

Está na glória entre os eleitos a cantar  
Perto de Deus e suas bênçãos a ganhar



Roga a Deus, ó Servo Mártir, por nós todos

A Diocese, as Missionárias, o teu povo. [\[113\]](#)

Depois de cessado o canto enaltecendo ao bispo, desqualificando o padre, o recinto foi tomado por palavras de padre Marcelo Protázio Alves, atual Pároco da Catedral e Chanceler da Cúria Diocesana:

Ele [dom Expedito] marcou nossas vidas com o exemplo de perdão, de serviço, de doação, vida de oração e de disponibilidade. Deu testemunho de fé para se tornar o máximo intercessor nosso e porque não dizer ser verdadeiramente o primeiro santo nascido no Brasil. Nestes anos foram-se multiplicando as canonizações e beatificações. Elas manifestam a vivacidade das igrejas locais, muito mais numerosas hoje do que nos primeiros séculos e nos primeiros milênios. A maior homenagem que todas as igrejas prestarão a Cristo no limiar do terceiro milênio será a demonstração da presença onipotente do Redentor, mediante os frutos de fé, esperança e caridade em homens e mulheres de tantas línguas e raças que seguiram Cristo nas várias formas de vocação cristã. [\[114\]](#)

No momento da homilia, reservada especificamente ao bispo e/ou ao sacerdote para reflexão das leituras e do evangelho do dia, houve a exibição de um vídeo com a biografia de dom Expedito: sua infância em família, no Seminário São José (em Sobral-CE), no Seminário da Prainha (em Fortaleza-CE), seu pastoreio como bispo de Oeiras-PI e em Garanhuns-PE, até o desfecho, em 02 de julho de 1957. Foi um vídeo que enaltecia exaustivamente a personalidade do prelado, mostrando-o já “santo” quando ainda menino, no relacionamento “afável e calmo”, bem como no comportamento “exemplar” nos estudos. Há, também, trechos das últimas palavras de dom Expedito. Há, ainda, trechos de depoimentos de familiares de dom Expedito e as obras por ele realizadas durante sua pastoral à frente da Diocese de Garanhuns.

Os variados discursos sobre o Pontífice são descrições sem tensões. Somente harmonia, não havendo disputa nem conflito. Exemplificando, observam-se trechos do que se passou no vídeo sobre o prelado.

[Dom Expedito] estudou no Grupo Professor Arruda, em Sobral-CE. Era muito

calmo, dedicado e desde cedo demonstrou interesse pelos estudos e pelas atividades da Igreja. Aos sete anos era coroinha. Em família, demonstrava sempre obediência, preocupação com a vivência dos preceitos religiosos com as irmãs e aconselhava os irmãos mais novos a não maltratarem os pássaros e animais, pois eram criaturas de Deus. Nas necessidades familiares, lembrava sempre a fé e a confiança em Deus (...). Dom Expedito, como pastor, foi zeloso, culto, organizado, acolhedor e simples. Homem de oração. Dedicava profunda devoção à Virgem Maria. Homem que a todos edificava por sua doação. De atitudes firmes e gestos decididos, procurou enfrentar os desafios que encontrou em sua diocese em vista do cumprimento de sua missão de 'restaurar tudo em Cristo'. [\[115\]](#)

O vídeo apresenta ainda fragmentos de falas de pessoas, em sua maioria sacerdotes e bispos, próximas a dom Expedito, que conviveram com ele. Divulgar esses depoimentos no telão, depois de contada a biografia, reforça ainda mais a institucionalização do ato, portanto, a institucionalização e oficialização de uma memória. A biografia de dom Expedito é uma metodologia constante nos discursos oficiais da Diocese.

As considerações finais da celebração foram as palavras de Irmã Cândida de Araújo Corrêa, co-fundadora, juntamente com Irmã Mirtes de Araújo Corrêa, do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, em Garanhuns. Irmã Cândida presenciou os últimos momentos de vida de dom Expedito no Hospital Dom Moura, É vice-postuladora do Tribunal Diocesano. Seu depoimento também foi registrado para compor a biografia.

Tomando a palavra na celebração, discursou:

(...) sabemos que ele contempla a face do pai. Sua morte tão bonita, seus gestos de perdão foram conseqüências de sua vida, toda entregue ao Senhor e à causa do meio. Dom Expedito foi um Bispo missionário, ia às casas dos pobres e aos vários bairros desta cidade. Louvemos a Deus por este testemunho de fé. O temos [a dom Expedito] como um referencial de santidade. [\[116\]](#)

Em seguida, veio a bênção final dada pelo atual bispo diocesano, dom Irineu

Roque Scherer, encerrando a celebração.

Para Giovanni Levi [\[117\]](#), a biografia, quando entendida e praticada de forma linear, harmoniosa, desprovida de tensões e conflitos, é um instrumento para provar hipóteses bem como leis e regras gerais. Ela é chamada e praticada como verdade, para provar a boa índole do indivíduo. É fruto de grupos específicos, com fins determinados, que dispõem de fragmentos textuais e falados sobre o biografado arrumados, ordenados e direcionados a sua elevação e destaque; tornando-o exemplar e protegido de máculas. Nesse caso, a biografia e, portanto, o indivíduo está acima dos conflitos e contradições do cotidiano. O texto corre em direção a sua promoção e elevação pessoal. Apresentando personagens célebres, a biografia tem caráter pedagógico; revelando as virtudes públicas não somente do biografado, mas também do grupo que o criou.

Por outro lado, o autor faz provocações sobre essa forma de narrar a vida no papel. Problematisa-a. Aponta caminhos outros para o entendimento e prática da biografia dentro das ciências humanas. Para ele, a biografia abarca ambigüidades e/ou contradições. Não se pode escrever toda uma vida no papel. A biografia é passível de novas interpretações, incessantemente, oriundas das mais diversas direções. Não há uma biografia linear. Há fragmentos da vida do biografado selecionado e dispostos para fins específicos. Nessa dinâmica, mostram-se coisas sobre ele e escondem-se outras. Não há, portanto, interpretações unívocas sobre o biografado. Ela não está isenta de contradições. Passa, incessantemente, por transformações.

Atesta Giovanni Levi:

(...) evitemos abordar a realidade histórica a partir de um esquema unívoco de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis.

[\[118\]](#)

Como fruto de uma seleção, a biografia de dom Expedito é composta pelo o dito e o não-dito, o autorizado e o não-autorizado, com intenções específicas e claras: dar um santo aos demais diocesanos. Uma vontade e/ou um capricho singular do grupo que é estendido aos demais de forma imperativa. Dar a eles a “verdade”: que o Brasil tem um santo, ainda não reconhecido oficialmente pelo Vaticano. É uma biografia apresentada na

compreensão de que toda sua vida foi exemplar. É linear e desprovida de provocações e conflitos.

Tanto no ato de captar e recolher fragmentos da vida e morte de dom Expedito quanto no texto biográfico produzido com suporte nesses fragmentos não é citado ou referenciado, em nenhum momento, o livro de Taíza Brito, isto é, a versão de padre Hosana sobre o bispo e acerca do crime. Tampouco são mencionados ou referenciados os depoimentos daqueles ou daquelas que conheciam padre Hosana e travavam um bom relacionamento com ele e que poderiam depor para a biografia e/ou para o processo diocesano. Fazer isso seria desarrumar e desordenar um discurso que pretende legitimar um santo. A Diocese de Garanhuns e o Instituto fecham, então, qualquer possibilidade, mesmo que remota, de se questionar sua ação. Quando os membros do Tribunal Diocesano itineravam pelas cidades pernambucanas e em outros estados, estavam atrás das vozes que poderiam evidenciar o bispo e denegrir o padre. Em Quipapá-PE, por exemplo, foi tomado o depoimento da senhora Maria de Lourdes, justamente parte de uma das famílias acusadas por padre Hosana de levar e trazer as conversas aos ouvidos do bispo.

## Capítulo 03

### Um Padre Assassino?

#### 3.1 – A guerra dos livros

O assassinato de dom Expedito Lopes gestou livros específicos – escritos e publicados em tempos diferentes – trazendo reflexões peculiares e cada um deles tomando posicionamentos nítidos; e escritas em defesa do bispo e do padre, produzindo discursos em disputa pela fixação de uma memória, desenhando um quadro onde ocorre verdadeira guerra de livros.

Os dois primeiros datam, respectivamente, de 1958 e 1959. Ambos são do mesmo autor: frei Romeu Peréa. O Carmelita era capelão da Casa de Detenção, no Recife, onde padre Hosana ficou preso. Estava presente também durante a leitura da Excomunhão do sacerdote, ocorrida em sua cela em 16 de setembro de 1957. Suas obras primam por uma reflexão teológica sobre a morte do bispo. Seu foco é a forma de morrer de dom Expedito. São duas obras permeadas de eufemismos e metáforas – associações explícitas entre o calvário de Cristo e o “calvário” de dom Expedito. Uma escrita defensora da Igreja e do bispo.

No livro *Dom Expedito: Bispo e Mártir. Considerações em torno de um cadáver glorioso* [119], os três primeiros capítulos traçam, rapidamente, passagens da gestão do bispo na diocese. Isto é, a possível atitude de paciência, humildade, prudência, pobreza, diálogo, oração, fidelidade ao cumprimento das leis da Igreja, o martírio e o perdão que teriam sido exalados do bispo no seu perecimento.

Para o frade carmelita, a morte de dom Expedito:

(...) foi a manifestação da sua vida íntima, pois uma morte daquelas não se improvisa, antes, se prepara, lentamente, pela união permanente com Deus e pela prática cristã das virtudes, da caridade e humildade, sobretudo, de envolta com a fé e a esperança. Um homem que, ferido de morte, covarde e traiçoeiramente, não só aceita essa morte, mas corre presuroso, esquecido de si e lembrando-se unicamente da mão que contra ele se levantara, à capela, para oferecer a sua vida pelo assassino, indica uma caridade heróica.

(...) Vida começada no lar, com a pobreza cristãmente suportada, continuada no seminário, com o estudo e a oração, em que se revelou sempre um dos primeiros, prolongada no ministério através do seu sacerdócio para, terminar, enfim, glorificada, no episcopado, com o martírio que é a maior coroa que se pode colocar sobre a cabeça humana. [\[120\]](#)

Para esse autor, a glória do Antístite está na morte e como ela tocou o povo.

A glorificação do bispo mártir não se fez esperar aqui na terra. O povo foi o primeiro a sentir o que perdia e a lamentar, de público, a perda de que fora vítima: de um pai que amava esse povo sem demagogia e sem outro interesse que não fosse o seu bem estar social e espiritual. Era de ver a tristeza que se apoderou daqueles homens simples que acorreram ao palácio logo que souberam que o bispo fora ferido para, com a maior simplicidade e naquele seu jeito de, aparentemente não fazer nada, mas, na realidade, carregando com a maior parcela de sacrifício, levá-lo ao hospital, acompanhá-lo até os seus derradeiros momentos, derramando, mais tarde, lágrimas sinceras sobre o seu cadáver. O povo não abandonou o seu grande pastor para quem dera a vida por uma de suas ovelhas.

(...) Foi completa a glorificação deste prelado, digno de sentar-se (...) em torno da mesa onde tomaram seu lugar os mártires de Cristo que entregaram a sua vida em defesa das leis da sua Igreja Santa. [\[121\]](#)

Em 1959, publicou a segunda obra: *A Morte de Dom Expedito*.[\[122\]](#) Nela,

novamente, reflexões teológicas sobre o bispo e seu perecimento. Seis capítulos compõem o livro: A Doutrina da Igreja, a Igreja e a Liberdade, a Igreja e o Direito, a Igreja e o Poder, a Igreja e o Crime e a Igreja e o Assassino. Em todos, teias narrativas a enaltecer o bispo. Ambas as obras do Carmelita objetivam, como ele mesmo ressalta, um exame de consciência nas condutas dos fiéis e um volver-se para as doutrinas da Igreja. Os títulos, embora trazendo a palavra Igreja, ao lê-los, entende-se que é dom Expedito: sua gestão diocesana e, sobretudo, sua morte, enfim, a “Igreja” de quem nos fala o frade. Dom Expedito é apresentado nessas linhas como a Igreja, portadora da verdade divina dada aos homens e mulheres.

Na página 141, o Carmelita conta:

A vítima, no nosso caso, foi um prelado que caiu não como um soberano desrespeitado, mas como um soldado que resiste no lugar que lhe confiaram. O assassino foi um sacerdote que, num momento infeliz, ergueu violentamente seu braço contra aquele a quem devia obediência. Curvemo-nos com emoção ante a vítima, mas não atiremos pedras sobre o assassino. [\[123\]](#)

Encerra, então, essa obra, assinalando que somente as doutrinas da Igreja podem orientar a nossa vida pública e privada, particular ou coletiva. Por isso, para o autor, é necessário se inspirar na Igreja, no caso, nos gestos e palavras de dom Expedito para a remissão dos pecados – do assassino e dos fiéis.

As considerações de Michel de Certeau [\[124\]](#) lançam luz para o entendimento da criação de uma narrativa *sobre* o santo. O autor nos leva a compreender que o texto sobre ele fixa uma etapa dentro da dinâmica da sua proliferação e disseminação social. A vida do santo, no texto, articula um duplo movimento: o de distanciamento e, concomitantemente, do retorno às suas origens. Esse duplo movimento da vida do santo no texto objetiva a unidade, porquanto o grupo que o elege corre riscos de dispersar-se. Na vida do santo, contada no texto e em dias festivos, articulam-se o extraordinário e o possível para compor uma narrativa embasada na promoção do *exemplo*. [\[125\]](#)

Os livros publicados favorecendo o bispo também apresentam essa dinâmica: partem de sua infância, adolescência e fase adulta permeada por elementos que já o identificam como santo. Ele já estava predestinado aos altares. Sua biografia escrita e contada de forma linear busca essa harmonia para promovê-lo como um exemplo a ser

cultuado e praticado. Os textos sobre dom Expedito objetivam a unidade de posicionamentos e atitudes para com sua morte e seu perdão, objetivando ainda, a ligação de outros corpos (dos fiéis) ao seu corpo, formando a unidade *da e na Igreja, da e na* Diocese de Garanhuns. O dia em que é celebrado o aniversário de sua morte (02 de julho) e o dia da abertura e encerramento de seu processo de canonização consideram-se seus dias festivos. Neles, percebem-se narrativas que abarcam a junção do possível e do extraordinário em sua vida, como a efetivação de milagres por intermédio de sua intromissão, por exemplo.[\[126\]](#)

A próxima obra a ser lançada sobre o crime contra dom Expedito ocorreu 35 anos depois, em 1994. Ana Maria Ventura de Lira e César é a autora do livro. Seu pai, o Juiz Amaro de Lira e César, foi quem coordenou a Comissão de Inquérito na época do crime. Ele percorreu as cidades de Garanhuns, Quipapá e Correntes, tomando depoimentos para que compusessem, junto com outros documentos, o processo crime do padre Hosana. O livro chama-se *A Bala e a Mitra*. A bala significa, consoante ela, o “poder da força” e a Mitra, a “força do poder”.[\[127\]](#)

Conta a autora que, inicialmente, sua pretensão era escrever a biografia de seu pai, um retirante da seca de 1915, que se tornou presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Durante a labuta da biografia do pai, entretanto, deparou-se com documentos guardados por ele referentes ao crime – entre outros, um relatório da Comissão de Inquérito. Lendo, relendo e se deliciando com aquelas informações, resolveu escrever acerca do assunto. De posse dessa documentação, conta, ainda, que teve acesso a todo o processo do crime do padre Hosana – na época da pesquisa estava ainda no Cartório de Execuções Criminais. Ela, por ser filha de juiz, gozou do privilégio de levar o Processo Crime para casa e ficar com ele durante seis meses, consultando-o para a feitura do livro. Em paralelo, realizou algumas entrevistas com moradores de Quipapá, Correntes e Garanhuns - a autora mora no Recife – e também, junto com uma estudante de História, passou dias no Arquivo Público do Estado de Pernambuco e na Fundação Joaquim Nabuco, consultando jornais da época.

Tentou muitas vezes, através de cartas, comunicar-se com padre Hosana, para falar sobre o crime e dizer-lhe que estava escrevendo um livro. A resposta obtida foi que ele (padre Hosana) também estava a escrever um livro que traria a sua versão sobre o crime e que necessitava de uma editora para publicá-lo. Desde então, segundo Ana Maria César, o sacerdote não mais respondia às suas cartas. Silenciou. Ela não insistiu mais.

Fez visitas às três cidades do interior de Pernambuco, citadas há pouco. Em



Quipapá, Ana Maria teve acesso a uma caixa com cartas do próprio punho de padre Hosana, cartas de Maria José endereçadas ao sacerdote, cartas abertas aos paroquianos e vários outros documentos. A guardiã desse material era justamente dona Maria de Lourdes de Oliveira, uma das acusadas por padre Hosana de levar e trazer mexericos aos ouvidos do bispo. Ela guardava esse material há anos. Após o crime, dona Maria de Lourdes os encontrou no quintal da casa do sacerdote e recolheu para si. Segundo Ana Maria César, dona Maria de Lourdes doou o material para ela.

Cética quanto às entrevistas e muito fascinada diante dos documentos escritos – especialmente os ditos “oficiais”, como processo-crime e jornais, por exemplo – a autora refere-se às várias versões que encontrou no caminho para escrever seu livro.

(...) Chegaram a dizer. Várias pessoas diziam assim: ‘Ah, eu sei o crime! O Bispo tava namorando com a amante do Padre!’ Isso várias pessoas me disseram. Isso foi, possivelmente, uma versão que partiu do próprio povo, do imaginário mesmo popular e cresceu, tomou rumo e tomou todo o espaço da outra versão, que é a verdadeira, que saiu nos jornais da época, mas que as pessoas preferem, talvez é, se ligar às fontes populares do que mesmo às fontes oficiais. Isso eu ouvi demais das pessoas, inclusive de pessoas de nível. Porque, quanto eu dizia que ia falar sobre o assunto, eles diziam: ‘Ah, eu sei!’. Então, falavam isso. O interessante é que, durante o trabalho da pesquisa, eu não encontrei, nem mesmo nos três julgamentos, alguma coisa com relação a isso. Foi uma inverdade absoluta! Eu não sei como surgiu! Eu diria que foi o próprio inconsciente popular que criou e ela teve mais força que a própria versão oficial. [\[128\]](#)

Noutro momento da entrevista, a autora diz:

(...) Em Quipapá me contaram que quando ela [Maria José] voltou do Congresso Eucarístico Internacional [ocorrido em 1956, no Rio de Janeiro, então capital federal] ela estava passando mal, já era muito doente. A Maria de Lourdes mesmo ajudava muito, dava remédios a ela. Então, ela vomitava, ela estava muito fraca, quando ela voltou do Congresso Eucarístico. Inclusive, as pessoas também falavam isso. (...) Ela desapareceu. Então, eu não sabia se [o filho] tinha sido dele [Padre Hosana] ou não. Então, por isso, em momento algum eu afirmei ou neguei [no livro]. Eu apenas narrei os fatos.

(...) Havia momentos em que eu me perguntava: 'Dom Expedito não teria sido rígido demais?' Porque aquilo era uma fofoca da cidade. Poderia ser um boato da cidade (...). Então, eu me perguntava: 'Será que Dom Expedito não estava dando ouvidos demais às fofocas?'. As pessoas começaram a falar novamente até o ponto em que as estorinhas pegaram o trem e foram para o Palácio Episcopal. Tudo que saía de Quipapá chegava aos ouvidos do bispo. [\[129\]](#)

Em 1994, as Edições Bagaço, com sede no Recife – PE, lançou o livro *A Bala e a Mitra*, de Ana Maria César. Um ano antes, a Academia Pernambucana de Letras havia premiado a autora pelo ensaio do livro, que se chamava, inicialmente, *O Crime que abalou o Mundo*.

Composto de trinta capítulos, o livro, todo ele, é uma escrita em favor do bispo, muito embora tenha pretensão à imparcialidade. Antes de chegar na narrativa sobre o crime, a autora fala um pouco das primeiras paróquias do sacerdote e dos dias em que antecederam o crime.

Nas páginas 59 e 60, dando continuidade à narração do cotidiano da capela de Nossa Senhora da Conceição, em Quipapá, cujo vigário era padre Hosana, a autora (des) qualifica-o dessa forma:

(...) Às sete horas a igreja estava cheia. Filhas de Maria, fita azul e branca ao peito, ocupavam os primeiros bancos. No coro, separavam-se as partituras. Os minutos se arrastavam. Acostumados aos atrasos do vigário, permaneciam em orações. Viravam o rosto a qualquer ruído mais acentuado, cumprimentavam-se com acenos de cabeça e sorrisos. Às sete e meia já se mostrava sinais de inquietação. Cochichos a meia voz percorriam as naves e em crescente disputavam espaço com o choro de crianças. Murmurava-se à boca pequena casos acontecidos na paróquia. Ausências repetidas do vigário em viagens à sua fazenda. Moribundos sem extrema-unção. Crianças sem catecismo. Os ofícios da igreja celebrados em descontínuo, sem o necessário desvelo. E um certo procedimento a suscitar maledicência [sua relação amorosa com Maria José]. Aturdidos, os paroquianos comentavam. Andava armado, o Padre Hosana (...). O púlpito, ele [padre Hosana] utilizava para atacar desafetos, narrar casos pessoais de perseguição.

Algumas pessoas começaram a se retirar. Mulheres dobravam o véu. Desciam a rua comentando ainda os desmandos do vigário. Em frente à casa paroquial,

cumprimentavam Maria José, prima de Padre Hosana, e seguiam adiante (...). Repararam que desde que regressara do Congresso Eucarístico Internacional, no Rio de Janeiro, a que assistira em companhia do primo, parecia mais pálida. E tão pálida já era. [\[130\]](#)

Oposta à criação de uma narrativa que atribui certas qualidades ao padre, está a imagem ordenada e linear do bispo: sua preocupação em resolver os problemas da Diocese, em especial os casos amorosos de padre Hosana, o apego à oração para enfrentar tais problemas, o medo e a paciência do bispo diante deles. Tudo, no texto de Ana Maria César, leva o leitor para o lado do bispo. Nas páginas 69 e 70, a autora expõe sobre a carta do bispo ao padre, como se ela tivesse a capacidade de recompor detalhes, como se fosse possível voltar no tempo e observar os fatos e os motivos mais íntimos das pessoas, como se fosse possível revelar o que realmente aconteceu:

(...) Dom Expedito abriu as janelas em bandas. Fisionomia tensa assomou no quadrilátero. A tez morena se desfazendo em palidez. Toda a noite, um pesadelo; entrecortado de orações. Olhou o céu, em nada se parecia ao de sua infância (...). Voltou à escrivaninha. Releu a carta que acabara de escrever e a colocou em envelope endereçado ao pároco de Quipapá. [\[131\]](#)

É uma escrita que situa o bispo dentro de um tempo linear e sagrado: a vida do bispo era uma vida de santo. Trata-se de uma narrativa com características do relato hagiográfico.

Nas páginas seguintes, especificamente na 76, retoma a descrição do cuidado e medo do bispo ante a tentativa de resolução para com o caso de Padre Hosana.

(...) Cobriam toda a largura do quarto os passos do pastor. Entre a cama e a escrivaninha, corredor percorrido em orações nos momentos de inquietude (...). Rezou

as preces e intercessões próprias do dia; o Pai-Nosso, a oração conclusiva. Fechou o breviário. Caminhou até a janela (...). Mas, em verdade, o prelado se debatia em indagações mais complexas. Havia uma ovelha desgarrada e um rebanho. Fazia-se preciso cuidar de ambos. Trazer a ovelha ao seu verdadeiro pasto. Apascentar o rebanho que lhe fora confiado. Episcopos, do original grego, que significa guardião. Guardião da fé e dos bons costumes. [\[132\]](#)

Na página 94, encontra-se o que considero o ápice da defesa que faz Ana Maria César de dom Expedito. Desde essa página, ela conta o crime – no seu calor da hora. No seu texto (e na sua fala, quando com ela travei entrevista para esta pesquisa), há exaltação do bispo, embora ela negue.

Depois que dom Expedito foi alvejado com os três tiros, ele foi para a capelinha que tinha no interior do seu palácio, rezou e esperou ajuda; ferido, caído ao chão. Observemos como Ana Maria César descreve a agonia do Antístite.

[Após os disparos] O palácio episcopal mergulhou em silêncio. Dom Expedito retrocedeu nos próprios passos, dirigiu-se à capela junto à porta da entrada. Vergou os joelhos frente ao altar, olhos no Cristo vivo, pão consubstanciado no sacrário (...). Genuflexo, o príncipe da Igreja rezava. As mãos postas em oração se contorciam, no esforço em superar a matéria – visão aterradora do aniquilamento físico. Nenhum sentimento de ódio deveria arranhar-lhe a alma; nenhuma ligação terrena turvar-lhe a espiritualidade. Não se poderia afastar do preceito máximo do amor e perdão. Pediu aceitação plena dos desígnios do céu. Pediu pela sua ovelha desgarrada, pela sua diocese. Para si, apenas o martírio, larga porta da casa do Senhor. Faltavam-lhe as forças. Ao pé do altar, em toda a largura do estrado, deitou-se, cabeça virada para o Evangelho. [\[133\]](#)

Em julho de 2007, portanto, treze anos depois, Ana Maria César lança a segunda edição do seu livro dentro das comemorações dos 50 anos de morte de dom Expedito. Foi celebrada, dia 02 de julho de 2007, uma missa na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns-PE, para homenagear o aniversário de morte daquele bispo. O slogan posto

em cartazes, “santinhos” e livros de cânticos era “Dom Expedito Lopes: 50 anos no céu”. Na oportunidade e, dentro da programação, estava o relançamento do livro de Ana Maria César.

Na segunda edição há um diferencial: a autora acrescenta dois capítulos – um narrando sobre o assassinato de padre Hosana e outro exclusivamente fazendo comentários sobre uma carta escrita em 1956 por Maria José Martins, endereçada a dom Expedito, contando sobre seu caso amoroso com o padre Hosana. Para Ana Maria César, a carta veio confirmar sua convicção de que dom Expedito estava correto, há 50 anos.

[\[134\]](#)

Na carta que Maria José endereçou ao padre Rodolfo Lamprecht, consta que foi escrita em Quipapá-PE, em 03 de novembro de 1955. A missiva foi repassada a dom Expedito pelo sacerdote em 11 de novembro de 1955. Padre Rodolfo Lamprecht se dirige, desta forma, a dom Expedito:

Exm.º Sr. Dom Francisco:

Sinto-me obrigado na consciência e na caridade de comunicar a V.Exm.<sup>a</sup> estes fatos para que o Exm.º Sr possa tomar providências e evitar conseqüências mais nefastas.

Durante o Congresso Eucarístico Internacional, no Rio, ouvi confissões. Chegou também uma moça, que necessitadamente contou a vida dela. Fiquei em correspondência com ela e ontem recebi a carta com os dados necessários e a licença de falar.

Trata-se do Rvm.º Sr. Vigário de Quipapá Padre Hosana de Siqueira e Silva. A moça era empregada dele, parente do 3.º ou 4.º grau. Desde cinco ou sete anos ele abusava dela semanalmente. Ela ficou grávida e ele mandou extrair a criança. Ela fez isto. Agora ela está grávida de novo e ele mandou mais uma vez abortar, o que ela não fez por causa da minha intervenção. Ela fugiu e cuidei desta pobre moça. Pago a viagem para ela e arranjo lugar numa boa família para a mãe e a criança. O que eu acho mais grave neste caso é que o Padre Hosana, por muitas vezes absolvía a moça ou a mandou confessar com um padre ‘amigo’ dele, e que ele sempre dizia para ela que isso não é pecado, mas natural, e que todos fazem isso. Na carta dela, de 03 de Novembro deste ano, ela escreve assim: (...). [\[135\]](#)

E padre Rodolfo Lamprecht abre aspas em seu texto e expressa, o que se espera ser na íntegra, a carta de Maria José.

Trechos da carta de Maria José Martins:

(...) Meu relacionamento com Padre Hosana começou em 1948 quando ele, por ser meu parente, resolveu me trazer para passar um tempo com ele ajudando na casa paroquial de Quipapá e mandou para eu estudar no Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Palmares. Mas, quando fui já tinha sido enganada e deflorada por ele.

(...) Em 1952 voltei para Quipapá e Hosana continuou a manter relações sexuais comigo semanalmente. Ele me convenceu uma vez a interromper a gravidez, e agora quis obrigar-me a abortar de novo e eu não concordei; e obrigava também a não contar para o confessor que estava tendo relações com ele. Ele me convencia também que aquilo não era pecado grave. Ele próprio me absolvía dos meus pecados e só permitia que eu me confessasse com ele e com um outro padre amigo dele com quem havia combinado e ele [o outro padre] sabia de tudo por ter uma vida errada como a dele (...).

(...) No início de 1955 chegou a nova empregada chamada Quitéria. Ele começou a fazer as mesmas coisas com ela. Começaram os desentendimentos entre mim e Quitéria ela espalhou na cidade a notícia de que eu estou grávida para limpar o nome dela. (...) Ele me batia muitas vezes e me trancava num quarto fechado. Eu estava terrivelmente desesperada e deprimida. Eu mesma pensei muitas vezes em me suicidar e até dizia isso como chantagem contra a presença da minha rival.

Eu queria ir para o Congresso Eucarístico no Rio de Janeiro como forma de me confessar com outro padre e até de fugir daquela ocasião. Ele só permitiu que eu viajasse com ele se eu assinasse um documento jurando que no meu retorno eu aceitava a presença de Quitéria na Casa Paroquial (...). [\[136\]](#)

Mesmo dizendo sofrer de maus-tratos e chantagens, e de já ter pensado em querer a morte, Maria José não deseja vingança para padre Hosana. Ao contrário, quer que não lhe aconteça nada de mal, e sim que o bispo afaste Quitéria da casa, para ela, pivô das fraquezas do padre.

(...) Eu queria pedir que o bispo compreendesse as suas fraquezas, não lhe tirasse a paróquia que é a coisa que ele mais ama. Ele cumpre todos os seus deveres e suas obrigações de vigário. Vossa Excelência verá que ele tem um bom coração e cheio de piedade. O essencial e mais importante é afastar Quitéria da casa dele porque ela é para ele uma tentação. Se eu estivesse mais perto, eu a iria procurar, e mesmo à força, eu a levaria para um asilo do Bom Pastor, recomendando às religiosas que não a deixem mais sair, e assim tudo estaria resolvido.

Estou lhe enviando esta carta e esperando um momento oportuno para viajar para Belo Horizonte onde com sua [do padre Rodolfo Lamprecht] ajuda e das Irmãs pretendo ter meu filho longe dos boatos e das perseguições que agora sofro.

Com o coração agradecido, peço-vos a vossa bênção.

Maria José Martins [137]

Se a carta é mesmo de autoria de Maria José ou se foi escrita pelo próprio padre Lamprecht com base na narrativa daquela mulher no confessional não se sabe ao certo. Provar sua veracidade não é o meu objetivo aqui. O que importa, nesse sentido, é o valor máximo que Ana Maria César dá a essa carta. A confissão de Maria José reforça, para Ana Maria César, a imaculada imagem do bispo, pois ele agiu corretamente, baseado não em fofocas, mas na verdade.

Os dois capítulos acrescentados em seu livro chamam-se, respectivamente, “Novos Tempos” e “Verdades Antigas”. “*Novos tempos*” abarca a narrativa do assassinato do padre e sobre a formação do Tribunal para a Causa da Beatificação e Canonização de dom Expedito. Já nas “verdades antigas”, há a defesa do bispo com suporte na carta de Maria José.

Nas páginas 346 e 347 da segunda edição de seu livro *A Bala e a Mitra*, a autora aumenta sua defesa diante do bispo:

Quando Dom Expedito, em fins de Novembro de 1955, escreveu a Hosana propondo seu afastamento da paróquia, falava apenas em denúncia chegada ao seu conhecimento. Não apresentava nenhum fato concreto. Nenhum documento. Mas, já se encontrava de posse da verdade [a carta de Maria José] (...). Percebe-se também que o prelado debate-se todo o tempo entre a necessidade de agir apoiado na certeza dos fatos que eram do seu conhecimento ou manter a postura de sabedor apenas dos

rumores, comentários, firmando sua decisão de afastar o Pároco de Quipapá na inobservância dos preceitos canônicos. Hoje, conhecendo-se a verdade que Dom Expedito já possuía aquela época – nos perguntamos quão grande deve ter sido a angústia do prelado em agir com rigor sem apresentar novas provas, em guardar para si tão cruel segredo sem dividi-lo com seus sacerdotes. [\[138\]](#)

Longe está a minha preocupação de saber a veracidade desta carta, repito. Em uma perspectiva da História Social da Memória, meu interesse é refletir sobre o uso que a escritora promove para inserir esse documento na defesa do bispo. Na entrevista que tivemos, em agosto de 2006, em sua residência, ela já se referia a esta carta com muita sede de tê-la em mãos, para incorporá-la à feitura da segunda versão de seu livro:

(...) [O [Professor] Richard me contou que era essa carta, a cópia dessa carta que ele possuía para o livro que ele está escrevendo sobre dom Expedito. Eu estou em busca desse documento, que é de uma importância tremenda, porque no livro todo em momento algum eu passei a certeza, afirmativa ou negativa. Então, eu não sabia se tinha sido dele [padre Hosana] o filho ou não. Então, por isso, em momento algum eu afirmei ou neguei. Eu apenas narrei os fatos. E agora isso me chega e é muito importante (...). Então, se eu tivesse essa informação [a carta de Maria José ao padre no Rio de Janeiro], eu teria podido defender dom Expedito. Ficou assim como um bispo um pouco rígido por ter tomado as atitudes que tomou afastando o padre apenas por boatos. Hoje, eu sabendo que ele tinha em mãos uma carta de Maria José ao padre no Rio de Janeiro, confessando exatamente que estava grávida do Hosana e que já tinha feito um aborto, isto daria a dom Expedito o direito de tomar, inclusive, atitudes bem mais drásticas. [\[139\]](#)

O fato é que o lançamento do livro trouxe de volta à superfície o crime: suas lembranças e esquecimentos. O lançamento foi acompanhado pelos jornais pernambucanos. Foram feitas entrevistas com a autora. Inclusive, ela esteve no Programa Sem Censura, da Jornalista Leda Nagle, da TVE do Rio de Janeiro, para falar sobre o assunto.

Rebatendo a escrita de Ana Maria César, veio em 1998 o livro escrito pela jornalista Taíza Brito, do Jornal do Comércio. Na época do lançamento da primeira edição,



de *A Bala e a Mitra* (1994), Taíza Brito trabalhava na TV Asa Branca, afiliada da Rede Globo, com uma equipe sediada em Garanhuns. Foi escalada para visitar padre Hosana em seu sítio, distante 12 quilômetros do Município de Correntes, sua terra natal, para gravar uma entrevista com ele e saber sua opinião sobre o livro de Ana Maria César. Conforme Taiza Brito, inicialmente, ele estranhou, mas concedeu a entrevista.

(...) Daí, a gente começou a conversar informalmente com ele (...). Então, pela própria curiosidade de repórter, a gente perguntou se ele não tinha vontade de contar aquela história. Aí foi uma conversa longa (...). Ele disse que tinha escrito sobre a história e nunca ninguém publicou, que ele nunca tinha sido ouvido. Falou que Ana Maria César o procurou, tentou falar com ele, mas ele não quis. Porque, segundo ele, ela contava a história da forma que ele não concordava, por isso ele não deixou espaço, ele barrou o diálogo com ela. Naquele momento, eu perguntei se ele se interessava em contar aquela história, de dar entrevistas, que resultasse num livro. Então, voltei e fiz uma proposta: ouvi-lo, gravar e ler o que ele tinha escrito e reunir aquilo e procurar uma editora para oferecer a história, que eu faria esse intermédio, e que ele contasse a história e que a gente poderia estabelecer isso com documento; os termos da própria operação de fazer e transcrever as entrevistas e ele ler o que estava sendo escrito. Ele aceitou e a gente combinou. [\[140\]](#)

E ambos começaram a ter contatos para entrevistas. Ele repassava para ela os textos que tinha escrito durante o tempo em que estava preso. Ele denominava esses escritos de “Meu Diário Secreto”. Era seu troféu.

Taíza Brito também procurou o Arquivo Público do Estado, o arquivo particular de Juarez Vieira da Cunha, advogado do sacerdote nos dois primeiros julgamentos. Com o advogado, ela teve acesso a exemplares da Revista *O Cruzeiro*, que cobriu todo o crime e os julgamentos; como também às gravações, em fitas, dos julgamentos do padre e alguns recortes de jornais da época noticiando o crime e os julgamentos; também, o depoimento do próprio advogado.

De posse desse punhado de fontes, começou a escrita de seu livro e, vez por outra, mandava o que já havia escrito para o sacerdote revisar. Nesse percurso, conta Taiza Brito, foi transferida para trabalhar no Jornal do Comércio, no Recife (o que dificultou ainda mais seus encontros com o sacerdote e atrasou também sua escrita).

Nestas circunstâncias, o livro ficou pronto somente em 1998. O sacerdote foi assassinado em novembro de 1997. Portanto, não chegou a conhecer sua vida no papel.

(...) Foi quando ele faleceu. Inclusive, as matérias do falecimento dele – como o pessoal sabia que eu estava escrevendo – fui eu que escrevi. Fiz o histórico para o Jornal [do Comércio]. O Jornal fez uma cobertura grande e a partir daí, eu achei que teria que correr o tempo para lançá-lo. A memória dele merecia. Escrever um livro não era fácil. É lento. Daí, pedi férias para o Jornal e usei todo o tempo para complementar, escrever e concluir o livro. Já tinha conseguido a editora para o livro. Acabou assim, sendo o último capítulo o relato da morte dele (...). [\[141\]](#)

Indaguei-lhe sobre como o sacerdote se portava, ao lembrar o crime, no momento das entrevistas. Ela respondeu que ele se mostrava inquieto e indignado. Para ele, o bispo tinha provocado tudo aquilo, repetia que ele nunca tinha direito a defesa, que nunca foi ouvido, que não davam chance para ele se defender. Foi isso que o levou a atitudes extremas. Taiza Brito assinala que o sacerdote exibia por palavras e gestos um misto de amargura e inquietude. *“Ele queria que a história dele fosse ouvida e que, de alguma forma, as pessoas o entendessem. Apesar de ter sido um crime forte”*, conclui a jornalista.

O livro *A confissão do Padre Hosana* [\[142\]](#) foi lançado em 1998, pela mesma casa que editou o de Ana Maria César: Edições Bagaço. Nele há um posicionamento a favor do padre. Foi escrito com a colaboração dele. Está, portanto, do outro lado nesse *campo de guerra entre livros*. Tem uma linguagem mais direta e clara, porém, nos momentos de descrever as sensações do padre, Taiza Brito tenta captar sua subjetividade e pô-la no texto para sensibilizar o leitor. Tenta situar o leitor no lugar do sacerdote. Procura experimentar suas possíveis sensações e medos naquela agonia de tempos de outrora. É como se fosse possível trazer o passado para o presente.

Logo na *apresentação* do livro, a jornalista deixa clara sua intenção: dar voz ao padre e estender sua versão sobre o crime. Nesse sentido, o livro de Taíza é semelhante ao de Ana Maria. Pode-se considerar que seu “livro reportagem”, conforme ela mesma o chama, teve um alvo certo: rebater a escrita de Ana Maria César. Inquieta-se Taíza Brito:

(...) Era de se estranhar, como jornalista, que até então ninguém tivesse se interessado em relatar a história contada pelo padre, que havia matado seu superior hierárquico em Garanhuns no final da década de 50 – o terceiro caso desta natureza no mundo -, principalmente quando ele dizia que tinha muito a revelar.

Aceitei o desafio e combinamos que, dali em diante, iríamos colocar tudo que ele tinha a dizer no papel. Até o compromisso de que teria aquela história com exclusividade, o que foi feito posteriormente através de um contrato e uma procuração, registrados em cartório. Muito já havia sido escrito sobre o caso, que foi amplamente noticiado pela imprensa pernambucana, nacional e mundial, entre os anos de 1957 e 1968. Também foram lançados livros sobre o Padre Hosana, só que, em nenhum deles, ele, o acusado, foi ouvido. Em todas as versões da história o Padre Hosana figurava como vilão, sempre visto pelos ‘olhos cegos da Justiça’ ou pela ‘beatitude’ de alguns católicos (...). [\[143\]](#)

Começa, então, a escrita favorecendo o sacerdote. Uma literatura de ataque e defesa. Composto por onze capítulos, traz uma biografia de Hosana: sua infância na cidade de Correntes, seu comportamento e relacionamento com os pais e irmãos, seu comportamento da escola e no seminário; sempre considerando-o um rapaz de confiança, correto na realização de suas responsabilidades. Quando narra algum episódio em que o sacerdote se metia em alguma confusão, ele assume o papel de vítima *da* situação posta. Os capítulos também narram o crime e os três julgamentos. Nesse momento, a jornalista prima por uma narrativa em que põe em relevo o bom comportamento do padre durante a prisão, os julgamentos. E descreve o “apoio” que ele recebera – através de aplausos e assobios – da imensa platéia presente aos julgamentos. Para o padre e para a jornalista, sintoma de que o povo estava do lado da verdade.

Seguindo, mais ao final do livro, a jornalista prima por contar a liberdade condicional do padre; o “modo simples” como ele vivia em sua fazenda, na zona rural do Município de Correntes. Finda o livro lamentando o seu assassinato, em novembro de 1997, dizendo, inclusive, que o livro é uma forma de saudar sua memória.

No capítulo 01, “Cenas de uma tragédia”, Taíza Brito se dispõe a descrever o dia do crime: 1.º de julho de 1957. Tentando mostrar ao leitor as aflições do sacerdote naquele dia, a jornalista veste-o com palavras de lamentação.

Naquela segunda-feira chuvosa de 1.º de Julho de 1957 o Padre Hosana de Siqueira e Silva (...) acordara com o coração apertado. Quase não conseguiu dormir durante a noite. Não se conformava com os últimos acontecimentos, que ameaçavam manchar sua reputação sacerdotal e de homem cumpridor de seus deveres. Tudo por conta de boatos surgidos dentro de sua própria paróquia (...). Milhares de fiéis de toda a região e até em outros estados nordestinos iriam tomar conhecimento de sua situação, já que naquele horário, era grande a audiência da Rádio Difusora, que à época era o veículo de comunicação de maior penetração junto à população dos municípios agrestinos (...). Pediu a Deus que o iluminasse e que tudo terminasse bem. Já tinha feito tantas tentativas na intenção de dissuadir Dom Expedito a ouvi-lo e a verificar ele próprio todas as denúncias e boatos que surgiram. O que mais o perturbava é que pouco adiantaram os seus esforços. O bispo preferiu levar em consideração os comentários alheios (...). Um turbilhão de imagens se formava em sua mente. Era tanta ansiedade que nem prestou atenção à paisagem do caminho que fez de trem, entre Quipapá e Garanhuns (...). Como planejara, ainda pediu alguns irmãos do convento [Mosteiro de São Bento, em Garanhuns] que intercedesse a seu favor junto ao Bispo, mas foi dissuadido a esquecer aquela história (...). [\[144\]](#)

Seguindo o modelo narrativo que Ana Maria usou para defender o bispo, assassinado, Taíza tenta revelar os mais íntimos sentimentos do padre assassino. No mesmo capítulo, na página 20, Taíza narra o quadro emocional do padre: de homem passível ao descontrole, como qualquer outro, quando tem sua “honra ferida”, sua imagem maculada por boatos e rumores de alguns dissabores seus existentes em sua paróquia. Um quadro emocional fragilizado que levaria qualquer homem na sua situação a atitudes extremas:

(...) Tinha o coração acelerado e tentava arrumar os pensamentos. Bateu à porta do Palácio por três vezes seguidas. Suava muito. Já se passava das 18 horas e mais uma vez os anjinhos já tinham dito Amém na hora da Ave-Maria (...). Pensava como estaria se sentindo Dona Olindina, sua mãe, católica fervorosa, que tanto se orgulhava do filho padre. Também, em que situação deveria se encontrar o pai, Seu Modesto, homem de palavra, que muito se empenhou para vê-lo no caminho do sacerdócio. Sem falar nos irmãos e amigos que, àquela altura, estariam atônitos com a notícia [do possível concubinato]. Recordava o quanto se esforçou para se tornar sacerdote e todas as dificuldades que tinha enfrentado para alcançar seu objetivo. Gostava muito

do que fazia (...) Perguntava-se como podiam estar lhe tirando das mãos toda uma carreira, toda uma vida dedicada à salvação das almas. [145]

O recurso narrativo da jornalista recorreu à figura da mãe, do pai e dos irmãos – à família. Reportou-se à honra da carreira conseguida com sacrifício e à iminente destruição em poucos segundos. Recorreu à honra “ferida”, fios narrativos que tocam nas esferas mais sensíveis: família e honra.

Taíza Brito faz questão de contar que o sacerdote, preso, de odiado por muitos, começou a capturar para si admiração e curiosidade de muitos, inclusive, de “pessoas ilustres” – médicos, dentistas, engenheiros, entre outros - que iam visitá-lo na prisão para prestar-lhe solidariedade.

Nas páginas 82 e 83, Taíza conta um fato curioso: para padre Hosana, os principais responsáveis pelo leva-e-traz de fuxicos e boatos aos ouvidos do bispo eram da família Gonzaga – Luiz Gonzaga de Oliveira, ex-sacristão da Paróquia de Quipapá, e seus filhos Maria de Lourdes de Oliveira Pereira e Luiz Gonzaga da Rocha Oliveira, mais conhecido como Zito. O sacerdote acusa-os insistentemente de espalhar os boatos. Isso se deu porque padre Hosana, após assumir a paróquia, destituiu Luiz Gonzaga (o pai) das funções de sacristão e coroinha; porque já sabia da sua fama de fuxiqueiro. Isso teria sido o pivô da conflituosa relação que travavam. A jornalista assegura, em tom de lamentação, que “*nenhum dos três integrantes da família pode dar a sua versão dos fatos, dado que já faleceram.*” [146]

No entanto, dona Maria de Lourdes de Oliveira ainda está viva. Em 2005, um grupo de estudantes de Jornalismo da UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco) realizou, como trabalho de conclusão de curso, um documentário sobre o crime do Padre Hosana, chamado *Batinas Tintas de Sangue. O crime do Padre Hosana*. Nele, Dona Maria de Lourdes figura entre outros depoentes.

No documentário, dona Maria de Lourdes conta:

Ele [padre Hosana] quando chegou aqui, ele era diferente. Era uma pessoa extremamente nervosa e agressiva. E ele, quando chegou aqui, ele veio de Panelas [PE]. Agora, o tempo que ele passou ele era, assim, assim, num era uma pessoa tão mal. Celebrava a missa, tudo isso. Mas sempre com aquela maneira muito agressiva (...). O boato que surgiu é que ela [Maria José] estaria esperando um filho dele. No dia

primeiro de julho [de 1957] ele fez um sermão horroroso! Maltratando muito o bispo! Dizendo que não se submetia a autoridade do bispo. Que o bispo era um pobretão, tinha nascido num berço de mulambo e tinha estudado de esmola e que não iria se submeter a autoridade de uma pessoa dessa. Chegou a dizer assim: '*O sangue dá no meio da perna, mas não me submeto a autoridade desse que, há dois anos, vem desgovernando a diocese*'.[\[147\]](#)

O Tribunal Diocesano para a causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes, em sua peregrinação pelas cidades para obter depoimentos, também colheu o de dona Maria de Lourdes de Oliveira, moradora de Quipapá-PE.

No último capítulo, denominado *De volta pra casa*, Taíza Brito fala da liberdade condicional do padre, de como viveu seus últimos anos – de “forma simples” e “sempre bem quisto por todos” – e sobre seu assassinato. Reforça a idéia de que ele era bem educado e não guardava comportamentos de homem violento, descontrolado. Ele era indignado com o destino que tomou sua vida.

Na página 215, Taíza Brito abre mais um espaço para padre Hosana falar sua indignação:

(...) Nunca pude dizer uma só palavra em minha defesa, por isto tenho que publicar o meu livro para que o mundo saiba o que na verdade aconteceu. Não posso passar para a história como um vilão ou como um monstro. Se tenho defeitos, e os admito, é bem verdade que também tenho virtudes. Mesmo que estas sejam pequenas como uma gota d'água no oceano. O que eu passei foi um Calvário. Sou padre mas sou humano e como tal sou susceptível a cometer falhas quando pressionado (...). [\[148\]](#)

E por fim, no último parágrafo do livro, vem o desfecho de sua defesa ao padre:

(...) Demonstrou, contudo, dentro do seu mundo, ser útil à sociedade, cortês, não delinqüir jamais, fiel aos princípios religiosos (especialmente o celibato), humilde e trabalhador. Tudo isto, sem deixar de transparecer o seu caráter impetuoso e forte temperamento, a ponto de não se sentir constrangido diante de ninguém. Era um homem desassombrado. Mesmo sendo também vitimado por um crime brutal, como o que cometera, não despertou interesse algum na sociedade para que o fato fosse esclarecido ou os culpados punidos. Usaram-se de dois pesos e duas medidas no seu

caso, como costumava dizer. Tornou-se, assim, vítima do seu próprio destino. [\[149\]](#)

Atendendo ao meu pedido, durante os passos da presente pesquisa, a autora selecionou (a contragosto meu) um punhado de material que utilizou na feitura de seu livro e, dias depois, fui ao seu apartamento, no Recife, para buscá-lo e analisá-lo. Indaguei sobre as fitas – segundo ela, um total de quatorze fitas - que contêm as entrevistas com o sacerdote. Disse-me que iria providenciar. Meu tempo esgotou naquela cidade e ela não entrou mais em contato comigo para falarmos sobre as fitas. Tentei restabelecer contato. Não obtive retorno.

Compondo estas fontes, estava a obra *Padre Hosana: Sacerdote e Réu*,[\[150\]](#) não editada e datilografada, cuja autoria é de Lindolfo Pereira de Lisboa, datada de 1962. Taíza Brito diz que esse material chegou pelo correio à recepção do *Jornal do Comércio*, no Recife, onde trabalha. Não havia remetente. Ela não sabe quem deixou, quem enviou e quem foi Lindolfo Pereira de Lisboa. Acredita que, ao saberem que ela estava escrevendo um livro, defendendo o sacerdote, alguém com intenções semelhantes teria deixado o material para ela acrescentar ao livro, que ela não fez, pois o livro já tinha sido concluído e mandado para a editora.

No capítulo 01, Lindolfo Pereira de Lisboa começa a descrever como estava o Tribunal de Justiça de Pernambuco no dia 20 de fevereiro de 1959, data do primeiro julgamento de padre Hosana. Narra o alvoroço das pessoas ali presentes para assistir à sessão, como estava vestido o sacerdote: de batina branca e carregando um breviário e um exemplar do Direito Canônico. Descreve ainda o alvoroço dos jornalistas. E vai rebatendo todas as falas dos auxiliares de acusação do padre, os senhores Roque de Brito Alves e Antônio de Brito Alves, acreditando e creditando na defesa do advogado do padre, o Dr. Juarez Vieira da Cunha, um dos mais conhecidos advogados criminalistas do Recife de outrora. Num dado momento, ele assegura que aquele julgamento foi o mais concorrido de Pernambuco e do Brasil pela raridade do caso.

O Promotor Público e os auxiliares de acusação do sacerdote foram enfáticos em suas acusações. O padre tinha premeditando o crime. Diziam que muitos paroquianos presenciavam as viagens do padre no trem e que ele sempre andava armado. O autor repudia essa afirmação da seguinte forma:

Julgam seus inimigos que aquela arma era para matar o senhor Bispo. Como são



maus os homens! Somente olham para o lado mau das coisas. Não pensaram que o padre era um homem de carne e osso e, como tal, sujeito a ser agredido numa estrada, sobretudo naquele lugar, onde tinha tantos inimigos. Pensaram logo que aquele revólver era para assassinar Dom Expedito. Numa cidade do interior, um homem que vive constantemente viajando, pode possuir sua arma, nenhum mal existe nisso. Essa arma lhe servirá para sua defesa ou de outrem. Esta história de dizer que arma de padre é Rosário, é demasiadamente infantil, obsoleta, superada. Quem quiser que ponha um Rosário no pescoço e vá enfrentar um inimigo inescrupuloso (...) O corpo do padre é igual ao de todos nós e, como tal, um Rosário não serve para sua defesa física como a balança não servirá para a defesa da residência e da integridade física de um Advogado ou Juiz. [\[151\]](#)

Para este autor, as denúncias de concubinato entre o padre e Maria José e, posteriormente, Quitéria, feriam a honra do padre por não serem verídicas. A honra deste iria ser ferida mais ainda com a leitura em pleno programa de rádio da nota de suspensão de ordens. Isso, em sua concepção, era motivo suficiente para o transtorno e nervosismo do padre e o desenrolar dos disparos.

Para dom Expedito, foram escritos textos exaltando seus últimos momentos de agonia no leito de morte – sendo, portanto, propagada uma memória oficial sobre sua soberania na hora da morte. Para o padre Hosana também foi direcionada uma escrita que o evidencia: na execução das atividades clericais e no seu compromisso com o celibato. *Padre Hosana: Sacerdote e Réu* é exemplo de uma interpretação do fato que não foi dada ao público pela imprensa pernambucana. Até onde se sabe, não encontrei em nenhum periódico alguma matéria que mencione o texto de Lindolfo Pereira de Lisboa.

No capítulo VI, ele trata de averiguar a fala de Juarez Vieira da Cunha. Conforme ele, o advogado começou sua narrativa tecendo considerações sobre o envio de uma carta, feita por ele mesmo, ao arcebispo de Olinda e Recife à época, dom Antônio Moraes de Almeida Júnior, solicitando orientações para conduzir da melhor forma possível o caso. A resposta não veio ao advogado. Juarez Vieira da Cunha teria narrado também os maus-tratos que o sacerdote estava sofrendo na prisão: proibição, por dom Antônio, de visitas de outros padres ao réu. Este era proibido de rezar missa e assistir a missas no cárcere, à leitura da Excomunhão, proibido de usar batina e estava numa cela “miserável”.

O advogado de defesa teria sido informado que a péssima situação do padre no cárcere foi uma medida tomada pelas “Irmãs de Caridade”. O autor revida:



Que espécie de caridade é essa das Irmãs de Caridade. Que espécie de caridade é essa, caríssimas irmãs? As senhoras não possuem a Bíblia não? Nela as Reverendíssimas Irmãs encontrarão muitas passagens da vida de Nosso Senhor Jesus Cristo em que Ele manda perdoar todos os nossos semelhantes e toda sua Doutrina Maravilhosa é marchetada [sic] com as pérolas divinas da caridade e do perdão. Por que não usaram da caridade para com o pobre Padre Hosana? (...) Cuidado, caríssimas Irmãzinhas, lembrem-se das palavras do Apóstolo São Paulo: “Se fordes capazes de falar a língua dos anjos e dos homens e não tiverdes caridade, nada vos aproveitará”. [\[152\]](#)

Por fim, Lindolfo Pereira de Lisboa intenciona levar um outro padre Hosana à compreensão do povo: aquele que é vítima da perseguição de seu bispo e do clero de Garanhuns e, por isso, empurrado a “*um canto da parede como um ato de covardia, brutalidade e selvageria e quantas outras barbaridades se possa mencionar*”[\[153\]](#), como defende. Para sustentar seu posicionamento, levanta questionamentos e direciona-os aos mais variados exemplos de não-cumprimento da fé presente na vida religiosa pernambucana, isto é, citando as Irmãs da Caridade, as beatas, os “ratos das sacristias” e os que ele chama de “hipócritas”. Para o autor, os *exemplos* de outros comportamentos dentro e fora da Igreja justificam a injustiça para com o caso de Padre Hosana. Nessa guerra dos livros, está do lado do sacerdote.

Se, nos anos de 1958 e 1959, frei Romeu Peréa escreveu suas obras (focalizando a morte de dom Expedito, envolvendo-a de reflexões teológicas), em 2007, precisamente no mês de julho, dentro das comemorações dos 50 anos de morte do bispo, frei Francisco Fernando da Silva (canonista e juiz delegado do Tribunal Diocesano para a Canonização de dom Expedito) lançou sua escrita, denominada *Vida de dom Expedito Lopes: bispo Mártir de Garanhuns*, pela Edições Bagaço [\[154\]](#). Inclusive, no capítulo 01, frei Francisco diz que seu interesse e curiosidade por essa história partiu da leitura que fez dos livros de frei Romeu Peréa. Na ocasião, fez par com Ana Maria César, que lançou a segunda edição de *A Bala e a Mitra*.

O foco de sua escrita é a *vida* do Antístite: sua infância em Sobral-CE, no Seminário São José, também em Sobral, seus estudos no Seminário da Prainha, em Fortaleza; no Colégio Pio-Brasileiro, em Roma; seu governo na Diocese de Oeiras – PI,

para onde foi consagrado o primeiro bispo daquelas terras e, por fim, seus dois anos de governo na Diocese de Garanhuns. Seu trabalho catequético, evangelizador, missionário e os problemas enfrentados com as “más condutas” dos sacerdotes, dentre eles, padre Hosana. Quatorze capítulos compõem o volume de 469 páginas. Apenas os capítulos XI, XII e XIII quebram a linearidade e uniformidade da biografia do bispo, pois estes são dedicados mais precisamente ao Padre Hosana, de forma a depreciá-lo.

Frei Francisco rebate o livro de Taíza Brito, afirmando que a jornalista escreveu com base em mentiras do padre. Confronta também a tese de legítima defesa da honra, levantada pelo advogado de defesa do padre, Juarez Vieira da Cunha, nos dois primeiros julgamentos do sacerdote, 1959 e 1960. Para tanto, também usa a carta que Maria José escreveu para dom Expedito, quando da sua confissão ao padre Rodolfo Lamprecht, no Rio de Janeiro, em 1955. Para frei Francisco, a verdade [a carta de Maria José] estava escondida até agora no arquivo secreto da Diocese de Garanhuns, sob sigilo absoluto, vindo à tona por conta das boas relações de amizade do professor francês Richard Marin com Dom Tiago Póstuma, bispo posterior a dom Expedito.

(...) Conhecendo a história de Dom Expedito, sabe-se que ele não acreditava em fofocas nem em boatos e não se deixaria levar jamais por simples boatos ou mentiras não provadas para suspender um padre da sua diocese. É claro que ele sabia toda a história de Maria José. Ele tinha em mãos a carta dela e do Padre Rodolfo Lamprecht (...). Por isso, aquele argumento da defesa da honra, alegado pelo Dr. Juarez Vieira da Cunha e que levou por duas vezes dois corpos de jurados diferentes a votarem pela liberdade do Padre Hosana, não passa de sofismas e calúnias que foram tão bem apresentados e defendidos que pareceu até que o Bispo era o criminoso e o padre era a vítima (...). O homem de tanta honra, defendido pelo Dr. Juarez, era capaz de maiores perversidades. Estava gostando de desfrutar de duas mulheres [Maria José e Quitéria] na mesma casa escondido debaixo das honras da Igreja e da batina (...).

[\[155\]](#)

Depois de atacar e depreciar o padre em todo o livro e, na outra ponta, evidenciar a santidade do bispo, com relatos que já o conduzem aos altares públicos e privados, volta-se para o sacerdote com uma atitude de piedade e de consolação. Afinal, Hosana era padre e o autor é frade. Nesse sentido, frei Francisco participa da guerra dos livros

como membro da Igreja Católica. E, no final das contas, quem deve ficar sem máculas é a Igreja Católica, ou seja, a instituição da qual ele faz parte e pela qual dedica sua vida.

(...) Por isso, minha posição desde o início é de que o Padre Hosana está no Céu tanto porque ele mesmo teve tempo suficiente para pensar e refletir no crime que fez, como por causa da sua condição de personalidade psicopata da qual ele não tinha culpa, e sobre a qual ele não tinha domínio; além do que Dom Expedito morreu oferecendo o sacrifício de sua vida pela conversão daquele pobre sacerdote para não ofender mais Nosso Senhor (...). Que as dores de Dom Expedito não tenham sido em vão e que ambos, por vias diferentes, tenham chegado à vida eterna. [\[156\]](#)

O livro de frei Francisco também produz uma memória. É um lugar fundador. Tem o objetivo de sacralizar um homem e, na contrapartida, dessacralizar padre Hosana. Ele vai compondo a vida de um santo a partir da aglutinação de vários lugares e períodos: a infância, a juventude, a sagração como bispo na Catedral de Sobral-CE, a administração do bispo ante a Diocese de Oeiras-PI e Garanhuns-PE. Traz discursos de virtudes. São elas que sustentam a sua argumentação, porém, sua argumentação não teria força sem sua contraposição: a depreciação do padre. É uma guerra que tem *bandido* e *mocinho* definidos, ambos com seus soldados para defendê-los.

Nesta asserção, vale retomar aqui o texto de Michel de Certeau sobre a hagiografia [\[157\]](#). O autor propõe que a vida do santo tem um lugar fundador: um túmulo, um mosteiro, uma peregrinação, uma congregação, *textos*, entre outros. São lugares de cunho litúrgico. Assim, a vida de santo é uma composição de lugares. Ela nasce de um lugar fundador e estende-se por meio de inúmeros deslocamentos, mas sempre com retornos ao lugar de origem. A vida do santo remete à visão de um lugar fundador. O próprio texto é um lugar fundador e, ao mesmo tempo, remete o leitor ao lugar fundador da vida do santo. [\[158\]](#) A vida do santo é sempre um discurso de virtudes. Nunca de vícios. Pois, estes os desautorizaria enquanto exemplo à posteridade.

O livro de frei Francisco encerra, até o presente momento, a quantidade de armas, digo, de letras, nessa guerra de livros. Do lado do bispo, somam-se quatro obras em seu favor. Do lado do sacerdote, duas. Nesse confronto, um desequilíbrio. Pende-se

mais para o lado do bispo. Isso não apaga a importância do contra-discurso a ele dirigido. Ao contrário, sugere a própria dinâmica das memórias escritas, surgidas a partir daqueles disparos em 1957.

### 3.2 – O “Exemplo” nas narrativas

Iniciemos com uma nota do jornal *O Monitor*, de 28 de fevereiro de 1959:

(...) A sublime atitude de Dom Expedito face à morte, no seu doloroso Calvário, no leito de um hospital, que soube transformar em Cátedra Magistral, ensinando a bela missão do amor, do perdão e da caridade, bem revela a intensidade de sua vida de união com Deus. Nada de improvisos (...). [\[159\]](#)

Esse fragmento de matéria denota que as atitudes de dom Expedito em morte, e em vida, tornam-se *um exemplo* a ser seguido por todos. Esse é um dos pontos que sustentam o discurso oficial da Diocese de Garanhuns em prol da canonização do bispo. Esse discurso também é mencionado por alguns moradores de Garanhuns, em especial por aqueles e aquelas que ainda participam de movimentos religiosos ligados à Diocese. Após o crime, mencionar o “exemplo do bispo” em jornais, livros específicos foi muito comum. São narrativas construtivas da imagem imaculada do Antístite.

Padre Hosana, entretanto, também teve seus defensores. Foi dado também como um homem de exemplo, “*tinha bom trato com seus paroquianos*”, como afirma uma nota do *Jornal do Comércio* de 09 de julho de 1957. Alguns moradores de Quipapá, inclusive, divulgaram uma nota no citado jornal com um abaixo-assinado favorável ao sacerdote. A nota foi dada no calor dos acontecimentos:

Abaixo-assinado de Quipapá em favor de Padre Hosana.

“Nenhum ministro de Deus, nesta Paróquia, soube melhor respeitar os lares dos seus paroquianos”.

#### ABAIXO-ASSINADO

De Quipapá, assinado por cento e sessenta e seis pessoas, chegou-nos o documento abaixo:

ILMO.SR. Redator do Jornal do Comércio.

Nós signatários do presente, adeptos de religiões diversas, e membros de diferentes instituições, todos residentes nesta cidade de Quipapá, não podendo mais dominar os impulsos de nossa consciência em face das inverdades que se têm publicado na imprensa do Estado a respeito da dolorosa tragédia que o destino envolveu nas suas espirais cruciantes dois insignes vultos da Religião de quem eram Príncipe e Sacerdote, vimos, pelo presente, confiados na gentileza de V.S.<sup>a</sup> declarar que não são verdadeiras todas as informações publicadas na referida imprensa e, muito especialmente, nesse respeitável órgão (...).

Ao contrário, lamentamos sinceramente a perda que acaba de sofrer a Igreja de que era o saudoso extinto um dos mais dignos, piedosos e brilhantes Antístites. Choramos essa perda como ninguém melhor poderia, mesmo porque, só do Bispo extinto tínhamos motivo para isto.

Entretanto, a despeito da mágoa que nos invade e crucia a alma, seríamos indignos das próprias bênçãos dos céus, se não confessássemos aqui sermos também compadecidos do desventurado Sacerdote que aguarda no cárcere o pronunciamento da Justiça.

Cumprimos o dever de declarar que nenhum Ministro de Deus, nesta Paróquia, soube melhor respeitar os lares dos seus paroquianos, honrando, como virtuoso padre, as famílias quipapaenses. Seríamos até passíveis de censura, senão do desprezo das almas bem formadas, se silenciássemos nesta hora a voz indômita de nossa consciência, não desmentindo as calúnias e infâmias assacadas contra um Sacerdote que conosco viveu por espaço de onze anos, sempre atencioso e leal nas suas atitudes.

Jamais o Padre Hosana de Siqueira vestiu roupas profanas, nem tão pouco

perlustrou estrada deste Município, em viaturas automóveis acompanhado de qualquer mulher. Muito menos exibiu, em qualquer parte desta terra, nenhuma arma proibida e, ainda menos, em agressão a quem quer que seja.

De fidalgo trato para com todos com quem privava, mostrava-se até meio humilde no seu próprio falar. Efetivamente, provocado ou insultado por pessoas que lhe não simpatizavam, revidava as agressões, mas em termos consentâneos com o mister que exercia.

Cumprindo assim nosso dever, não seremos nós os apedrejadores do desventurado Sacerdote na hora trágica porque passa, imitando dest'arte o gesto magnífico e sublime da sagrada vítima que, na hora extrema, soube tão santa e piedosamente conceder-lhe o perdão pelo ato desvairado que praticou.[\[160\]](#)

Essa escrita ressalta as qualidades ao padre Hosana. Defende-o de acusações, mas, não deprecia o bispo, reconhece seu gesto de perdoar. Mesmo assim, é uma escrita para a proteção do padre, dada ao público no calor dos acontecimentos, na inquietude das almas pernambucanas. É novo texto, outra visão, outra “verdade”, e colabora para a complexidade de posicionamentos das pessoas que se afetaram com o crime.

Tanto dom Expedito como padre Hosana têm um passado (re)contado, (re)formulado e/ou (re)elaborado, no texto e na fala de alguns moradores daquele Estado. Esse passado refere-se tanto ao crime e seus motivos quanto à trajetória de vida de cada um; passados fragmentados, reunidos e organizados pela escrita para dar um sentido, para dar um lugar para cada um desses homens.

Para o caso de dom Expedito, muitas matérias de jornais, e outros textos, sempre remontam ao seu passado: A biografia é apresentada de forma contínua e harmoniosa, como se ele já estivesse pré-destinado aos altares, na vida e na morte.

Giovani Levi, em seu texto *Usos da Biografia* [\[161\]](#), adverte que compreender a biografia de forma linear, contínua, arrumada e harmoniosa – sem problematizar suas bases constitutivas - seria apagar outros olhares e formas de entendimento sobre o texto biográfico. Entende ser a biografia um campo de ambigüidades e incompletudes, pois possui variações a depender do tempo em que é escrita e da relação entre o pesquisador e seu objeto de estudo – a vida de um indivíduo, uma vida alheia, nesse caso.

A biografia deve ser encarada como material discursivo; que pode ser interpretada de um modo ou de outro. Nunca se chega à totalidade de significados que

ela abarca. É fruto de seleção. Traz problemáticas em sua criação e/ou concepção e em sua doação ao público. É inconclusa, incompleta. Não pode ser interpretada de forma unívoca, pois a trajetória do indivíduo é perpassada por múltiplas direções e contextos.

Para esse autor, a biografia é compreendida como manifestação de caráter aberto, dinâmico e fruto de escolhas muito pontuais daqueles e daquelas que se atrevem a escrevê-la. Denuncia incoerências entre normas e práticas. Com origem nesse pressuposto, os historiadores desenvolveram formas e técnicas mais sensíveis à dinâmica e à polissemia das narrativas biográficas.

Os principais tipos de orientação aqui enumerados sucintamente representam, pois, os novos caminhos trilhados pelos que procuram utilizar a biografia como instrumento de conhecimento histórico e substituir a tradicional biografia linear e factual, que mesmo assim continua a existir e vai muito bem.[\[162\]](#)

Em entrevistas travadas com alguns moradores de Correntes-PE, cidade natal de padre Hosana, também verifiquei certo respeito para com o sacerdote. Os moradores daquela cidade o têm como *exemplo* de um homem de fé e de um bom sacerdote. Em suas narrativas, a possível má conduta e o crime do padre não são evidenciados. Em seu lugar, ressaltam o seu bom trato com as pessoas na cidade e a forma trágica de sua morte – assassinado a pauladas. Sua morte afetou esses moradores. Ela acorda nas narrativas desses moradores, muito mais do que seus pecados, muito mais do que o perdão dado pelo bispo àquele sacerdote.

Para o senhor João Correa, da cidade de Correntes, por exemplo, Padre Hosana:

(...) Era uma pessoa muito querida pela gente. Se tornou logo da casa, da família né. E, foi uma perda muito grande. Quando eu soube que ele morreu eu fiquei assim como se fosse uma pessoa da minha família, né. Lamentavelmente morreu numa morte muito trágica e até hoje ficou uma pergunta sem resposta, ninguém descobriu nada, ninguém foi punido. Eu senti muito a perda de um amigo, né. Fazia parte da gente. (...) Olha [ele] era uma pessoa meiga, assim meiga. Todo mundo [aqui] gostava dele. Uma pessoa que aconselhava, que tinha conversa, que chegava. Qualquer pessoa que chegava pra conversar com ele, ele tinha uma conversa, uma palavra. Ele era uma pessoa aberta (...) Ele tinha uma conversa boa, agradável. Gente que vinha de fora pra conversar [com ele] porque sempre tinha gente que vinha de fora. Foi uma



grande perda. [\[163\]](#)

Adiante, senhor João reclama a não-existência de algo que lembre padre Hosana na cidade como um referencial e/ou um exemplo a ser seguido pelos demais filhos daquele chão. Um busto, uma praça, o nome de uma rua e/ou de um estabelecimento público, por exemplo.

(...) Divia ter porque morre um vereador, uma pessoa que fez o nome na cidade, às vezes uma pessoa que teve e fez uma mal impressão, uma mal história, morre e se dá o nome de uma avenida, num sei de que, num sei de que, um busto, tem num sei o que; e Padre Hosana num teve. Uma pessoa que é conhecida nacionalmente! Num tem, num tem. Devia ter uma avenida aqui, alguma coisa. Porque ele era conhecido e muito querido aqui. Era pra ter um negócio desse (...). Ele era assim correto, correto, correto. Ele era muito simples, muito simples. Ele era prestativo. [\[164\]](#)

Reclamar um busto para homenagear padre Hosana na cidade ou um nome de rua, praça ou estabelecimento institucional, nesse contexto, denota materializar uma lembrança. A lembrança do depoente, especificamente. Supõe ainda pagar uma dívida que a cidade tem para com o padre, uma vez que ele sempre auxiliou – embora excomungado – os moradores da cidade em suas angústias pessoais, reorientando suas vidas religiosas na busca do Reino de Deus, através de celebrações, da realização de batizados e outros sacramentos dados na capela de sua fazenda, distante 12 km do Município de Correntes. Legalmente, estava excomungado. Algo já afirmado em linhas anteriores. Contraditoriamente, fazia a distribuição dos sacramentos. O povo da pequena Correntes recebia os seus cuidados espirituais. A lei canônica, na prática, não tinha ecos e/ou ressonâncias para o padre e para seus fiéis.

Para outra moradora de Correntes, a senhora Maria do Carmo Rodrigues da Silva, de 67 anos de idade, doméstica, padre Hosana também goza de boa reputação.

(...) Eu conheci. Era bom, normal, um padre normal, bom. Num vo dizer que ele era mau que ele num era, né. Era bom. Era muito conhecido aqui na cidade, de mais até. Uma pessoa muito boa, muito querida de todo mundo. Todo mundo gostava dele. Ele era maravilhoso. Era prestativo, atencioso. E a pessoa erra porque às vezes acontece coisas de errado, né. Mas, todo mundo erra, né. [\[165\]](#)

Também para o casal Odete Santana dos Santos, 80 anos e Euclides Marcolino da Silva, de 87 anos (ambos aposentados rurais), padre Hosana é um exemplo para ser seguido. Conforme ambos, ele passava e abençoava as pessoas que o cumprimentavam, recebia as crianças da cidade em seus braços, dando-lhes inclusive moedas e era respeitador a todos da cidade. Senhor Euclides chegou a afirmar:

(...) Ele era um padre de perseverança. Agora aconteceu aquilo com ele [o seu assassinato]. Aquilo era trambique. Ele era benquisto de todo mundo aqui. Ele tratava bem. Tratava as pessoas tudo bem. Ele passava por nós dava um bom dia. Brincava com a meninada. Na época do bispo [do crime] aqui ficou um ribuliço, ave-maria! A gente num sabia o que fizesse, porque todo mundo gostava dele. Ele morava só, lá no sítio (...). [\[166\]](#)

A idéia de *exemplo também* abarca contradições. Padre Hosana matou uma pessoa. Foi julgado, absolvido e, por fim, condenado. Foi acusado por conta de rumores e boatos – e depois institucionalmente - de deflorar duas mulheres, foi responsabilizado por obrigar uma delas a dois abortos. Quando posto em liberdade condicional em 1968, vivia a se envolver em atritos com vizinhos por questões diversas – empréstimos pessoais que cedia, demarcação de terras, entre outras. Celebrava missa e outros sacramentos em sua fazenda, mesmo excomungado. Muito embora não compreendendo muito bem, moradores de Correntes sabiam que ele estava “proibido de celebrar”, como ouvi nas entrevistas; contudo, era tido como homem exemplar, isto é, como modelo de cristão, de homem de bem.

Mais dois outros irmãos de padre Hosana também morreram assassinados. Como indicam os moradores de Correntes, estes também possuíam um “gênio forte”. A família era conhecida por estar sempre em desentendimentos entre seus próprios membros e com outras famílias e pessoas da comunidade.

Como, então, compreender essas construções narrativas de um bom exemplo destinado ao sacerdote, quando suas atitudes em vida apontam para o *não-exemplo*? Como pontuar discursos que desautorizam a imagem imaculada de “homem exemplar” dada ao bispo?

Os registros que esse crime produziu, quando postos pelo pesquisador em posição de enfrentamento, provocam inconclusões e incompletudes. Além do mais, visualizam tramas e descortinam conflitos. Há a coexistência de concordâncias e discordâncias no entorno dessa sucessão de acontecimentos em tempos idos, que pode ser percebida de muitas formas, inclusive pelo não-dito.

Entrevistando Maria Soares da Silva Mariano, 55 anos, e Alice Maria da Silva, 73 anos (ambas domésticas e moradoras de Correntes-PE), verificou-se mais uma vez a exaltação do *bom exemplo* que era o sacerdote. Para ambas, era possível perceber isto nas pequenas ações do padre.

(...) Ele nunca fez um mal nem a eu nem a família minha. Pra mim ele era um bom cidadão, né. Ele era uma boa pessoa. Ele fazia casamento do povo, fazia batizado. Ele só num podia fazer na igreja, né comade? Mas ele fazia casamento no sítio dele, fazia batizado, por isso é que eu gostava muito dele. [167]

E são muitos os casos nos quais padre Hosana é reconstruído como um caminho a ser copiado, como uma direção a levar homens e mulheres da cidade para o bem. Dentre eles, me chamou a atenção o depoimento do senhor Manoel Agostinho da Silva, aposentado rural, de 77 anos. Gostava muito de falar. Estava sentado na calçada, cedo da manhã, quando eu o abordei. Deixou-se livre e disse:

(...) ô homi, pra mim Padre Hosana era uma boa pessoa porque se confiava nele.

Engraçado, eu fazia a feira pra ele. A feirinha dele. Ele era tão bonzinho que a sobra do dinheiro ele dava pra mim; dois, três real, às veiz ele me dava. “Tome, fique”. Se eu precisasse de dinheiro ele me arrumava. (...) ô homi, todo mundo conhece Padre Hosana. Todo mundo gosta dele aqui. A primeira missa do Padre Hosana eu assisti aqui na matriz. Eu me lembro! [risos]. Padre Hosana pra mim, repito, era uma boa pessoa, uma criatura boa. O que eu conto do Padre Hosana é isso. Pouco tempo que eu ouvi falar do santo, né [Dom Expedito]. O padre falou na missa domingo, mas tem gente que o padre ta celebrando a missa e o povo tá conversando. [168]

Já no depoimento da senhora Maria Maciel Vieira, casada, 63 anos, verifica-se que ela aponta divergências de opiniões na cidade sobre o exemplo do sacerdote. Muito embora não aprofunde suas colocações, ela deixa pistas de que padre Hosana também deixou dissabores.

(...) Eu conheci ele aqui. Ele era um bom padre, né. Tratava bem, né. A gente chorou muito quando fizeram isso com ele. Uns falava que ele era ruim, errado. Outros falava que ele era bom. Pra mim, ele era um bom padre, uma boa pessoa, né. O povo falava que ele era bom, né. [169]

O bispo também teve e tem seus defensores, tanto na fala quanto na escrita. Homens e mulheres dispostos a caracterizá-lo a com respaldo no seu exemplo de vida e, sobretudo, de morte. Travei entrevistas com alguns moradores de Garanhuns e eles evidenciaram muito esse ponto.

O *Diário de Pernambuco*, de 07 de julho de 1957, traz uma nota escrita por dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, arcebispo de Olinda e Recife na época. Muitas metáforas estão presentes em seu texto no intuito de convencer o leitor sobre a santidade de dom Expedito e da Igreja. Sustenta, em seu discurso, o exemplo dado por dom Expedito.

(...) nos feriu ante o trágico desaparecimento de Dom Expedito Lopes, o grande

bispo de Garanhuns. Ninguém poderia suspeitar, através daquelas maneiras tão simples, daquele espírito de pobreza em que vivia, daquela calma que revestia suas atitudes, daquela alegria que envolvia como um halo luminoso a sua cabeça moça e coberta de cabelos brancos como a neve – ninguém poderia suspeitar a grandeza formidável daquela alma sacerdotal. (...) Que o sacerdote infeliz pense na sua alma e na sua vocação (...). E hoje, ninguém destruirá mais a grandeza da morte de Dom Expedito que sobrepaira ao turbilhão dos acontecimentos medíocres ao triste século que vamos vivendo. [\[170\]](#)

No jornal *O Monitor*, de 13 de julho de 1957, encontrei:

(...) Se a Igreja perdeu um grande prelado, o povo um amigo e o Brasil um grande patriota. Deus ganhou um justo em seu Reino. Por que, em verdade, não se pode considerar a morte como um adormecimento para os espíritos superiores, mas sim, como revivência e ressurreição. A morte só é adormecimento para os espíritos medíocres. [\[171\]](#)

Vai sendo criando a infalibilidade do bispo, o homem sem contradições, sem mancha, sem pecado, o santo. Um discurso que sufoca as tramas e os conflitos – características inerentes em quaisquer situações, das mais ordinárias às extraordinárias.

Michel de Certeau ressalta que, nos relatos da vida dos santos, há dois momentos bem definidos: o tempo das provações e o tempo da glorificação. No primeiro caso, o santo está em incessantes combates solitários em diferentes lugares. O medo e as limitações são evidenciados freqüentemente. No caso seguinte, a glorificação repousa na descrição de milagres públicos ocorridos por seu intermédio. É o momento de sua vitória sobre as provações. O santo passa, então, do privado (Tempo das Provações) para o público (Tempo da Glorificação). Outro ponto observado nos relatos da vida do santo é que de sua fase adulta remonta-se à infância. Nela já se conhece e reconhece sua homenagem póstuma. Seu percurso já está traçado. [\[172\]](#)

O jornal *O Monitor*, de 03 de agosto de 1957, traz ainda uma nota de autoria de Zina Silva, denominada *À Memória de Dom Expedito*, em que a autora em tom de súplica,

lamenta:

(...) Vimo-lo passar inerte levado pelos padres para sua última morada. Descansa em paz, resta-nos a lição de sua grande vida, na grandeza e heroicidade de suas virtudes, a lembrança bem viva de sua paternal solicitude, por tudo que era para a glória de Deus e o nosso bem espiritual.[\[173\]](#)

O ato de lembrar só existe porque pressupõe o de esquecer. Lembrar e esquecer são antônimos que se complementam. Ambos permeiam a escrita sobre o crime de dom Expedito e o desenrolar da vida de Padre Hosana após os disparos de 1.º de julho de 1957. Importante é citar sobre a forma como é narrada, na escrita, a morte de dom Expedito: com metáforas e eufemismos.

Estudos sobre a morte de homens e mulheres públicos são importantes para se entender a “bela morte” de dom Expedito. Um exemplo possível de ser citado aponta para os estudos do historiador George Duby. [\[174\]](#)

Para esse autor, as belas mortes são verdadeiras festas. A morte é um teatro. Por assim ser, precisa de espectadores para que estes continuem a perpetuar sua memória mediante a escrita e da oralidade: é uma forma de o morto sobreviver. O objetivo da criação e perpetuação dessa memória é fortalecer os bons costumes e a regularidade às futuras gerações. Toda bela morte é uma passagem solene de uma condição para outra, superior; é uma mudança de estado tão pública como uma festa e uma mudança tão majestosa quanto a entrada de reis na cidade, por exemplo. O corpo se foi, mas a memória fica. É preciso arrumá-la, dá-la como exemplo à posteridade. Necessário ainda moldá-la, domesticá-la. Para tal propósito, apaga-se o vencido, o outro. Mantém-se, então, o defunto presente nas palavras, na escrita e na comunicação de sua biografia. É uma forma de defender interesses de grupos específicos.

O relato da morte de dom Expedito trazido pelos jornais e outros textos é o fulcro de sua santidade, pois se tratou de uma “bela” morte, conforme os interesses da Igreja. Frei Romeu Peréa, por exemplo, descreve a morte de uma forma calma e serena. Uma narrativa sem caos, bem arrumada, utilizando palavras carregadas de afetividade.

Era de ver o bispo vítima no seu leito de agonia, calmo e sereno, como combatente que espera a recompensa da sua vitória. A calma exterior que conservava, a paz interior - que no seu rosto se refletia, não era perturbada pela mais ligeira inquietação. Sereno e belo, parecia a mais fiel imagem do justo que espera o prêmio prometido àquele que vive da fé e morre pelo amor (...) refugiava-se, cada vez mais, na medida em que a morte se aproximava na sua consciência.[\[175\]](#)

No jornal *O Monitor*, de 28 de julho de 1957, há outra descrição sobre a “bela morte” do prelado. Trata-se do depoimento do Padre Adelmar da Frota Valença.

Onze padres o cercavam no seu leito de morte. Deram-lhe em conjunto a absolvição que ele pedira. Aquele quarto de hospital, naquelas horas inesquecíveis, se assemelhava ao cenáculo, na noite da Quinta-feira Santa, depois que Judas saíra. Jesus cercado de onze apóstolos. Onze padres debruçados sobre Dom Expedito, a sentirem a influência imperecível daquela santidade heróica, daquele heroísmo santo (...) Eles rezavam mais com o coração que com os lábios. Compenetrados, como se estivessem num Pontifical Solene. E era realmente uma grande missa! A cama era o altar; a vítima, o bispo querido, que se oferecia a Deus. ' Ofereço o sacrifício de minha vida, pela Diocese, pelo clero e pelos seminaristas', diz ele, em plena lucidez, quinze minutos antes de morrer. [\[176\]](#)

As escritas sobre o crime de dom Expedito são uma seleção dos fragmentos do que aconteceu. Algumas intencionam preparar o bispo para a lembrança e a posteridade. O interessante é que não é somente o bispo que é lançado à lembrança. O padre também o é. Ao bispo assassinado, é direcionado o título de modelo para a imitação de todos, mas o “modelo” só é possível porque o padre o matou. Um não consegue ter existência sem o outro. Sempre se reencontram. Um está intimamente ligado ao outro. Não se pode mencionar um sem a “presença” do outro, pois um só existe no outro e vice-versa.

Como já mencionado, o sacerdote foi preso e julgado por três vezes no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Nos dois primeiros julgamentos, nos dias 20 de fevereiro de 1959 e 29 abril de 1960, respectivamente, Padre Hosana obteve penas leves,

consideradas pelos jornais e outros meios de comunicação como uma *quase absolvição*. Seu advogado, Juarez Vieira da Cunha, um famoso criminalista na época, afirmou que o padre agiu em legítima defesa da honra. Argumentou que o padre Hosana sofrera perseguições do seu superior hierárquico que, conforme o padre, não quis ouvi-lo em sua defesa e não mandou averiguar criteriosamente sobre os boatos.

Desta forma se deu a sentença do primeiro julgamento do padre. O juiz Cícero Galvão a leu às 23h e 15 min.

O Júri reconheceu a autoria do crime por parte do senhor Padre Hosana de Siqueira e Silva e que este se excedeu nos limites da legítima defesa da honra, de acordo com o artigo 42 do Código Penal Brasileiro. O réu sentiu-se ferido no seu amor próprio e delinqüiu. Por conta disso, e levando em consideração de que se trata de elemento temível, o crime foi enquadrado em homicídio culposo. Para este crime afixo a penalidade de dois anos. Acrescento a este pena de mais seis meses, porque a vítima não teve como se defender, caracterizando-se assim o excesso culposo por parte do réu. Assim, totalizamos dois anos e seis meses de detenção, que devem ser cumpridos na Casa de Detenção de Recife. Por considerar o réu portador de personalidade psicopática, ele não escapa da responsabilidade penal. Em virtude disso, imponho a ele o internamento em casa de tratamento psiquiátrico como medida de segurança. [\[177\]](#)

E o impacto causado nos curiosos presentes ao recinto.

O público começou a aplaudir o resultado do julgamento, antes do Juiz terminar a fala. O magistrado pediu silêncio novamente e continuou (...) Naquele momento, ficou difícil conter as pessoas que estavam nas galerias, que batiam palmas e assobiavam, em comemoração à quase absolvição do Padre Hosana de Siqueira e Silva. Os repórteres, fotógrafos e cinegrafistas cercaram Hosana, que voltou a acenar para a multidão. (...) Todos queriam congratular o Padre Hosana e o advogado Juarez Vieira da Cunha. Os mais afoitos tentavam abraçar o religioso, que não sabia mais a quem responder. [\[178\]](#)



Como interpretar a mesma gente pernambucana consternada com o assassinato do bispo, cheia de dor, direcionando aplausos e assobios como que parabenizando o padre pela sua quase absolvição?

O assassinato e os julgamentos de padre Hosana foram um divisor de opiniões na imprensa e no cotidiano de Pernambuco de tempos pretéritos. Causaram celeuma.

Como se constata nesses registros do passado, padre Hosana também gozava, e ainda goza, da simpatia e do bem querer do povo. A ele também eram direcionados elogios como “bondoso” e “atencioso”. O comportamento do povo nos julgamentos - suas manifestações favoráveis a ele - traz fragmentos de traços do sacerdote não muito evidenciados pela escrita sobre esse crime.

A Igreja rebateu e questionou a sentença. Indício disso foi um artigo exibido na revista *Flos Carmeli*, periódico mensal religioso e datado de maio e junho de 1959, do Recife atacando ferozmente as palavras do advogado de padre Hosana. A Revista trouxe um artigo, escrito pelo frei Inácio Maria, rebatendo a defesa do advogado Juarez Vieira da Cunha, vista como “*interpretações falsas e caluniosas, aos disparates ilógicos de estilo mais demagógico do que jurisprudente*”. [179]

A descrição da defesa do padre e da reação do povo que assistia foi extraída do livro da jornalista Taíza Brito.

(...) Muitos condenaram a minha atitude de defender este infeliz. Mas sei que estou cumprindo o meu dever como cristão. Cheguei até a escrever uma carta ao Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, Dom Antônio de Almeida de Moraes Júnior, pedindo orientação da Igreja de como proceder na defesa desse sacerdote, mas infelizmente não foi me dada resposta alguma. Minha função consiste em ser, ao lado do acusado, seja ele culpado ou inocente, a voz de seus direitos legais (...). Esse processo não trata apenas da morte de um bispo por um padre ou a morte de um homem por outro. Ele constitui o direito de revolta dos oprimidos contra parte do clero que suja o Evangelho. Eu não ataco a Igreja. Não confundem a Igreja com o Clero. Quantos bispos, padres e freiras que são verdadeiros santos. Eu me refiro àquela parte do clero que vive subserviente à sociedade civil apodrecida e dócil à burguesia. Eu me revolto contra o cristianismo de fachada (...). [180]

O advogado passa então a narrar a biografia do padre: sua infância em Correntes-PE, sua primeira comunhão, seus primeiros estudos no seminário, sempre

evidenciando-o como um filho e aluno aplicado e obediente aos ensinamentos dos pais e aos mandamentos de Deus e da Igreja. Depois, continuou:

(...) No seminário em Garanhuns, o comportamento de Hosana foi tão exemplar que ele foi nomeado prefeito de disciplina (...). Como deverá ter se sentido aquele homem do sertão, que não estava acostumado a ser desmoralizado, ao ter sua honra esfaqueada de público quando foi chamado de ladrão por Dom Expedito em plena celebração religiosa em Quipapá? Imaginem um padre que amava e respeitava sua paróquia ser acusado por duas vezes de concubinato. Primeiro com uma prima e depois com uma empregada da casa paroquial? Coloquem-se no lugar dele. A honra deste sacerdote foi jogada no lixo! Sem falar da vergonha que iria passar quando da leitura na rádio do decreto de suspensão, que seria ouvido por milhares de pessoas da região (...) Haveria desonra maior do que esta para um sacerdote que defendia os princípios morais? E ninguém pode acusá-lo de não ter tentado se defender. (...) Que situação de desespero deve ter passado este sacerdote, afinal um padre sem moral não é digno de viver ou de encarar os seus paroquianos. Padre Hosana amava sua batina, amava sua honra e naquele momento só pensou em defendê-la. [\[181\]](#)

Se padre Hosana não gozava da “estima da população”, como explicar a nota do povo de Quipapá endereçada ao Jornal do Comércio – mencionada anteriormente - descrevendo o respeito que o sacerdote nutria para com seus paroquianos? Como explicar as qualidades a ele atribuídas ainda hoje pelos moradores de Correntes? Todo e qualquer tipo de acontecimento é dinâmico em sua interpretação. Abraça a confusão, a heterogeneidade de posicionamentos e opiniões. O texto apresentado no Jornal do Comércio, por exemplo, reflete a vontade de todos os paroquianos do sacerdote ou de grupos específicos daquela pequena cidade? O que aqui se busca, ressaltar, é aproximar textos que divergem. Nesse (des) encontro, verifica-se a trama.

Da mesma forma que a biografia do bispo é utilizada como argumento para convencer sobre seu exemplo e santidade, a do padre também corre esse caminho. Juarez Vieira da Cunha, seu advogado de defesa, utilizou esse recurso em toda a sua ação de defendê-lo. Falou da infância do padre na escola, dos estudos no Seminário em Recife, em Garanhuns e de sua ordenação e seus trabalhos posteriores a ela em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Nesses episódios, padre Hosana sempre é visto como um homem exemplar, de honra e respeito para com os que com ele travou convivência.

Assim, a biografia é, tanto para os que defendem o bispo quanto para os que preservam o padre, um instrumento de acusação e defesa. O passado de ambos explica o presente, justifica o crime.

São usos do passado. O passado de um explica sua santidade, confirma o sentido de sua morte. O passado do outro explica o crime. É uma biografia linear, com causa e consequência. Se não fosse o crime, nenhum precisaria de biografia, aqui posta como prova. O passado vale como argumento para provar a inocência de cada um.

O livro de frei Francisco Fernando da Silva é todo uma biografia do bispo, exaltando-o de qualidades e virtudes. No entanto, num capítulo específico (*Duas vidas numa vida*) ele compara claramente as biografias: louvando o bispo e depreciando o padre. Nesse capítulo, vai descrevendo a infância de Hosana: sua terra natal (Correntes-PE), sua numerosa família (nove filhos), a atividade de comerciante que seu pai abraçou, e também dos afazeres na fazenda da família.

Baseando-se em dados fornecidos por dona Olindina Siqueira e Silva (mãe de padre Hosana) dispostos no processo do crime e também no laudo do exame psiquiátrico feito quando padre Hosana estava preso (que o diagnosticou como homem portador de personalidade psicopática); ambos recolhidos e citados no livro de Ana Maria César (*A Bala e a Mitra*), o frade diz que padre Hosana já teve problemas na escola, passando por cinco estabelecimentos de ensino diferentes, por ser um garoto de comportamento não exemplar. Isso também se repetiu no seminário, fazendo-o ser ordenado somente no Rio Grande do Sul. Esse comportamento arredio também cresceu com ele até sua fase adulta, pois passou por sete paróquias, criando problemas em todas elas.[\[182\]](#)

O livro de frei Francisco, com essa biografia do padre às avessas, contesta o de Taiza Brito. A autora, por sua vez, descreve a vida escolar do padre como exemplar. Na página 25, ela se refere:

Mesmo com tantas tarefas, o garoto Hosana se destacou entre os alunos da escola. Recebeu até um prêmio por ter sido considerado um estudante de comportamento exemplar e obtido distinção em todas as disciplinas que cursou. O presente, um livro de História do Brasil escrito por Rocha Pombo, foi entregue pelo Professor Gilberto de Oliveira Rosas. O livro foi guardado com muito zelo, como diversos outros que colecionou ao longo da vida. [\[183\]](#)

Quanto à vida no seminário, frei Francisco Fernando argumenta no seu livro que padre Hosana foi transferido para o Rio Grande do Sul porque foi afastado do seminário de Olinda por mau comportamento. Já Taíza Brito afirma que padre Hosana recebeu um cargo de Prefeito de Disciplina, isto é, responsável por zelar pela ordem e bom comportamento entre os seminaristas. A jornalista acentua que ele cumpriu essa tarefa de forma responsável. Para os autores aqui citados, para o advogado de defesa de padre Hosana, a biografia explica o ato de cada um.

Nessas idas e vindas das letras que tocam a biografia de ambos, os usos do passado de cada um prova o presente, passados recompostos e manipulados em favor de objetivos específicos e claros. No presente, cada um, ao seu modo, se atreve a interpretar essa história a partir de suas iscas.

Para esta pesquisa, faz-se necessário desnaturalizar essa idéia fixa e tão difundida de que o passado explica dom Expedito e padre Hosana, o passado não explica a vida de uma pessoa, pois afirmar que o passado explica, seria entender a biografia como algo linear, bem-arrumado e harmônico, sem abarcar contradições, confusão.

Retomando considerações de Giovanni Levi, o autor adverte ser preciso ressaltar que toda biografia é composta e recomposta pela junção de fragmentos. Possui elementos contraditórios que, selecionados, são aglutinados para dar sentido a algo que abarca a própria desordem e o desencontro: a vida. A biografia é incapaz de captar a essência de um indivíduo. É articulada no presente. Sua direção vai do presente para o passado. Toda biografia abarca uma infinidade de outros significados, além daquele escolhido e posto às vistas dos demais. Não há biografia linear. É preciso problematizá-la. Não há interpretação unívoca de um mesmo indivíduo.[\[184\]](#)

Na perspectiva da História Social da Memória, dom Expedito e padre Hosana não podem ser explicados por suas respectivas biografias. A biografia de dom Expedito não explica sua possível santidade, assim como a biografia de padre Hosana não explica o crime. Homens e mulheres no presente a constroem - a partir de lotes do passado de cada um - tecidos narrativos que almejam coerências. Escondem fatos, registros, tramas que podem desautorizar a imagem estática que se criou de cada um. Afinal, a História Social da Memória não explica situações por meio de biografias, e sim interpreta o uso das biografias (dos passados) em certas situações.

A biografia recomposta de ambos foi, outrora, utilizada como recurso para convencer um corpo de jurados e o povo (jurados também) de que um é santo e o outro criminoso. É ainda utilizada para tal propósito nos livros dos autores aqui citados. O

diferencial é que, no presente, é possível pôr essas atitudes em diálogo num movimento de autorização e desautorização de cada um, concomitantemente. Nesse dinamismo, que evidencia os conflitos, a pesquisa histórica põe em prática a compreensão de uma biografia não linear e problematizadora.

Em Lindolfo Pereira de Lisboa, *Padre Hosana: Sacerdote e Réu* (1962), é possível encontrar um posicionamento desfavorável à idéia de dom Expedito como um referencial para todos. O autor adverte, especialmente na página 08, que o público que assistia ao primeiro julgamento do sacerdote tomou partido dele. “A maioria do povo estava do lado do réu”, diz; quer sejam pessoas cultas ou não. Ele chama de pessoas “desapaixonadas” pelo bispo. Para Lisboa, o Antístite morreu em defesa da virtude “da vaidade” e “da autoridade”. Reforçou a noção de que ele não estava servindo à causa de Deus e da Igreja por dar crença nos mexericos trazidos e levados por mulheres beatas; o que o descaracteriza como um “exemplo” para o povo e para a Igreja.

Foram essas infelizes que desgraçaram a vida do Padre Hosana e contribuíram, indiretamente embora, para a morte de Dom Expedito. E é de se notar que os mexericos raramente são verdadeiros. Elas mentem, caluniam, são a perfídia personificada, disfarçadas com véus e adoremus para que o Vigário pense que se trata de verdadeiras santas. Como se eles não soubessem que tudo aquilo é hipocrisia. [\[185\]](#)

Reforça a noção de que o bispo não morreu em defesa da fé, mas em defesa da perpetuação dos rumores e do disse-me-disse das

(...) velhas que, de tanto falarem da vida alheia já têm a língua recortadas como certas bolachas. Essas baratas de sacristia, que são pálidas e já se parecem com milagres de cera, porque os fuxicos delas geralmente são depositados nos confessionários ou nas sacristias. [\[186\]](#)

Na página 06, a forma que encontrou de rebater a idéia criada em torno do bispo sobre o exemplo que deixou à posteridade foi citar e exaltar a dimensão humana e cristã do sacerdote: “(...) O fato de o Padre Hosana haver ferido um bispo, não é razão

*suficiente para merecer nosso ódio; desde que ele é uma criatura humana, cristão e sacerdote, Ministro de Deus (...)*. [187]

E assim vai se construindo a narrativa de Lindolfo Pereira de Lisboa. Utiliza-se do recurso da escrita para andar na contramão do discurso oficial, que pairava em terras pernambucanas de outrora.

Contraditoriamente, no capítulo XI, último de sua escrita e, especificamente na página 65 e seguintes, Lindolfo Pereira de Lisboa reconta como ocorreu o crime: os passos do padre Hosana, a hora dos disparos, o bispo ferido se dirigindo à capela no interior do seu Palácio Episcopal, as últimas palavras, a oferta de si, o perdão, o socorro prestado ao prelado no Hospital Dom Moura e o impacto que a morte causou na gente garanhuenense. Compara o perdão do bispo ao perdão de Cristo, enaltecendo essa atitude. E começa a tecer muitos elogios a dom Expedito, da grandeza de sua alma. Diz que ele está “*no convívio sempiterno da Bem Aventurança Eterna*”. [188] Somente aqui aparece a dubiedade de sua escrita.

Mas, ainda sim, ele diz:

Dom Expedito, onde se encontra V.EXCIA e REVMA, queira perdoar se neste trabalho disse algo que viesse ferir sua memória. Se o fiz, foi para que a liberdade do Padre Hosana não fosse interpelada por más interpretações. V.EXCIA não mais podia falar conosco e quando o silêncio dos mortos faz perigar a liberdade dos vivos, faz-se necessário fazer com que os mortos falem.

Senhor Bispo, peço ao senhor que ponha logo fora das grades a pessoa física do Padre Hosana, porque se ele cometeu realmente esta falta, por simples e mera maldade, o remorso se encarregará de encarcerar-lhe o espírito por toda sua vida cá em baixo. Peça, Dom Expedito, a Nosso Senhor para que ele se converta e volte ao seio da única e verdadeira Igreja de Nosso Senhor. [189]

Para Lucette Velensi,[190] ao se escrever um texto, já se instaura uma memória que se encontra em uma pluralidade de outras não ditas ou não mostradas. Em certo sentido, o texto é uma tentativa de constituir uma identidade para ser lembrada, lançada à posteridade. No texto, há sempre uma batalha simbólica, por isso ele é polissêmico, isto é, está aberto ou chama outras vozes para compô-lo. O texto ascende vozes na mesma proporção que cala outras. Todo escrito sobre determinado evento é uma batalha

simbólica que elabora lembranças e esquecimentos.

Em diálogos travados com alguns moradores de Garanhuns, em julho de 2007, por conta das comemorações dos cinquenta anos de morte de dom Expedito, verifiquei que a questão do “exemplo” do bispo é forte somente para aqueles e aquelas que freqüentam e/ou participam de algum grupo religioso. Estendendo essa temática para os demais moradores, apenas se constata a repetição de um discurso proferido dentro desses grupos e/ou nas missas comunitárias. Fora disso, o exemplo de dom Expedito como modelo adormece na indiferença da população da urbe.

Para dona Maria do Carmo Alves da Silva, doméstica, de 72 anos, moradora de Garanhuns e fervorosamente participativa quanto às atividades da Igreja, dom Expedito é inquestionavelmente seu “espelho”. Diz:

Da vida dele, o que eu sei é que ele foi um grande bispo [ênfase]! Foi muito maravilhoso! Foi um pastor muito bom! Então, uma morte muito triste. Nós ficamos muito abalado. A cidade toda. Eu era solteira nesse tempo. Ave-Maria! Foi uma tristeza, muita revolta, uma tristeza. O pessoal, uns tinha revolta contra o Padre Hosana, outros não tinha (...). [\[191\]](#)

Em outra entrevista, com dona Regina Leite Cavalcante, de 82 anos, aposentada, a imagem de dom Expedito longe está de ser esquecida e/ou maculada por falares impróprios. Segundo ela, “(...) *é um benefício muito grande, é uma orientação grande para nós, católicos! Ter um bispo que foi tão bom aqui, muito bom, santo. O pessoal falava, comentava muito com a gente*”. [\[192\]](#)

Dona Lindalra Cordeiro de Melo, estende a questão de dom Expedito como “exemplo”, como “espelho”. Vai além, torce para que a canonização do bispo seja rápida, eficaz e que todos os demais moradores da cidade se convençam da santidade do Antístite. Ela diz:

(...) Fico torcendo para que todos os movimentos tenham proveito, sejam

favoráveis. Até porque é um santo, né. Será um santo nordestino, né, autenticamente nordestino. Nós nos sentimos, nós garanhuenses, nos sentimos assim, também, membros efetivos desse movimento (...). [193]

O depoimento de dona Lindalra toca num ponto delicado. Dentro das 38 entrevistas que eu fiz – somados os moradores de Correntes e Garanhuns – os de Correntes pouco ouviram falar do movimento da canonização de dom Expedito, a não ser na semana que antecedeu as comemorações dos cinquenta anos de morte do bispo, coroada com uma missa solene na Catedral às 15 horas daquele 1.º de julho de 2007. O Pároquo atual de Correntes fez o aviso dessa tão badalada missa apenas no sábado que a antecedeu. Segundo os moradores que se dispuseram a partilhar comigo suas alegrias e dores do cotidiano, suas lembranças e esquecimentos, a notícia da canonização de Dom Expedito não se espalhou como um fato de relevância e importância naquela cidade. Em vez disso, o vulto do padre Hosana ganha mais força nessa queda de braço entre o esquecimento e o lembrança, nesse conflito entre Garanhuns e Correntes.

Em Garanhuns, apenas aquelas e aqueles que participam dos grupos religiosos da Igreja, ou sintetizam sua vida religiosa apenas à obrigação de ir às missas aos domingos, comentam esse movimento de canonização. Os que estão “fora da Igreja” não se afetam com a causa, não se vêm nela e a acompanham apenas na escuta, muitas vezes sem entender o que efetivamente a canonização poderá alterar em suas vidas. Os próprios entrevistados lamentam o não-envolvimento total da população para com essa causa.

Ao que parece, o “exemplo” que dom Expedito teria deixado ficou apenas entre os seus, isto é, apenas entre as freiras que o ajudaram a fundar o Instituto, entre os padres mais antigos da Diocese, que o conheceram, e entre os leigos que participam dos movimentos religiosos. O “modelo” dom Expedito perde força quando estendido a toda a cidade. Fica apenas entre os seus. É uma vontade das freiras que, por sua vez, envolveu a autoridade máxima da Diocese, o bispo atual dom Irineu Roque Scherer.

Dona Iraci Gomes Soares, doméstica, de 54 anos, rebate afirmações que ouvi de que o povo está inteiramente envolvido nessa causa, quando anota:

(...) Aqui não tem um envolvimento do povo em geral. As pessoas não são, assim,



não tem divulgação. Tem divulgação, sim, através da Igreja. Ta faltando mais. As pessoas ainda não conhecem tão bem a história, somente aquelas que tem mais engajamento com a Igreja. O povo em geral, não. As pessoas em geral ainda não tem devoção de pedir a ele, né, ainda. Não é conhecida a história dele. Falta o conhecimento da história que o povo não tem. Isso! Pra ser mais conhecido, precisa ter mais divulgação e as pessoas não tão envolvidas (...). [\[194\]](#)

Dona Maria Dalva de Araújo Carvalho, de 64 anos, também defensora do bispo, quando indagada por mim se dom Expedito caiu no esquecimento por conta do não envolvimento do povo no movimento de canonização que a Diocese propõe aos fiéis, é enfática e direta:

(...) Não, não! No esquecimento num caiu não [ênfase]! Diante da grandeza dele, assim, diante de tudo o que ele fez pela cidade. Ele era uma pessoa muito amada por todos. Eu acho que ele num caiu e num cai no esquecimento não. Só precisa um pouco mais de divulgação, né. Eu acho assim. As pessoas falar mais, procurar saber mais detalhes sobre ele. [\[195\]](#)

Dentro dessa confusão de opiniões sobre o envolvimento e o não-envolvimento do povo no movimento de canonização, pergunta-se: onde estão os ecos da grandiosidade e exemplo de Dom Expedito tão difundidos no passado? Ficaram limitados apenas entre os defensores do bispo?

A senhora Maria Rosa Lopes, de 68 anos, doméstica, detalha sua admiração pelo exemplo que dom Expedito tornou-se para ela quando no leito da morte:

(...) Dom Expedito Lopes foi uma pessoa, foi uma fortaleza de amor e perdão, foi uma presença forte na cidade. Os mais jovens aí é que num sabem mesmo porque os mais velhos num tão falando, né. Nós mesmo, nós participa de muitas reuniões, mas só numa é que foi falado isso aí, né (...). Mas, num era pra ter caído no esquecimento. Era pra ter continuado, né. Na época muita gente chorou. Tinha muitas lágrimas em Garanhuns, né. [\[196\]](#)

A senhora Leticia, doméstica, de 60 anos, mostrou-se recuada na entrevista. Suas palavras ponderadas cortavam o estendido silêncio que pairou na sala de sua casa, porém, deixou escapar de si palavras que considero importantes trazer para compor o mosaico da trama sobre a vida e morte de dom Expedito e padre Hosana. Diz ela:

Eu sei que ele era um bispo muito querido e amado de todo mundo. Era um bispo muito bom. O povo falava que ele era um bispo muito bom. Muito bom pos pobre. O povo lembra muito dele. Eu num sei do coração de ninguém. Eu sei do meu, né. Muita gente tinha ele como um santo, Dom Expedito. Já ouvi muita gente falar de preces, pedidos alcançados. [\[197\]](#)

As informações trazidas nos vários depoimentos estabelecem o desalinhamento e/ou a desordem. A temática do “exemplo” não foi, e nem é, somente dirigida ao bispo. Abarca também a imagem do padre. O sacerdote também foi e é um modelo para essas pessoas. Nesses fragmentos do passado, sempre os dois estão juntos. Um alimenta o outro. Em meio aos dizeres e às contestações sobre ambos como “exemplo” e “modelo” a guiar outros caminhos, eles se complementam, se necessitam.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percorremos textos - publicados em livros, revistas e jornais - e vislumbramos disputas e tensões na constituição e reconstituição de memórias sobre o crime do padre Hosana. O aqui (presente) e o ali (passado) foram aproximados dentro das perspectivas de uma História Social da Memória, que privilegia o enfrentamento de fontes em disputa e a percepção de um passado aberto e presente.

Na feitura desta pesquisa, percebemos usos do passado, empregos de biografias, tanto com relação aos que estavam do lado do bispo quanto os que pendiam para o padre. Os usos de suas respectivas biografias atestam a luta contra o esquecimento. Nesse exercício, de apresentar as respectivas biografias de cada um para explicá-los e dá-los como exemplos, verifica-se que o passado de um explica sua santidade, confirma o sentido de sua morte. O passado do outro explica o crime. Se não fosse o crime, nenhum precisaria de biografia, aqui posta como prova. O passado vale como argumento para provar a inocência de cada um.

Os que escreveram sobre esse crime se vêem como guardiões dessa história, como guarda-costas do passado. E cada um puxa a “verdade” para si; constituída com base em iscas guardadas nas empoeiradas prateleiras de arquivos pessoais e institucionais de Pernambuco e, ainda, nas narrativas orais dos moradores de Garanhuns e Correntes.

Numa perspectiva da História Social da Memória, todavia, este trabalho anda na contramão dessa idéia fixa e imutável da relação presente e passado. No confronto de fontes, pontuamos incoerências, incompletudes, leituras e posicionamentos outros sobre o mesmo episódio. Formas narrativas divergentes. Longe estou de querer saber sobre o desenrolar do crime. Preocupado estou em analisar como ele foi contado e recontado na letra e na fala.

François Dosse [\[198\]](#) adverte para o fato de que houve, com origem nas últimas décadas do século XX, uma renovação significativa na historiografia. Esta renovação historiográfica permitiu ao historiador aguçar sua sensibilidade e a possibilidade de tornar presente o passado. Nesse exercício, ele redefine o acontecimento por meio de suas iscas, seus fragmentos, visualizando uma infinidade de relatos possíveis sobre o passado. Em seu trabalho intelectual, o historiador refaz o pretérito com base em questões do presente. Mediante sua trama textual, o historiador revisita o passado percebendo nele outras memórias, outras histórias.

A História Social da Memória, ainda conforme François Dosse, busca uma ruptura com o tempo linear. Pluralizando-o. A história, e, portanto, a memória, está aberta ao devir. Há um desmoronamento do caráter unitário e linear da história-memória como louvação à nação e seus heróis. Em seu lugar, há a proliferação de memórias outras, memórias múltiplas, plurais e outras singularidades possíveis. A perda e o esquecimento operam no centro dos estudos sobre a memória.

Ela, a memória, tem resistência às leituras esquemáticas e lineares sobre os

acontecimentos. É uma perspectiva interpretativa aberta aos possíveis, à presença das ausências. Ela não comunga com determinismos explicativos, tão característicos do século XIX. Satisfaz-se nos inconfessos, nas expectativas, nos desejos e medos dos homens do passado; porque percebe esses comportamentos e essas ausências nos homens e mulheres do presente.

Outro ponto crucial freqüentemente tocado durante essa pesquisa foi os usos das biografias de dom Expedito e padre Hosana. Tanto o bispo quanto o padre tiveram letras e falas para suas respectivas defesas. De forma desequilibrada, como percebido aqui, mas com intensidades não desprezíveis. Houve quem se desprende para pesquisar, selecionar, arrumar e escrever suas biografias para defendê-los das acusações sofridas. Suas marcas, para seus guardiões, têm que ser deixadas à disposição do devir. Não podem ser deixadas de forma solta; mas, de forma exemplar. São os usos do passado. Homens e mulheres de letras a deslocarem o passado e pô-lo dentro de uma linearidade com início, meio e fim específico: a defesa do bispo e a defesa do padre.

Sobre esse ponto, Giovani Levi[199] adverte para a necessidade de se entender o oposto: a biografia como uma escrita e/ou uma narrativa aberta e passível de variações em sua estrutura e compreensão. A biografia abarca a contradição, tramas e conflitos. Ela não explica o indivíduo. Posta de forma linear, é sintoma dos interesses próprios do grupo que a constrói. É preciso problematizar a compreensão e o estudo sobre a biografia, porque entende-se, hoje, que ela tem caráter dinâmico. A biografia não está isenta de contradições.

Quando a biografia refere-se à vida de santos, aí encontramos outras problemáticas e questionamentos.

Michel de Certeau [200] discorre sua compreensão sobre a Hagiografia, isto é, a escrita da vida dos santos. Para ele a hagiografia é uma organização textual, portanto, um gênero narrativo, com objetivo definido: promover o santo. Esse gênero literário, ou seja, a vida do santo no texto, é feito pela combinação de lugares, atos e temas ligados ao santo; pondo-o sempre como portador de comportamento exemplares. O exemplo é a força matriz desse tipo de texto, portanto, desse tipo de discurso. A vida do santo, no texto, é composta pela soma de virtudes e milagres. Desde sua infância ele está predestinado aos altares.

A vida do santo segue, nessa perspectiva, duas direções: é destinada ao povo e, ao mesmo tempo, destinada aos ofícios litúrgicos; algo mais oficial e clerical. É fruto de pesquisas, organização e classificação sistemática das fontes disponíveis sobre ele em

que os pesquisadores se debruçam e transformam em texto, em documento com a marca oficial da Igreja. Passa então, o santo e o texto sobre ele, para uma esfera de “verdade histórica”. É fruto de um trabalho coletivo de um grupo e/ou equipe de pensadores e/ou eruditos; o qual se ramifica por meio de viagens e/ou outras formas de comunicação recíprocas. É um texto linear e que aprisiona a dinamicidade social. A vida de santo indica uma relação entre grupos, sempre nutrida.

No caso de dom Expedito, sua biografia está voltada já para uma hagiografia. Pois, para os que colocaram palavra em sua defesa, ele já estava predestinado aos altares. A escrita de sua biografia, a escrita sobre sua morte, em especial, os discursos proferidos nas celebrações eucarísticas, nos programas de rádio, estampados nos livros de cânticos e nos “santinhos” distribuídos nessas celebrações já o põem nos altares domésticos e no coração dos fiéis de Garanhuns. Mesmo que o mesmo ainda não tem força. Não penetrou na vida religiosa da Garanhuns de agora. Tampouco de Correntes, onde as lembranças sobre padre Hosana são mais evidentes que as do bispo.

Os textos sobre o santo freqüentemente lhe atribuem origem nobre e, conseqüentemente, esse ar de nobreza também se estende ao grupo que o elegeu e que escreveu sobre ele. Ao santo, tudo é dado em sua origem. Ele já é um predestinado. Sua vida, desde o início, já está traçada para isso. A vida de santo é um discurso de virtudes que se aproxima do extraordinário e do maravilhoso. As virtudes do santo oferecem, assim, modelos sociais, exemplos aos demais.

Portanto, essa pesquisa, penso, é uma contribuição à compreensão de História como uma ciência do presente e do devir. Que este trabalho possa ser subsídio para outras leituras, outros questionamentos, outros contentamentos e discontentamentos sobre o crime do padre Hosana.

## **FONTES**

Jornais:

*Em Fortaleza-CE*

**O Nordeste** (1957 - 1960)

**Jornal Gazeta de Notícias** (1957)

*Em Sobral-CE*

**Correio da Semana** (2006)

*No Recife-PE*

**Diário da Noite** (1957)

**Jornal da Noite** (1957)

**Diário de Pernambuco** (1957, 1959, 1995 - 1997)

**Jornal do Comércio** (1957 - 1997)

**Revista Flos Carmeli** (Convento do Carmo, Recife-PE) (1957 - 1959)

*Em Garanhuns-PE*

**O Monitor** (1957 - 1959)

**Imprensa do Agreste** (2003)

Outros

Ata de abertura e instalação do Processo Diocesano pela Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Cópia cedida por frei Francisco Fernando da Silva, canonista e juiz delegado do Tribunal para a causa da Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Recife-PE, agosto de 2006.

BRITO, Taíza. **A Confissão do Padre Hosana**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1998.

Carta do padre Rodolfo Lamprecht endereçada a dom Expedito Lopes. Cópia cedida por frei Francisco Fernando da Silva, canonista e juiz delegado do Tribunal pela causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Recife-PE, agosto de 2007.

Cartas de pedidos e agradecimentos de milagres e/ou graças alcançados por intermédio de dom Expedito Lopes. Cedidas a mim por dom Acácio Rodrigues Alves, bispo emérito de Palmares-PE.

CDs gravados com os programas de Rádio ***Uma Palavra em sua Vida*** e ***O Dia do Senhor***. Ambos foram são transmitidos pela Rádio Difusora de Garanhuns. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, julho de 2007.

CÉSAR, Ana Maria. **A Bala e a Mitra**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1994.

-----, **A Bala e a Mitra**: Novos Tempos e Verdades Antigas. 2.<sup>a</sup> ed. Recife-PE: Edições Bagaço, 2007.

Documentário: **Batinas tintas de sangue**: o crime do padre Hosana. Produzido pelos alunos do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) como trabalho de conclusão de curso. Ano de produção: 2005. Cópia cedida por Kele Gualberto, uma das alunas do curso e produtoras do documentário. Recife-PE, 2006.

Fita de vídeo K7 que contém o registro da missa de abertura e instauração do processo de beatificação e canonização, Catedral de Santo Antônio, Garanhuns-PE, julho de 2004. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, agosto de 2007.

LISBOA, Lindolfo Pereira de. **Padre Hosana**: Sacerdote e Réu. Recife-PE: documento não editado, 1962. Cópia cedida a mim por Taíza Brito, jornalista e autora do livro *A Confissão do Padre Hosana*, lançado no Recife, em 1998.

Lista das testemunhas iniciais do processo para a causa de beatificação. Está anexada à ata de abertura e instalação do processo diocesano. Recife-PE, agosto de 2006. Cópia cedida por frei Francisco Fernando da Silva, canonista e juiz delegado do Processo de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Recife-PE, agosto de 2006.

Livro de cânticos da celebração eucarística de encerramento da fase diocesana do

processo de beatificação e canonização de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, Garanhuns-PE, outubro de 2005. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, agosto de 2007.

Livro de cânticos e orações da missa dos 40 anos da morte de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns, no dia 02 de julho de 1997. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, janeiro de 2003.

Livros de cânticos e “santinhos” distribuídos nas Celebrações Eucarísticas na passagem do aniversário de morte de dom Expedito, realizadas na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns-PE. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, julho de 2007.

PERÉA, frei Romeu. **Dom Expedito: Bispo e Mártir.** Recife-PE: Editora Flos Carmeli, 1958.

----- **A Morte de Dom Expedito.** Considerações em torno de um cadáver glorioso. Recife-PE: Editora Flos Carmelo, 1959.

Tribunal Eclesiástico de Olinda e Recife. Recife-PE: Relatório apresentado pelo monsenhor José de Anchieta Callou, pároco da Catedral de Santo Antônio (Garanhuns-PE), na época do crime, à Nunciatura Apostólica, documento não traz data (s/d). Cedido por dom Acácio Rodrigues Alves, Sobral-CE: dezembro de 2002.

“Santinhos” distribuídos aos fiéis na Celebração Eucarística em homenagem aos quarenta anos de morte de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns, em 02 de julho de 1997. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, janeiro de 2003.

SILVA, frei Francisco Fernando da. **Vida de Dom Expedito Lopes: Bispo Mártir de Garanhuns.** Recife-PE: Edições Bagaço, 2007.

Testamento de dom Expedito Lopes. Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, agosto de 2006.

Texto biográfico de dom Expedito exposto em forma de *data-show* utilizado na missa de abertura e instalação do Tribunal Diocesano de Garanhuns em prol da beatificação e canonização do antístite, realizada na Catedral de Santo Antônio, em 02 de julho de 2004. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, julho 2007.



## **FONTES ORAIS**

**Dom Acácio Rodrigues Alves**, bispo emérito de Palmares-PE. Realizada em Sobral-CE, no Seminário São José, em 16 de dezembro de 2002.

Senhora **Eugênia Gonçalves de Medeiros**, 73 anos, professora aposentada. Realizada em Garanhuns-PE, em 15 de fevereiro de 2003.

Senhora **Maria Tenório Cabral**, 87 anos, aposentada. Realizada em Garanhuns-PE, em julho de 2007.

Senhora **Natalícia Laurinda**, 79 anos, dona de casa. Realizada em Correntes-PE, em julho de 2007.

Senhor **Euclides Marcolino de Sousa**, 87 anos, aposentado rural. Realizada em Correntes-PE, em julho de 2007.

**Padre Osvaldo Carneiro Chaves**, 84 anos, padre da Igreja Católica há 50 anos. Realizada em Sobral-CE, em dezembro de 2007.

Senhor **João Correa**, casado, evangélico, aposentado. Não mencionou idade. Correntes-PE, julho de 2007.

Senhora **Maria do Carmo Rodrigues da Silva**, 67 anos, trabalhadora rural. Correntes-PE, julho de 2007.

Senhora **Odete Santana dos Santos**, de 82 anos e o senhor **Euclides Marcolino de Sousa**, 87 anos. Ambos, aposentados rurais. Correntes-PE, julho de 2007.

Senhora **Alice Maria da Silva**, 73 anos de idade, doméstica. Correntes-PE, julho de 2007.

Senhor **Manoel Agostinho da Silva**, 77 anos, aposentado rural. Correntes-PE, julho de 2007.

Senhora **Maria Maciel Vieira**, casada, 63 anos, dona de casa. Correntes-PE, julho de 2007.

Senhora **Maria do Carmo Alves da Silva**, 72 anos, doméstica. Garanhuns-PE, em julho de 2007.

Senhora **Maria do Carmo Rodrigues da Silva**, 62 anos, doméstica e trabalhadora rural. Correntes-PE, julho 2007.

Senhora **Regina Leite Cavalcante**, 82 anos, aposentada. Garanhuns-PE, julho de 2007.

Senhora **Lindalra Cordeiro de Melo**, dona de casa, recusou-se a partilhar sua idade. Garanhuns-PE, julho de 2007.

Senhora **Iraci Gomes Soares**, 54 anos, dona de casa. Garanhuns-PE, julho de 2007.

Senhora **Maria Dalva de Araújo Carvalho**, 64 anos, doméstica. Garanhuns-PE, julho de 2007.

Senhora **Maria Rosa Lopes**, 68 anos, doméstica. Garanhuns-PE, julho de 2007.

Senhora **Letícia**, recusou-se a dizer o nome completo, 60 anos, dona de casa. Garanhuns-PE, julho de 2007.

Senhora **Severina Ridete da Silva**, 77 anos, dona de casa, Garanhuns-PE, julho de 2007.

**Cônego Francisco Sadoc de Araújo**, postulador da causa de canonização do padre Ibiapina. Sobral, maio de 2003.

Senhora **Ana Maria César**, autora do livro *A Bala e a Mitra*, lançado pelas Edições Bagaço, em 1994, e sua segunda edição em 2007, no Recife-PE. Entrevista realizada em sua residência, no bairro de Apipucus, na capital pernambucana, agosto de 2006.

Jornalista **Taíza Brito**, do *Jornal do Comércio*, e autora do Livro *A Confissão do Padre*

*Hosana*, lançado pelas Edições Bagaço, em 1998, Recife-PE. Recife, agosto de 2006.

Frei **Francisco Fernando da Silva**, canonista e juiz delegado do Tribunal Diocesano pela Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Realizada em Recife-PE, no Convento de Santo Antônio, no bairro de Santo Antônio, em agosto de 2006.

## FOTOGRAFIAS

Foto 01 – Primeiro Julgamento do padre Hosana de Siqueira e Silva, datado de 20 de fevereiro de 1959. Fundo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Fonte: Diário de Pernambuco.

Foto 02 - Padre Hosana de Siqueira e Silva retirando-se do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJP), no Recife-PE, fevereiro de 1959. Fundo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Fonte: Diário de Pernambuco.

**Foto 03:** Manchete de jornal lembrando o crime de padre Hosana. Fundo: Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, Garanhuns-PE. Fonte: **Diário de Pernambuco**, 23 de julho de 2001.

Foto 04: Tribunal pela Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Reunião de 05 de setembro de 2005, Garanhuns-PE. Arquivo Pessoal. Fotografia cedida por frei Francisco Fernando da Silva. Recife-PE, agosto de 2006.

**Fotos 05 e 06:** Praça dom Expedito Lopes, localizada próxima à Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Garanhuns-PE. Arquivo pessoal. Garanhuns-PE, 2003.

**Fotos 07, 08, 09 e 10:** Alguns dos objetos que compuseram o acervo da exposição em homenagem aos quarenta anos de morte de dom Expedito Lopes, realizada em Garanhuns-PE, 1997. Fundo: Arquivo do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, 2003.

Foto 11: Procissão de entrada da *Celebração Eucarística de Encerramento* da fase diocesana do Processo de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Catedral de Santo Antônio, Garanhuns-PE, outubro de 2005. Arquivo Pessoal. Fotografia cedida por frei Francisco Fernando da Silva. Recife-PE, agosto de 2006.

**Fotos 12 e 13:** “Santinhos” distribuídos na celebração de abertura e instalação do Tribunal Diocesano para a causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Fundo: Arquivo do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, Garanhuns-PE, agosto de 2006.

**Fotos 14 e 15:** Convite-missa da abertura e instalação do Tribunal Diocesano para a causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Fundo: Arquivo do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, Garanhuns-PE, agosto de 2006.

**Fotos 16 e 17:** Convite-missa para o encerramento da fase diocesana do processo de beatificação e canonização de dom Expedito Lopes. Fundo: Arquivo do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, Garanhuns-PE, agosto de 2006.

**Foto 18:** Vitral exposto no Palácio Episcopal de Garanhuns. Fundo: Arquivo do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, Garanhuns-PE, agosto de 2006.

## BIBLIOGRAFIA

LANGUE, *Frédérique*. A modo de Epílogo. Rumoreando com Arlete Farge. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy & LANGUE, *Frédérique* (orgs.). **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 253-262.

BOSI, Ecléa. **O tempo da Memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 21-35.

CATROGA, Fernando. **Nação, Mito e Rito**: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza-CE: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros**. Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priori, 2.<sup>a</sup> Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

CHAVET, Luis-Marie & CLERCK, Paul de (orgs.). **O Sacramento do Perdão**: entre ontem e amanhã. Tradução de Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 59-210.

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de Perdão e seus narradores na França do Século XVI**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DELEMEAU, Jean. **A Confissão e o Perdão**: as dificuldades da confissão nos séculos XIII ao XVIII. Tradução de Paulo Naves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DOSSE, François. Michel de Certeau e a História: entre o dizer e o fazer. In **História e Ciências Sociais**. Tradução de Fernanda Abreu. Bauru:SP, EDUSC, 2004, p. 193-229.

-----, Paul Ricoeur. Entre Memória, História e Esquecimento. IN: **História e Ciências Sociais**. Tradução de Fernanda Abreu. Bauru:SP, EDUSC, 2004, p. 149-167.

DUBY, Jorge. **Guilherme Marechal ou o melhor Cavaleiro do mundo**. Tradução de Renato Janine Ribeiro, 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

LANGUE, Frédérique. Uma História Silenciada (Venezuela): Desorden, Transgresión y Rumores Bolivianos del siglo XVIII. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy & LANGUE, Frédérique (orgs.). **Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 23-41.

LÉON-DUFOR, Xavier et al. **Vocabulário de Teologia Bíblica**. Tradução de Frei Simão Voigt. 3.<sup>a</sup> ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

LEVI, Giovani. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: algumas questões em torno da relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In: DÉA, Fenelon et al. **Muitas Memórias, outras Histórias**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), Editora Olho D'água, Maio de 2004, p. 14-40.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, Progresso, Memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-Ceará, 2006.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, N.º 10, p. 07-28, 1993.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagem**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da Cidade**. Visões Literárias do Urbano. Paris – Rio de Janeiro – Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de Junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 103-130.

PUJOL, Padre Henrique Pérez. **O Processo de Beatificação e Canonização**. São Luís-MA: Sociedade Brasileira de Canonistas, Caderno 01, 2005.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Comemorar entre Memória e Esquecimento: reflexões sobre a Memória Histórica**. In: Revista História: Questões & Debates, N.º 32, Editora da UFPR, 2000, p. 75-95.

VALENSI, Lucette. **Fábulas da Memória**: a batalha de Alcácer Quibir e o Mito do Sebastianismo. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: Antropologia das Sociedades Complexas. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

---

[1] DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Tradução de Fernanda Abreu. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

[2] Ibid. p. 156.

[3] Ibid. p. 184.

[4] Ibid. p. 184.

[5] Ibid. p. 191.

[6] LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

[7] NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**. Revista do Programa de estudos Pós-Graduados da PUC – SP. São Paulo: EDUC, N.º 10, p. 07-27, 1993.

[8] Ibid. p. 09.

[9] PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de Junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 103-130.

[10] Ibid. p. 106.

[11] Ibid. p. 115.

[12] CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

[13] Ibid. p. 81.

[14] Diocese de Garanhuns. Considerando que a inconfessável atitude do Padre Hosana de Siqueira e Silva em se recusando a obedecer ao Preceito Canônico, que lhe impõe, sob pena de suspensão, o afastamento de sua companhia de uma jovem doméstica sobre a qual pesam sérias suspeitas, contribui para agravar de muito as denúncias que da há muito vêm sendo formuladas em relação à conduta moral do mesmo sacerdote. Considerando, outrossim, que o fato de o referido sacerdote se obstinar em não obedecer às prescrições canônicas e advertências penais anteriores com as devidas Autoridades, mas também suspeito de público concubinato de conformidade com o prescrito no can. 133 § 4. Considerando enfim que tão lamentável situação já se vem protelando por quase dois anos, malgrado as caridosas advertências e prolongada ciência da Autoridade



Diocesana, sem que o supramencionado sacerdote tenha tomado qualquer medida para obviar os escândalos e comprovar a honestidade de sua conduta sacerdotal. Sentimo-nos na grave obrigação e dolorosa contingência de impelir o sobredito sacerdote ao cumprimento de seus deveres eclesiásticos por meio de penalidades canônicas. Pelo que resolvemos aplicar contra o aludido sacerdote as penas consistentes no can. 2177, como o fazemos pelo presente Decreto com o qual Declaramos Suspenso 'A Divinis', o Revdo Padre Hosana de Siqueira e Silva, e como suspenso, o consideramos desde o próximo dia primeiro de julho vindouro, quando o teremos também como destituído do cargo de Vigário Econômico de Quipapá. Declaramos o Revdo Padre Hosana de Siqueira e Silva canonicamente SUSPENSO ADIVINIS E DESTITUÍDO DO MUNUS DE VIGÁRIO ECÔNOMO DE QUIPAPÁ, a partir do próximo dia primeiro de julho. Não temos outro intuito que o de reparar os escândalos causados pelo sobredito e quebrar a sua obstinação em persistir insubmisso à devida Autoridade. Dado e passado nesta cidade e Cúria Diocesana de Garanhuns, aos 23 de junho de 1957. a) Expedito, Bispo Diocesano. Decreto de Suspensão de Padre Hosana Siqueira e Silva. In: CÉSAR, Ana Maria. **A Bala e a Mitra**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1994, p. 81-82. [14]

[15] Essa informação encontra-se no livro de Taiza Brito. In: BRITO, Taíza. **A Confissão do Padre Hosana**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1998, p. 68. A autora confirmou, em entrevista a mim, que padre Hosana lhe disse, durante as entrevistas que teve com ele para a feitura do seu livro, que se dirigiu à Rádio Difusora de Garanhuns munido de declarações atestando sua assistência religiosa às escolas do perímetro de sua paróquia, documentos estes cedidos pelas diretoras das respectivas escolas; no entanto, Taíza Brito disse não portar esses documentos para dispô-los a mim.

[16] Tribunal Eclesiástico de Olinda e Recife. Recife-PE: Relatório apresentado pelo monsenhor José de Anchieta Callou, Pároco da Catedral de Santo Antônio, na época do crime, à Nunciatura Apostólica, sem data (s/d). Cópia cedida por dom Acácio Rodrigues Alves, Sobral-CE, dezembro de 2002.

[17] CÉSAR, Ana Maria. **A Bala e a Mitra**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1994, p. 105-112.

BRITO, Taíza. **A Confissão do Padre Hosana**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1998, p. 59-71.

[18] O Monitor, 13/07/1957.

[19] Diário da Noite, 02/07/1957.

[20] Diário de Pernambuco, 07/07/1957.

[21] PERÉA, frei Romeu. **Dom Expedito: Bispo e Mártir**. Recife-PE: Editora Flos Carmeli, 1958.

----- **A Morte de Dom Expedito**. Considerações e torno de um cadáver glorioso. Recife-PE: Editora Flos Carmeli, 1959.

[22] PERÉA, Frei Romeu. **Dom Expedito: Bispo e Mártir**. Recife-PE: Editora Flos Carmeli, 1958, p. 07/08.

[23] Op. cit. p. 71-72.

[24] Op. cit. p. 109-110.

[25] PERÉA, frei Romeu. Mais uma vítima do Dever. **Revista Flos Carmeli**. Recife-PE: Editora Flos Carmeli, N.º 02-03, p. 11, 1957.

[26] MARIA, frei Inácio. Luz e trevas. **Revista Flos Carmeli**. Recife-PE: Editora Flos Carmeli, N.º 11-12, p. 09, 1959.

[27] Ao estudar sobre a confissão e o perdão nos séculos XIII ao XVIII, na Europa, Jean

Delumeau afirma: “Ora, o ‘pai’ (...) está sempre associado à ternura e o perdão. Não se trata do pater famílias que governa com autoridade no seio da família, mas da personagem evangélica que corre ao encontro do filho pródigo, abraço-o afetuosamente e reintegra-o na casa comum (...)” DELUMEAU, Jean. **A Confissão e o Perdão: as dificuldades da confissão nos séculos XIII ao XVIII**. Tradução de Paulo Naves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 10.

[28] CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 266-278.

[29] O Monitor, 13/07/1957.

[30] Diário de Pernambuco, 22/02/1959.

[31] Diário de Pernambuco, 25/02/1959.

[32] Em 1998, a jornalista Taiza Brito publicou o livro *A Confissão do Padre Hosana*, lançado pelas Edições Bagaço, em Pernambuco. Na entrevista que travei com ela, no mês de agosto de 2006, me informou que, ao concluir o seu livro, chegou em suas mãos um documento não editado, escrito no Recife e datado de 1962, de autoria de Lindolfo Pereira de Lisboa, denominado “**Padre Hosana: Sacerdote e Réu**”. Conforme a jornalista, o documento foi deixado na recepção do Jornal do Comércio para ser entregue a ela. Não soube informar se era homem ou mulher quem o teria deixado. Como já havia mandado seu livro para edição, não usufruiu das informações desse documento para incrementar sua escrita. Guardou-o. Trata-se de uma obra datilografada em que o autor defende apaixonadamente padre Hosana. Basicamente, trata-se de uma escrita em que rebate o que estava sendo escrito sobre o padre nos jornais a respeito do crime por ele cometido e mais ainda sobre seus julgamentos. Contraditoriamente, logo no prólogo do texto, Lindolfo Pereira de Lisboa afirma ser imparcial em sua análise e que não está sendo a favor de dom Expedito e nem do padre Hosana, por não conhecer pessoalmente nenhum dos dois. Seu texto focaliza-se exclusivamente no desenrolar do primeiro julgamento de padre Hosana, em fevereiro de 1959.

[33] LISBOA, Lindolfo Pereira de. **Padre Hosana: Sacerdote e Réu**. Recife-PE: Documento não editado, 1962, p. 08. Cedido a mim pela jornalista Taíza Brito, do Jornal do Comércio, e autora do livro *A Confissão de Padre Hosana*, lançado em 1998, pelas Edições Bagaço, em Recife-PE.

[34] Ibid. p. 09-10.

[35] Ibid. p. 37-38.

[36] Diário de Pernambuco, 21/01/1995.

[37] Diário de Pernambuco, 08/11/1997.

[38] Jornal do Comércio, 17/11/1997. Ao referir-se ao objeto bumerangue, Ana Maria César quer dizer que da mesma forma que padre Hosana tirou a vida de dom Expedito; tiraram-lhe a sua. Isso confirma um ditado popular muito conhecido entre nós: *Quem com ferro fere, com ferro será ferido*. Seu livro foi a primeira obra escrita e publicada sobre o crime do padre Hosana, a qual lhe rendeu premiações e entrevistas em programas de TV de renome nacional, como o Programa Sem Censura, apresentado pelo jornalista Leda Nagle, no Canal TVE Brasil, com sede no Rio de Janeiro. CÉSAR, Ana Maria. **A Bala e a Mitra**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1994.

[39] Jornal do Comércio, 08/11/1997.

[40] Entrevista com dom Acácio Rodrigues Alves, bispo emérito de Palmares-PE, primeiro Postulador da Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Realizada em Sobral-CE, no Seminário São José, onde se hospedou, em 16 de dezembro de 2002. Veio a Sobral colher depoimentos orais dos familiares de dom Expedito Lopes que ainda residem naquela urbe para serem anexados ao Processo de Beatificação e Canonização,

o qual já se encontra na Congregação da Causa dos Santos, na Cidade do Vaticano, para análise e decisão do atual Papa Bento XVI.

[41] Entrevista com dona Eugênia Gonçalves de Medeiros, 73 anos, professora aposentada. Realizada em sua residência, em Garanhuns-PE em 15 de fevereiro de 2003.

[42] Entrevista com dona Severina Ridete da Silva, 77 anos, dona de casa. Realizada em Garanhuns-PE, em julho de 2007.

[43] Entrevista com dona Maria Tenório Cabral, de 87 anos, aposentada. Entrevista realizada em sua residência, Garanhuns-PE, julho de 2007.

[44] Entrevista com dona Natalícia Laurinda, 79 anos, dona de casa. Realizada em sua residência, em Correntes-PE, em julho de 2007.

[45] Entrevista com o senhor Euclides Marcolino de Sousa, 87 anos, aposentado rural. Realizada em Correntes-PE, em julho de 2007.

[46] Jean Delemeau, em seu estudo sobre a confissão e o perdão na Europa do século XIII ao XVIII, sugere que a confissão, e consequentemente o confessionário, era um meio certo de salvação e proporcionavam conforto ao pecador. Nesse sentido, a essência da penitência está no perdão. Diz ainda que as circunstâncias podiam atenuar ou agravar o pecado. Na Europa do período estudado, duas categorias se sobressaíam: as relativas à sexualidade e as referentes a pessoas, lugares e objetos. Para esse autor, a confissão de fato confortava, *“ainda no caso daqueles que, tendo consciência de haver praticado um ou vários pecados mortais, retiravam da absolvição a certeza de escapar do inferno que os ameaçava”*. O perdão divino transmitido pelos padres no confessionário reconfortava e reanimava almas. Ainda conforme o autor, o perdão foi e é uma das contribuições mais preciosas do Cristianismo à História; pois engloba de um lado um gesto de vida, configurado no próprio ato de perdoar, e do outro, a *“loucura assassina da vingança”* (p. 136). Jean Delemeau também apresenta em seu estudo as contradições da confissão na Europa de outrora. Foi com o Concílio de Latrão, em 1215, que a confissão anual e a confissão para todo o pecado mortal se tornou obrigatória. No entanto, na prática, ao final da Idade Média até cerca de 1640, *“a Igreja absolvía com freqüência fechando os olhos ou mesmo sem apresentar muitas exigências”*. DELEMEAU, Jean. **A Confissão e o Perdão**: as dificuldades da confissão nos séculos XIII ao XVIII. Tradução de Paulo Naves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 132 e 69, respectivamente.

[47] Texto biográfico de dom Expedito Lopes utilizado num *data-show* na missa de Abertura e Instalação do Tribunal Diocesano para a causa de Beatificação e Canonização, realizada em 02 de julho de 2004, na Catedral de Santo Antônio, Garanhuns-PE. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns, julho de 2007.

[48] “Santinhos” e livros de cânticos distribuídos na Celebração Eucarística em homenagem aos 50 anos de morte de dom Expedito, realizado na Catedral de Santo Antônio em Garanhuns, dia 02 de julho de 2007. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns, julho de 2007.

[49] Idem.

[50] “Santinhos” e livros de cânticos distribuídos na Celebração Eucarística da Abertura e Instalação do Tribunal Diocesano para a causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes, realizada em 02 de julho de 2004, na Catedral de Santo Antônio, Garanhuns-PE. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa

Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns, julho de 2007.

[51] Contesta os autores que aquele que perdoa mostra a grandeza da sua alma e que se situa além do mal. Sua atitude e, por conseguinte, sua alma é desinteressada e renova as esperanças em si e no indivíduo que recebe o perdão. Por outro lado, quem é perdoado é levado a mudar de conduta e extrair de si o mal. CHAUVET, Luis-Marie & CLERCK, Paul de. **O Sacramento do Perdão: entre ontem e amanhã**. Tradução de Yvone Maria Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 80.

[52] Entrevista com Osvaldo Carneiro Chaves, 84 anos, padre da Igreja Católica há 50 anos. Realizada em Sobral-CE, em dezembro de 2007.

[53] LÉON, DUFOUR, et. al. 1984. Verbetes **PERDÃO**. No pensamento da Igreja, o perdão é um dos elementos essenciais da vida nova. O cristão só vence o mal perdando; e perdando por amor, como Deus e Cristo fizeram; todavia, é possível assegurar que o perdão é utilizado pela Igreja como um instrumento de controle social.

[54] Trecho do Testamento de dom Expedito Lopes encontrado no Palácio Episcopal logo após os disparos. Esse testamento foi incessantemente divulgado nos periódicos pernambucanos na época. Foi instrumento também para os advogados de acusação fazerem sua defesa à memória do bispo. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, julho 2007.

[55] CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 266-278.

[56] Ibid. p. 268.

[57] Natalie Zemon Davis fez um estudo sobre histórias de perdão, precisamente na França do Século XVI. Percorreu o mundo das Cartas de Remissão enviadas ao Rei, e/ou as suas várias chancelarias reais espalhadas no território francês de antanho, solicitando perdão real. A autora selecionou cartas que tratam de homicídios. Em seu estudo, constatou que o mundo das cartas de remissão solicitando o perdão real é um mundo de raiva e do inesperado. No punhado de cartas por ela selecionado, há um tripé comum: FAMÍLIA, HONRA SEXUAL e HERANÇA. Constatou ainda o talento dos aldeões franceses do século XVI para a narração. São cartas que mostram um mundo cotidiano, com histórias de patroas, lavadeiras, criadas, esposas, viúvas, dentre outros, todas trazendo casos de homicídios e a súplica do(a) acusado(a) ao perdão real. Aqueles que não tinham êxito na obtenção do perdão real eram feitos prisioneiros, tinham seus bens confiscados, eram condenados a pagar pesadas multas, a trabalhos forçados; outros eram expulsos do reino por um longo período e outros, ainda, dependendo do crime, eram executados em praça pública. Através dessas cartas, conforme Natalie Zemon Davis, pode-se perceber a importância do rei como uma referência para todas as histórias de perdão bem como o reforço de sua soberania. O tema central levantado no seu livro é a CRIAÇÃO e o CARÁTER dessas inúmeras histórias de perdão do século XVI francês. O perfil dos requerentes era diversificado: passava por padres, estudantes, cavalheiros, camponeses, mulheres, artesãos, sargentos, advogados dentre outros. O objetivo de seu estudo é *“mostrar como as pessoas do século XVI contavam histórias (mesmo no caso especial de uma história de perdão), o que consideravam uma boa história, como davam conta do motivo e como, por meio da narrativa, fazia com que o inesperado ganhasse sentido e introduziam coerência na experiência imediata. Quero acompanhar as variações de suas histórias, dependendo do narrador e do ouvinte, o modo como as regras da trama desses relatos judiciais de violência e perdão interagem com hábitos contemporâneos mais abrangentes (...)”*. DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de Perdão e seus narradores na França do Século XVI**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[58] Entrevista com frei Francisco Fernando da Silva, canonista e juiz delegado do Tribunal Diocesano pela causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Realizada em Recife-PE, no Convento de Santo Antônio, no bairro de Santo Antônio, em agosto de 2006.

[59] Livro de cânticos e orações da missa dos 40 anos da morte de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns, no dia 02 de julho de 1997. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, janeiro de 2003.

[60] “Santinhos” distribuídos aos fiéis na Celebração Eucarística em homenagem aos quarenta anos de morte de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns, em 02 de julho de 1997. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, janeiro de 2003.

[61] O Monitor, 13/11/1957.

[62] O Monitor, 06/07/1957.

[63] Jornal O Nordeste, 04/02/1960.

[64] Testamento de dom Expedito Lopes. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, janeiro de 2003.

[65] LISBOA, Lindolfo Pereira de. **Padre Hosana**: Sacerdote e Réu. Recife-PE: Documento não editado, 1962, p. 62. Cópia cedida pela jornalista Taíza Brito, autora do Livro *A Confissão do Padre Hosana*, publicado no Recife-PE, pelas Edições Bagaço, em 1998.

[66] Jornal O Nordeste, 04/11/1957.

[67] Jornal Gazeta de Notícias, de 02/11/1957.

[68] LISBOA, Lindolfo Pereira de. **Padre Hosana**: Sacerdote e Réu. Recife-PE: Documento não editado, 1962, p. 06. Cópia cedida pela Jornalista Taíza Brito, do Jornal do Comércio.

[69] Ibid. p. 25

[70] Ibid. p. 26.

[71] Ibid. p. 55.

[72] Ibid. p.54.

[73] Sobre a presença, a força e o entendimento de como os boatos, fuxicos e rumores estão na História e na Historiografia vigente; que os entendem como formas de comportamentos ligadas às camadas desprovidas de letras e outros recursos da vida comunitária e que esse tipo de comportamento supõe uma forma desses homens e mulheres se posicionarem às variadas formas de poder, são importantes as considerações trazidas por Frédérique Langue, em seu texto *Una História Silenciada (Venezuela): Desorden, Transgresión, y Rumores Bolivianos del siglo XVIII*. Um texto escrito dentro da interdisciplinaridade entre História, Antropologia e Sociologia. Tem por o objetivo forjar outra forma de escrever histórias a partir das representações e sensibilidades próprios de uma específica época. Para o autor, os “ruídos” e “rumores” diferem na medida em que o primeiro não tem muito poder de difusão e de desorganização da vida comunitária de um determinado grupo social. Já o segundo, tem um alcance incalculável nos lares, nas sensibilidades e também nos espaços concretos e principalmente públicos. Causam maior “estrageiro”, e, ao mesmo tempo, os rumores se configuram como uma contraposição ao “costumeiro”, ao “corriqueiro” e/ou ao “ordinário”. Afirma com certa segurança que a presença dos rumores, dos boatos, do disse-me-disse e do leva-e-traz da vida dos outros dentro do conhecimento historiográfico é, para o pesquisador, revelador de atitudes coletivas. O rumor é um mecanismo de sociabilidade fundado no intercâmbio de informações. O rumor utiliza-se da palavra – individual e coletiva – como instrumento. Ele introduz uma ruptura no ritmo da vida cotidiana. Ele



funda outro curso, possibilita a criação de uma identidade coletiva e pode ainda possibilitar consensos de representações coletivas. O rumor funda uma identidade de uma comunidade. Contribui para dar sentido ao acontecimento. *LANGUE, Frédérique. Una História Silenciada (Venezuela): Desorden, Transgresión, y Rumores Bolivianos del siglo XVIII*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy & *LANGUE, Frédérique (orgs.)*. **Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 23-41.

[74] LISBOA, Lindolfo Pereira de. **Padre Hosana: Sacerdote e Réu**. Recife-PE: Documento não editado, 1962, p. 18-19. Cópia cedida pela jornalista Taíza Brito, do Jornal do Comércio.

[75] PERÉA, frei Romeu. *Mais uma vítima do Dever*. **Revista Flos Carmeli**. Recife-PE: Editora Flos Carmeli, N.º 02-03, 1957, p. 08-10;14..

[76] MARIA, frei Inácio. *Luz e trevas*. **Revista Flos Carmeli**. Recife-PE: Editora Flos Carmeli, N.º 11-12, 1959, p. 02-06;12..

[77] Programas de Rádio *Uma Palavra em sua vida* e *O Dia do Senhor*. Ambos são transmitidos pela Rádio Difusora de Garanhuns. É um espaço reservado à Diocese de Garanhuns para divulgação de suas atividades pastorais. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, julho de 2007.

[78] Entrevista com dona Severina Ridete da Silva, 77 anos, dona de casa e com dona Maria Dalva de Araújo Carvalho, 64 anos, doméstica. Ambas realizadas em Garanhuns-PE em julho de 2007.

[79] Cartas de pedidos e agradecimentos de graças e milagres pela intercessão de dom Expedito Lopes. Cópias gentilmente cedidas a mim por dom Acácio Rodrigues Alves, bispo emérito de Palmares-PE, primeiro Postulador da Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito. Cedidas após uma entrevista que travei com ele no Seminário São José em Sobral-CE, em 2003. Na época visitava a cidade de Sobral para entrevistar familiares de dom Expedito bem como padres e leigos que o conheceram e travaram algum tipo de convivência com aquele bispo. Essas entrevistas fazem parte do processo de canonização, já enviado à Roma.

[80] Para a Igreja Católica, mártir significa, etimologicamente, *TESTEMUNHA*; tanto no plano heróico, jurídico ou religioso. Na linguagem usual, mártir é aquele que dá testemunho de sangue, que dá sua vida por fidelidade aos ensinamentos de Jesus. O próprio Cristo foi mártir, pois testemunhou o amor e o perdão de Deus. Aceitou livremente sua morte para dar testemunha da verdade, o Pai. Ainda segundo a Igreja Católica, há alguns traços que podem identificar um mártir: estar confortado *na* e *pela* graça divina na hora da angústia, silenciar e ser paciente diante das acusações, esquecer dos próprios sofrimentos e perdoar quem o ofende e/ou persegue. O mártir sofre e morre para justificar o pecado das multidões. Foi o glorioso martírio de Cristo que fundou a Igreja. Verbetes *MARTÍRIO*. In: LÉON, DUFOUR, Xavier et al. **Vocabulário de Teologia Bíblica**. Tradução de Frei Simão Voigt. 3.<sup>a</sup> Edição, Petrópolis-RJ: Vozes, 1984, p. 562-563.

[81] PUJOL, Padre Henrique Pérez. **O Processo de Beatificação e Canonização**. São Luis-MA: Sociedade Brasileira de Canonistas, Caderno 01, 2005, p. 25-55.

[82] Ibid. p. 47.

[83] Ibid. p. 36-37.

[84] Ibid. p. 36.

[85] Ibid. p. 37.

[86] BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da Memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 21-35.

[87] Ibid. p. 33.

[88] PUJOL, Padre Henrique Pérez. **O Processo de Beatificação e Canonização**. São Luis-MA: Sociedade Brasileira de Canonistas, Caderno 01, 2005, p. 39.

[89] Ibid. p. 38.

[90] Ibid. p. 40.

[91] Arquivo pessoal. Cedido pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, agosto de 2006.

[92] SESSÃO DE ABERTURA E INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL DIOCESANO PARA A CAUSA DE BEATIFICAÇÃO E CANONIZAÇÃO DO SERVO DE DEUS, DOM FRANCISCO EXPEDITO LOPES. Em nome do Senhor. Amém. No ano do Senhor de 2004, aos dois dias do mês de Julho, às 19h e 30min, na Catedral de Santo Antônio, nesta cidade de Garanhuns, durante a Celebração da Eucaristia, presidida pelo EXMO. SR. Bispo Diocesano, Dom Irineu Roque Scherer, teve início a Sessão de Abertura e Instalação do Tribunal Diocesano para a Causa de Beatificação e Canonização do Servo de Deus, Dom Francisco Expedito Lopes, 5.º Bispo da Diocese de Garanhuns. Após a Liturgia da Palavra deu-se início ao Processo de Instalação do Tribunal Diocesano na seguinte ordem: o Exmo. E Revmo. Dom Acácio Rodrigues Alves, Postulador da Causa, legitimamente constituído, requereu que se desse início ao Processo Informativo sobre a vida, virtudes e fama de santidade do Servo de Deus Dom Francisco Expedito Lopes. A seguir, procedi à leitura do decreto do Sr. Bispo Diocesano, datado de 02 de Julho de 2004, constituindo o Tribunal Diocesano e nomeando seus membros e dando a conhecer o Decreto de Abertura da Causa. Finalizando a leitura o Sr. Bispo Diocesano confirmou de todos os que por seu rescrito tinham sido nomeados membros do Tribunal para a instrução do Processo. Todos eles aceitaram o cargo para o qual foram designados, mostrando-se dispostos a desempenhá-los com toda a fidelidade e guardar devido segredo de ofício. (...) Em seguida, o Postulador da Causa entregou a lista das testemunhas reservando-se o direito e a faculdade de apresentar novas testemunhas e de renunciar a algumas das indicadas na referida lista. O Sr. Bispo e o Juiz Delegado admitiram, com indicadas reservas, as testemunhas propostas. Dando continuidade à sessão, o Juiz Delegado indicou como lugar para interrogar as testemunhas, o Seminário São José, situado na Avenida Rui Barbosa, n.º 200, nesta cidade de Garanhuns, a partir das 8 horas do dia 03 de Julho de 2004, ordenando ao Notário Atuário que enviasse as citações ao Promotor de Justiça, ao Notário Atuário, à Notaria Adjunta e às testemunhas para que compareçam no lugar, dia e hora indicados. A seguir, o Sr. Bispo e o Juiz Delegado me ordenaram lavrar a ata de documentos precedentes citados, ao Notário Atuário. Após o canto do credo e da recitação da Oração pela Beatificação e Canonização do Servo de Deus, Dom Francisco Expedito Lopes, teve início a Liturgia Eucarística. Terminada a Comunhão, a Vice-Postuladora, em nome do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, fez uso da palavra enaltecendo as virtudes do Fundador do referido Instituto. Dando continuidade à sessão, o coral da Paróquia Jesus, Maria, José entoou o Hino de Dom Expedito. De todas e cada uma das coisas realizadas, eu, subscrito Chanceler da Cúria lavrei a presente ata e em fé selei com o selo da Chancelaria. Dado em Garanhuns, aos 02 de Julho de 2004. Fonte: Ata de abertura e instalação do Processo Diocesano pela causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes. Cópia cedida por frei Francisco Fernando da Silva, Canonista e Juiz Delegado do Tribunal Diocesano para a causa de Beatificação e Canonização. Recife-PE, agosto de 2006.

[93] Esta Lista inicial de Testemunhas encontra-se registrada na Ata de Abertura e Instalação do Tribunal, citada há pouco. A lista é composta por bispos, sacerdotes, religiosos (as) e parentes de dom Expedito Lopes. Nela, consta-se os nomes de : dom Augusto de Alves da Rocha (bispo de Oeiras-Florianópolis – PI), dom Benedito Francisco de Albuquerque (bispo de Itapipoca-CE), dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho (bispo emérito, ou seja, aposentado, de Afogados de Ingazeira – PE), dom Manoel Edmilson da Cruz (bispo emérito de Limoeiro do Norte – CE), dom Miguel Fenelon Câmara Filho (arcebispo emérito de Teresina – PI) e dom José Bezerra Coutinho (bispo emérito de Estância – SE). Quanto aos sacerdotes e/ou religiosos (as), têm-se: padre Raimundo Frota Bezerra (Fortaleza-CE), padre Fernando Aguiar Frota (Sobral-CE), padre

Victor Rodrigues (Recife-PE), monsenhor Sabino Loyola (Sobral-CE), monsenhor André Viana Camurça (Teresina-PI), padre David Ângelo Leal (Picos - PI), cônego Otoniel Siqueira Passos (Canhotinho-PE), padre Raimundo José Airemorais Soares (Teresina-PI), dom Geraldo Wanderley (Mosteiro de Olinda-PE), monsenhor Francisco Sadoc de Araújo (Sobral-CE), Irmã Noeme Lopes (Congregação de Santa Tereza, em Fortaleza-CE. É parente de dom Expedito Lopes), Irmã Mendes (também dessa Congregação) e Irmã Leny Gomes Calheiros (Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, em Garanhuns-PE). E ainda quanto aos parentes de dom Expedito e/ou outras pessoas que sobre ele puderam depor algo tem-se: Dona Ana Suzete Lopes Solon, em Sobral-CE, e Dona Terezinha Lopes do Monte, em Terezina-PI (ambas irmãs de dom Expedito Lopes), Zuleica Ximenes Viana (Cúria Diocesana de Sobral-CE), Maria José Miranda (Garanhuns-PE), Maria Valdecy de Lira (Garanhuns-PE. Esta senhora é proprietária de uma escola infantil que carrega o nome de dom Expedito Lopes. Conforme ela, é uma homenagem prestada ao bispo por causa de uma promessa feita a ele.), Emanuel Tenório de Holanda e José Dantas da Silva (ambos em Garanhuns-PE). Cópia decidida por frei Francisco Fernando da Silva, Canonista e Juiz Delegado do Tribunal pela causa de Canonização e Beatificação. Recife-PE, agosto de 2006.

[94] Esses pontos podem ser encontrados em um roteiro de interrogatório para as entrevistas. Esse roteiro também está como anexo das atas do processo. Após o interrogatório, todas as testemunhas assinam seus testemunhos. Ora, no próprio corpo das atas ou com anexos estão também dispostos os juramentos que cada membro do Tribunal fez, publicamente, vale lembrar, de ser sigiloso e dizer a verdade. Há um modelo para esse juramento, o que muda apenas é o cargo e a função que cada um exerce dentro do Tribunal; contudo, o texto desse juramento é padrão. Diz assim: *“Eu, frei Francisco Fernando da Silva, OFM, Juiz Delegado no Processo sobre a vida, virtudes e fama de santidade do Servo de Deus, Dom Francisco Expedito Lopes, juro cumprir fielmente o encargo que me foi confiado, de não dizer ou fazer nada que direta ou indiretamente, possa atentar à verdade ou à justiça ou que possa limitar a liberdade das testemunhas. Que Deus me assista e me ajudem esses Santos Evangelhos. Frei Francisco Fernando da Silva, OFM, Juiz Delegado”*. Esse juramento foi feito na Celebração Eucarística, no dia 02 de julho de 2004, na Catedral de Santo Antônio; cada membro pôs as mãos sobre a Bíblia sacralizando assim a solenidade. Todos assinam o juramento. Cópia cedida por frei Francisco Fernando da Silva, canonista e juiz delegado do Tribunal Diocesano para a Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes, Recife-PE, agosto de 2006.

[95] Entrevista com frei Francisco Fernando da Silva, canonista e juiz delegado do Tribunal Diocesano pela Causa de Beatificação e Canonização. Realizada no Recife-PE, no Convento de Santo Antônio, no Bairro de Santo Antônio, em agosto de 2006.

[96] Idem.

[97] Entrevista com Ana Maria César, advogada aposentada e autora do livro *A Bala e a Mitra*, editado pelas Edições Bagaço, em 1994, no Recife-PE. Entrevista realizada em sua residência, na capital pernambucana, em agosto de 2006.

[98] Idem.

[99] Entrevista com Taíza Brito, jornalista e autora do livro *A Confissão do Padre Hosana*, editado pelas Edições Bagaço, em 1998, no Recife-PE. Entrevista realizada em sua residência, na capital pernambucana, em agosto de 2006.

[100] Idem.

[101] Livro de cânticos e orações da missa dos 40 anos da morte de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns, no dia 02 de julho de 1997. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, Garanhuns-PE, janeiro de 2003.

[102] Idem.

[103] Idem.



[104] “Santinhos” distribuídos aos fiéis na Celebração Eucarística na passagem dos quarenta anos de morte de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns, em 02 de julho de 1997. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil, Garanhuns-PE, janeiro de 2003.

[105] NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**. Programa de estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, N.º 10, p. 7-28, 1993.

[106] Ibid. p. 23.

[107] Ibid. p. 13.

[108] Jornal Correio da Semana. 11-18/02/2006.

[109] Entrevista com o cônego Francisco Sadoc de Araújo, 72 anos, postulador do processo de beatificação do padre Ibiapina. Realizada em Sobral-CE, 07 de maio de 2003. Hoje, 2008, com 77 anos.

[110] Jornal Imprensa do Agreste, 14/11/2003.

[111] “Santinhos” distribuídos na Celebração Eucarística de encerramento da fase diocesana do Processo de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns-PE, no dia 13 de outubro de 2005. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, agosto de 2006.

[112] Para Eduardo França Paiva a iconografia é um registro histórico. E como tal, resultado de escolhas de seu produtor, que a forja, a idealiza e/ou a inventa com intenções específicas. É fruto de seleções, escolhas e olhares de seus produtores. Ao ser lida e observada, a posteriori, é reconstruída a cada época contextos diferenciados que criam muitas possibilidades de leituras e releituras dessa imagem. Ao mesmo tempo, passível de manipulações por parte do grupo que a compõe e reza sua publicidade e expansão. As imagens podem ter longa vida. Ora podem ser cultuadas e adoradas, ora podem ser combatidas; isso dinamiza sua existência e sua consequência no cotidiano daqueles por elas tocados. Ela captura esforços de manutenção e transformação de valores e comportamentos, concomitantemente. *“As representações iconográficas, assim como qualquer outro documento, repito, são lidas sempre no presente, por meio de filtros e chaves, para continuar fazendo uso dessas metáforas, que pertencem ao presente, pelo menos na maioria das vezes. Por isso, elas adquirem novos significados a cada nova leitura, a cada nova época (...).”* PAIVA, Eduardo França. **História & Imagem**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2002, p. 55.

[113] Livro de Cânticos da Celebração Eucarística de Encerramento da fase diocesana do Processo de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns-PE, no dia 13 de outubro de 2005. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, agosto de 2006.

[114] Fita de vídeo k7 que contém o registro da Missa de Abertura e Instauração do Processo de Canonização de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns-PE, em 02 de julho de 2004. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, agosto de 2006.

[115] Idem. Texto utilizado no vídeo que narra a biografia do bispo, portanto, é um discurso hagiográfico. Para Michel de Certeau, a Hagiografia, isto é, a escrita da vida do santo, é

uma organização textual, portanto, é um gênero literário. Nesse tipo de texto, a vida do santo já o predestina aos altares. Sua infância, sua juventude, sua fase adulta formam um todo coerente com objetivo claro: levá-lo aos altares. Este tipo de texto existe unicamente para promovê-lo. Nesse texto, há a combinação de lugares, atos e temas relacionados ao santo. Essas três dimensões interagem mutuamente para configurá-lo como modelo e/ou exemplo indispensável para os demais. Os textos narrativos sobre a vida dos santos sempre se refere aquilo que é “exemplar”; apresentando virtudes e milagres do santo. Nesse caso, a escrita de uma biografia linear e harmoniosa é matéria prima para pôr o santo nos altares públicos e domésticos e, mais ainda, no coração dos crédulos. No texto, porém, ele já está no altar. CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 266-278.

[116] Fita de vídeo k7 a qual registra a Celebração de Abertura e Instalação do Tribunal Diocesano para a causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes, realizada na Catedral de Santo Antônio, em Garanhuns-PE, no dia 02 de julho de 2004. Cópia cedida pelas freiras do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. Garanhuns-PE, agosto de 2006.

[117] LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

[118] Ibid. p. 180.

[119] PERÉA, frei Romeu. **Dom Expedito: Bispo e Mártir**. Recife-PE: Editora Flos Carmeli, 1958.

[120] Ibid. p. 28.

[121] Ibid. p. 120.

[122] PERÉA, frei Romeu. **A Morte de Dom Expedito**. Considerações em torno de um cadáver glorioso. Recife – PE: Editora Flos Carmeli, 1959.

[123] Ibid. p. 141.

[124] CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 266-278.

[125] Para Michel de Certeau, essa articulação entre o extraordinário e o possível no relato sobre a vida do santo utiliza-se de recursos de metáforas para melhor se fazer entender. Ele diz: “*O sangue é metáfora da graça. A santificação dos príncipes e o enobrecimento dos santos estão em simetria, de texto para texto: essas operações recíprocas instauram em hierarquia social uma exemplaridade religiosa e sacralizam uma ordem estabelecida (tal é o caso de São Carlos Magno ou São Napoleão). Mas, igualmente, obedecem a um esquema escatológico que inverte a ordem política para substituí-la pela celeste e transformam os pobres em reis. De fato existe circularidade: uma ordem reconduz à outra (...)*”. CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 273.

[126] Nessas celebrações que homenagem dom Expedito (sua vida e, sobretudo, sua morte) é prática comum se convidar algum fiel para narrar sua graça alcançada exatamente no momento da homilia da celebração, isto é, no momento da reflexão sobre as leituras da bíblia e a relação que elas têm com a vida e morte do Antístite.

[127] CÉSAR, Ana Maria. **A Bala e a Mitra**. Recife – PE: Edições Bagaço, 1994.

[128] Entrevista com Ana Maria César, autora do livro *A Bala e a Mitra*, editado em 1994, no Recife – PE, pelas Edições Bagaço. A entrevista deu-se em seu apartamento, na rua

Apipucus, no bairro Apipucus, na capital pernambucana; no dia 23 de agosto de 2003.

[129] Idem.

[130] CÉSAR, Ana Maria. **A Bala e a Mitra**. Recife – PE: Edições Bagaço, 1994, p. 59-60.

[131] Ibid. p. 69-70.

[132] Ibid. p. 76.

[133] Ibid. p. 94.

[134] Essa carta foi-lhe entregue por um professor da Universidade de Tolouse, chamado Richard Marin. Este pesquisador, muito antes de ser instaurado o Tribunal para a Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes, teve acesso aos arquivos da Cúria Diocesana de Garanhuns e encontrou tal carta. Ele tinha privilégios, como pesquisador, junto à Diocese de Garanhuns. Uma cópia da carta foi cedida a Ana Maria César; que cedeu uma cópia para frei Francisco Fernando da Silva e este deu-me uma cópia para esta pesquisa.

[135] Carta do padre Rodolfo Lamprecht endereçada a dom Expedito Lopes. Por sua vez, o padre repassa para dom Expedito uma epístola escrita por Maria José Martins recontando seu caso amoroso com padre Hosana de Siqueira e Silva, as chantagens e maus tratos que sofria. Como confessor de Maria José, no Rio de Janeiro, sentia-se na obrigação de passar ao bispo dom Expedito o que ouviu em segredo de confissão, mas, sem quebrar o juramento desse sacramento.

[136] Carta de Maria José Martins endereçada ao seu confessor padre Rodolfo Lamprecht, no Rio de Janeiro. Cópia cedida a mim por frei Francisco Fernando da Silva, canonista e juiz delegado do Tribunal Diocesano para a Causa de Beatificação e Canonização de dom Expedito Lopes.

[137] Idem.

[138] CÉSAR, Ana Maria. **A Bala e a Mitra: Novos Tempos. Verdades Antigas**. 2.<sup>a</sup> ed. Recife-PE: Edições Bagaço, 2007, p. 346-347.

[139] Entrevista com Ana Maria César. A entrevista deu-se em seu apartamento, na rua Apipucus, no bairro Apipucus, na capital pernambucana; no dia 23 de agosto de 2003.

[140] Entrevista com Taíza Brito, autora do livro *A Confissão do Padre Hosana*, editado em 1998, no Recife – PE, pelas Edições Bagaço. A entrevista deu-se nas dependências do Jornal do Comércio, na capital pernambucana; no dia 26 de agosto de 2003.

[141] Idem.

[142] BRITO, Taíza. **A Confissão do Padre Hosana**. Recife – PE: Edições Bagaço, 1998.

[143] BRITO, Taíza. **A Confissão do Padre Hosana**. Recife – PE: Edições Bagaço, 1998, p. 13-14.

[144] Ibid. p. 17-19.

[145] Ibid. p. 20.

[146] Ibid. p. 83.

[147] Depoimento de dona Maria de Lourdes de Oliveira. In: Documentário **Batinas tintas de sangue: o crime do padre Hosana**. Produzido pelos alunos do Curso de Jornalismo da UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco). Trabalho de conclusão do curso. Cópia cedida por Kele Gualberto, produtora do documentário e uma das alunas do curso. Recife-PE, 2005.

- [148] *Depoimento de Padre Hosana de Siqueira e Silva*. In: BRITO, Taíza. **A Confissão do Padre Hosana**. Recife – PE: Edições Bagaço, 1998, p. 215.
- [149] BRITO, Taíza. **A Confissão do Padre Hosana**. Recife – PE: Edições Bagaço, 1998, p. 222-223.
- [150] LISBOA, Lindolfo Pereira de. **Padre Hosana: Sacerdote e Réu**. Recife-PE: Documento não editado, 1962. Cópia cedida por Taíza Brito. Recife-PE, agosto de 2006.
- [151] Ibid. p. 24.
- [152] Ibid. p. 36.
- [153] Ibid. p. 37.
- [154] SILVA, frei Francisco Fernando da. **Vida de Dom Expedito Lopes: Bispo Mártir de Garanhuns**. Recife – PE: Edições Bagaço, 2007.
- [155] Op. Cit. p. 410-433.
- [156] Op. Cit. p. 454-455.
- [157] CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 266-278.
- [158] “*Cada vida de santo oferece uma escolha e uma organização próprias destas virtudes, utilizando para este fim o material fornecido, seja pelos fatos e gestos dos santos, seja pelos episódios pertencentes ao fundo comum de uma tradição*”. CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 274.
- [159] O Monitor, 28/11/1959.
- [160] Jornal do Comércio, 09/07/1957.
- [161] LEVI, Giovani. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.
- [162] Ibid. p. 179.
- [163] Entrevista com o senhor João Correa, casado, evangélico, aposentado. Realizada em Correntes-Pernambuco, em julho de 2007.
- [164] Idem.
- [165] Entrevista com a senhora Maria do Carmo Rodrigues da Silva, doméstica, 67 anos, trabalhadora rural. Realizada em Correntes-PE, em julho de 2007.
- [166] Entrevista com o casal Odete Santana dos Santos, de 82 anos e Euclides Marcolino de Sousa, 87 anos, ambos são aposentados rurais. Realizada em Correntes-PE, em julho de 2007.
- [167] Entrevista com a senhora Alice Maria da Silva, 73 anos, doméstica. Realizada em Correntes-Pernambuco, em julho de 2007.
- [168] Entrevista com o senhor Manoel Agostinho da Silva, 77 anos, aposentado rural. Realizada em Correntes-Pernambuco, em julho de 2007.
- [169] Entrevista com a Senhora Maria Maciel Vieira, casada, 63 anos de idade, dona-de-casa. Realizada em Correntes-Pernambuco, em julho de 2007.
- [170] Diário de Pernambuco, 07/07/1957.
- [171] O Monitor, 13/07/1957.

- [172] CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 266-278.
- [173] O Monitor, 03/08/1957.
- [174] DUBY, George. **Guilherme Marechal ou o melhor Cavaleiro do mundo**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- [175] PERÉA, frei Romeu. **A Morte de Dom Expedito**. Considerações em torno de um cadáver glorioso. Recife-PE: Editora Flos Carmelo, 1959, p. 37.
- [176] O Monitor, 28/07/1957. In: CÉSAR, Ana Maria. **A Bala e a Mitra**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1994, p. 98. Carlos Eduardo Vasconcelos Nogueira afirma ser “o jornal, produto que melhor sintetiza a modernidade. Sua duração não ultrapassa as vinte e quatro horas para as quais existia (...)”. NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, Progresso, Memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta**. Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza-Ceará, 2006, p. 90. Para o caso de dom Expedito, trazer narrativas que louvem sua vida e, sobretudo, sua morte, com usos de abusos de metáforas que tendiam alcançar os corações e almas dos fiéis, desmantela esse argumento de duração curta do jornal e, ao mesmo tempo, configura-se como instrumento para a militância de uma só memória sobre o bispo. As matérias produzidas no jornal *O Monitor*, órgão da Diocese de Garanhuns, pretendia lançar o bispo à posteridade, ao combate para vencer a iminência do esquecimento sobre sua vida, sua morte e sua história.
- [177] Sentença do Primeiro julgamento de Padre Hosana de Siqueira e Silva, realizado no Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 20 de fevereiro de 1959. In: BRITO, Taíza. **A Confissão do Padre Hosana**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1998, p. 129.
- [178] Ibid. p. 129-130.
- [179] MARIA, Inácio. Luz e trevas. **Revista Flos Carmeli**. Recife-PE: Editora Flos Carmeli, N.º 11-12, 1959, p. 08.
- [180] Defesa do Advogado de padre Hosana Siqueira e Silva em seu 1.º Julgamento, realizado no Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 20 de fevereiro de 1959. In: TAÍZA, Brito. **A Confissão do Padre Hosana**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1998, p. 119.
- [181] Ibid. p. 125-126.
- [182] SILVA, frei Francisco Fernando da. **Vida de Dom Expedito Lopes: Bispo Mártir de Garanhuns**. Recife-PE: Edições Bagaço, 2007.
- [183] BRITO, Taíza. **A confissão do Padre Hosana**. Recife-PE: Edições Bagaço, 1998, p. 25.
- [184] LEVI, Giovani. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-200.
- [185] LISBOA, Lindolfo Pereira de. **Padre Hosana: Sacerdote e Réu**. Recife-PE: Documento não editado, 1962, p. 26. Cópia cedida pela jornalista Taíza Brito, autora do Livro *A Confissão do Padre Hosana*, lançado no Recife-PE, 1998.
- [186] Ibid. p. 26.
- [187] Ibid. p. 06.
- [188] Ibid. p. 68.
- [189] Ibid. p. 68.

- [190] VALENSE, Lucette. **Fábulas da Memória**: a batalha de Alcácer Quibir e o Mito do Sebastianismo. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- [191] Entrevista com a senhora Maria do Carmo Alves da Silva, de 72 anos, doméstica. Realizada em Garanhuns-PE, em julho de 2007.
- [192] Entrevista com a senhora Regina Leite Cavalcante, de 82 anos, aposentada. Realizada em Garanhuns-PE, em julho de 2007.
- [193] Entrevista com a senhora Lindalra Cordeiro de Melo, recusou-se a identificar sua idade, dona de casa. Realizada em Garanhuns-PE, em julho de 2007.
- [194] Entrevista com a senhora Iraci Gomes Soares, doméstica, 54 anos. Realizada em Garanhuns-PE, em julho de 2007.
- [195] Entrevista com a senhora Maria Dalva de Araújo Carvalho, 64 anos, doméstica. Realizada em Garanhuns-PE, em julho de 2007.
- [196] Entrevista com a senhora Maria Rosa Lopes, 68 anos, doméstica. Realizada em Garanhuns-PE, em julho de 2007.
- [197] Entrevista com a senhora Letícia, doméstica, 60 anos. Recusou-se a citar o nome completo. Sua entrevista foi a mais difícil de ser travada por recusar-se a falar. Depois de muita insistência minha, concedeu a entrevista. Realizada em Garanhuns-PE, em julho de 2007.
- [198] DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Tradução de Fernanda Abreu. Bauru-SP: EDUSC, 2004, p. 149-259.
- [199] LEVI, Giovani. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.
- [200] CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 266-278.